UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LINGÜÍSTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEMIÓTICA E LINGÜÍSTICA

FERNANDO MACENA DE LIMA

Visão e Representação nas Gramáticas de Língua Tupi (Séculos XVI-XIX)

Historiografia da descrição dos sistemas de posse

SÃO PAULO
2009

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LINGÜÍSTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEMIÓTICA E LINGÜÍSTICA

Visão e Representação nas Gramáticas de Língua Tupi (Séculos XVI-XIX)

Historiografia da descrição dos sistemas de posse

Fernando Macena de Lima

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Lingüística Geral do Departamento de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Semiótica e Lingüística.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Fernandes Salles Altman

SÃO PAULO
2009

FOLHA DE APROVAÇÃO

Fernando Macena de Lima
Visão e Representação nas Gramáticas de Língua Tupi (Séculos XVI-XIX)
Historiografia da Descrição dos Sistemas de Posse

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Lingüística, Pós-Graduação em Semiótica e Lingüística Geral, como exigência para a obtenção do título de Mestre em Semiótica e Lingüística.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr.:_____

Instituição:_____ Assinatura:_____

Prof. Dr.:_____

Instituição:_____ Assinatura:_____

Prof. Dr.:_____

Instituição:_____ Assinatura:_____

DEDICATÓRIA

À Andréa Carla Aveiro Candeias, minha esposa. Você acreditou e apoiou este trabalho, obrigado por tudo. E, principalmente, por ser a pessoa que é, estar ao meu lado e proporcionar tudo que estamos construindo.

AGRADECIMENTOS

À Professora Dra. Cristina Altman, pela orientação prestada, conhecimento dispendido no decorrrer do trabalho e oportunidades proporcionadas.

À FAPESP pelo imprescindível apoio financeiro creditado em meu trabalho.

Aos meus pais, Luiz Aristóteles e Margarida Aristéia. Agradecimento, aqui, não só referente ao trabalho, mas pela educação, suporte e alegria que me proporcionaram. Ídolos e referências eternos.

Aos meus irmãos Everaldo e Juliana. Pelo talento e pela garra, são sempre fontes de inspiração. Nossos laços jamais serão quebrados.

À Professora e amiga Olga Coelho. Sem seu profissionalismo, amizade e apoio qualificado, este trabalho não seria possível.

A todos os pesquisadores que estiveram ao meu lado no CEDOCH nestes anos de pesquisa: Ronaldo, Aline, Luciana, Renato, Bia, Ceda, Roberta, Patrícia, Júlia, Renan, Vitória, Fernanda, Bianca, Paulo.

Àqueles que sempre estão 'lá' quando preciso e tornam o mundo mais divertido: Samoury Mugabe, Bruno Souza Nunes, Silvio Junior, Bruno Benega, Thor.

A toda família de Lima e Oliveira – nos momentos mais difíceis, sempre se fazem presentes

À família Candeias.

Aos inspiradores: Florestan Fernandes, Benjamin Lee Whorf, Álvaro de Campos, Hetfield & Ulrich.

Sofia. Por último aqui, mas, a partir de agora, a primeira sempre...

RESUMO

Através do recuo historiográfico, este trabalho buscou recolocar a relação entre missionários, cientistas e viajantes de cultura ocidental com as etnias indígenas e comunidades mestiças em termos dialógicos, isto é, partimos da hipótese que, na historiografia da representação gramatical que o europeu construiu sobre a língua indígena, seja possível surpreender a negociação de sentidos entre esses dois mundos. O objeto material constitui-se, principalmente, das gramáticas de línguas Tupi elaboradas entre os séculos XVI e XIX, nomeadamente: Anchieta 1595, Figueira 1621, Anônimo séc. XVIII, Faria 1858, Sympson 1877, Hartt 1938 [1872], Couto de Magalhães 1975 [1876] Luccock 1880 e Stradelli 1929. Como objeto formal, definimos a historiografia da descrição dos sistemas que seus autores classificaram, em seus modelos metalingüísticos, como de 'posse'. Com efeito, a codificação metalingüística deste conceito parece ser um lugar de observação adequado visto que constituía em um aspecto cultural divergente entre tradições ocidental e indígena.

Palavras-chave: Posse, dialogia, Historiografia, Ocidente, Índios.

ABSTRACT

Through the historiographic approach, this work aimed to put the relationship between missionaries, scientists and travelers of the western tradition and the Indians populations in dialogical terms. Looking the historiographical grammatical representation elaborated by the European about the Indian language, we assumed that it´s possible to see the negotiation of senses between these two worlds. Our material was formed, basically, by the Tupi grammars elaborated between centuries XVI – XIX. They are: Anchieta 1595, Figueira 1621, Anônimo séc. XVIII, Faria 1858, Sympson 1877, Hartt 1938 [1872], Couto de Magalhães 1975 [1876] Luccock 1880 and Stradelli 1929. As a formal object, we took the historiography of the terms classified by the authors, in their metalinguistic method, as 'possessive'. The metalinguistic system about this conception seems to be an adequate place of observation inas much as it was a divergent cultural aspect between the western and Indian traditions.

Key words: Possession, dialogy, Historiography, Western, Indians.

SUMÁRIO

RESUMO **15**

INTRODUÇÃO **10**

Capítulo I: Elementos para uma historiografia da descrição da 'posse' na tradição lingüística do Tupi/Nheengatu **14**

1.1. Reflexões em Historiografia 14

1.1.1 A relação contexto/conteúdo e dos modelos utilizados para descrever o Tupi 14

1.1.2. A questão da metalinguagem 19

1.2. A 'posse' em perspectiva cultural 23

1.2.1. A 'posse' no Ocidente 23

1.3. Os mecanismos linguísticos de expressão da noção de 'posse' 36

1.3.1. Sintagmas verbais indicativos de 'posse' 36

1.3.2. O caso genitivo 39

1.3.3. Pronomes/Adjetivos possessivos 42

Capítulo II: Método **46**

2.1. Periodização 46

2.2. Busca, seleção e organização do material de análise 49

2.3. Estabelecimento dos *corpora* 52

2.4. Parâmetros de análise 54

2.4.1. Parâmetros de análise de dados 'externos' 54

2.4.2. Parâmetros de análise 'interna' 62

Capítulo III: Contextos de produção das obras e perfis de seus descritores **65**

3.1. Os descritores e seus contextos 66

3.1.1. Período missionário 66

3.1.1.1. Anchieta no Eixo São Vicente-Piratininga 72

3.1.1.2. As missões de Luis Figueira 75

3.1.2. Período das expedições científicas 77

3.1.2.1. Os militares 78

3.1.2.2. Os viajantes/cientistas 81

3.3. Cosmovisão ocidental vs. cosmovisão indígena: uma semântica do 'possuível' 84
3.4. Léxico de 'posse' no período missionário 86
3.5. Período das expedições científicas 91
3.5.1. Faria (1858) e Luccock (1880) 91
3.5.2. Couto de Magalhães (1975[1876]) 94
3.5.3. Stradelli (1929) e Sympson (1925[1877]) 96
3.5.4. Hartt (1938[1872]) 97
Capítulo IV: A expressão da 'Posse' nas gramáticas **100**
4.1. O caso genitivo 101
4.2. Pronomes e adjetivos como referências de 'posse' 110
4.2.1. Possessivos 'autônomos' 117
4.2.2. Os paradigmas de Stradelli (1929) 120
4.3. A intrincada questão dos relativos e recíprocos 121
4.4. A expressão de um verbo 'Ter' 135
Capítulo V: Elementos Indicativos de alterações na visão e na representação da 'Posse' **142**
5.1. Período missionário 143
5.2. Período das expedições científicas 147
CONSIDERAÇÕES FINAIS **154**
BIBLIOGRAFIA **157**
Fontes primárias: 157
Fontes secundárias: 158

INTRODUÇÃO

A chegada de povos europeus ao território conhecido hoje como América do Sul marcou-se pelo inegável e ainda presente dilema humano de conviver e aceitar culturas diferentes. Diversos estudos em diferentes áreas do conhecimento propuseram-se a entender as causas, conseqüências e ideologias envolvidas no processo de exploração européia no “novo mundo”.

A Historiografia Lingüística, dada sua natureza interdisciplinar, tem contribuído para o debate, já que estuda não somente os dados lingüísticos fornecidos pelos missionários (os primeiros a elaborar regras de funcionamento, através de uma metalinguagem previamente codificada e difundida, sobre as línguas indígenas e africanas) e pelos diversos viajantes e cientistas que nestas terras estiveram, mas também os aspectos externos à língua, como é possível verificar em diversos trabalhos sobre as possíveis motivações dos descritores, ou sobre as eventuais fontes utilizadas por eles, ou, ainda, sobre o clima de opinião nos períodos em que as gramáticas foram elaboradas.

O trabalho de Auroux (1992), por exemplo, apontou para a importância da gramatização no processo de colonização; Altman (2001), Bessa-Freire (2003), Barros (2000), Borges (2000) e Rodrigues (2000), por sua vez, exploraram a necessidade de o europeu adaptar-se ao ambiente multilingüístico encontrado, usando, para tanto, a “tecnologia” gramatical disponível. Destacaram motivos mercantilistas, de exploração da terra e de evangelização que, em grande medida, inviabilizariam a tentativa de ensinar a uma língua européia aos nativos em curto prazo. Como parte da conjuntura dada, esses autores também trataram dos caminhos que levaram as colônias européias a escolher e ´gramatizar´ uma língua de grande proficiência (na maioria dos casos, chamadas de ´gerais´).

No caso do território conhecido hoje como Brasil, a língua de grande proficiência primeiramente escolhida para ser usada como 'instrumento' de comunicação foi o Tupi da costa, sistematizada do fim do século XVI e meados do século XVII pelos padres jesuítas José de Anchieta [1534 – 1597] na obra *Arte de Gramática da Língua mais Usada na Costa do Brasil* [1595] e Luis Figueira [1573 – 1643] na obra *Arte da Língua Brasílica* [1621]. Nestas gramáticas, os dilemas e dificuldades em lidar com uma cultura diversa também se fizeram presentes, fato que os autores deixavam bem explicito quando relacionavam a natureza do índio à de sua linguagem (Santos 1999) e também quando se mostraram dispostos a "melhorar" uma cultura vista como inferior, como podemos verificar através dessa passagem da obra de Figueira: "O goſto & deſejo que ſempre tiue de ſaber eſta lingua, pera ajudar a eſtes pobres Braſis..." (Figueira, 1621).

Porém, como bem aponta Pompa (2002), as dificuldades de lidar e entender uma cultura diversa não significam que indígenas e europeus se relacionavam em esferas incomensuráveis. Na verdade, havia um freqüente trabalho de transformação e interpretação de práticas e símbolos por ambas as partes (Pompa 2002). Com certeza, esse processo interpretativo constante, esteve também presente nas gramáticas elaboradas pelos missionários. Inegavelmente, os gramáticos europeus interpretavam a linguagem e vivência indígena e procuraram descrever seu objeto através de uma metalinguagem – noções categorizadas de um saber lingüístico representado, construído e manipulado (Auroux 2004).

Além do estudo das acepções dos missionários sobre a linguagem e de seus modelos de elaboração metalingüística, conforme tem sido trabalhado por alguns historiógrafos, como Batista (2002), que propôs linhas comparativas entre as atividades metalingüísticas dos jesuítas, essas gramáticas também podem revelar, em grande

medida, o “jogo” de visão e representação de símbolos e vivências dentro do plano cultural indígena-ocidental. Eis o que aponta, a respeito, Pompa (2002):

> ... é limitante pensar que os textos de missionários e viajantes não possam nos devolver nada além de informações sobre a cultura ocidental que os produziu. Eles podem também, ser analisados com os devidos cuidados, contribuir à reconstituição da dinâmica pela qual o evento histórico da evangelização, portador da simbologia religiosa da Europa medieval e renascentista, foi reelaborado pelas culturas nativas a partir de suas próprias representações, ou seja, a dinâmica interna aos sistemas culturais indígenas, que tomaram e transformaram ‘para si’ o que se apresentava como ‘outro’. (Pompa: 2002, 25).

Esse olhar diferenciado para os textos de missionários e viajantes torna-se ainda mais complexo quando atentamos para o fato de que, ao contrário do que acontecia com os colonizadores, a visão e representação de símbolos e práticas de uma cultura diversa se dava, para os índios, em um processo em que suas próprias práticas e costumes estavam ameaçados, entre outras razões, justamente pela maneira negativa como a maioria dos europeus os representava, tentando, muitas vezes com êxito, transformá-los.

As constantes redefinições culturais construídas a partir da relação entre índios e ocidentais foram estudadas por Pompa (2002) da perspectiva social e antropológica. No entanto, nossa hipótese inicial de trabalho é que também podem trazer contribuições dos estudos da linguagem para esse debate. Neste sentido, seria possível avaliar como as gramáticas do Tupi/Nheengatu, elaboradas por missionários e viajantes, poderiam nos fornecer dados sobre os processos envolvidos na representação, em sua própria linguagem, da linguagem do índio.

Para tal análise, selecionamos um grupo de conceitos metalingüísticos que nos permitissem estudar as relações dialógicas envolvidas no momento em que as duas culturas distintas conviveram, representaram-se e refizeram, dentro de seus respectivos contextos culturais. Optamos por analisar as expressões que os descritores da língua Tupi denominaram, de modo geral, como de ‘posse’, já que as noções e valores sobre

este tema são um ponto de divergência nas culturas indígenas e européias (cf. Fernandes 1948). Esta análise foi feita em obras produzidas entre os séculos XVI e XIX.

Capítulo I: Elementos para uma historiografia da descrição da ‘posse’ na tradição lingüística do Tupi/Nheengatu

Este capítulo resume os fundamentos teóricos do trabalho. Primeiramente, indico caminhos em Historiografia Lingüística que considerei pertinentes ao estudo das gramáticas sobre o Tupi confeccionadas entre os séculos XVI e XIX. Em seguida, focalizo a questão da ‘posse’ como elemento cultural e lingüístico nas tradições ocidental e indígena.

1.1. Reflexões em Historiografia

1.1.1 A relação contexto/conteúdo e dos modelos utilizados para descrever o Tupi

A Historiografia da lingüística busca, através de princípios epistemológicos e metodológicos pré-estabelecidos, descrever e explicar o desenvolvimento do conhecimento sobre a linguagem e as línguas; abarcando, para isso, os aspectos políticos, sociais e culturais intrínsecos ao lugar e ao período histórico abordado.

Para estas tarefas, Koerner (1995), por exemplo, considerou indispensável um trabalho sobre o ‘clima de opinião’ da época e sobre a ‘formação intelectual’ dos sujeitos responsáveis pelo registro do saber lingüístico.

Santos (1999), concordando com Koerner (1995), ponderou que o historiógrafo, ao adotar os referenciais do presente ao passado, deve observar criteriosamente as nuances ocorridas entre tais períodos, sob pena de construir interpretações desconexas e equivocadas do conhecimento perquirido na pesquisa.

Dados os objetivos que o historiógrafo estabelece para os seus estudos, incluir aspectos do contexto de produção e recepção do saber lingüístico na reflexão

historiográfica não implica que se devam excluir os aspectos 'internos' deste processo, ou seja, aqueles relativos à análise efetiva da descrição lingüística realizada. Ao contrário, é desejável que se evite a separação entre uma historiografia voltada para o contexto e outra para o conteúdo (cf. Swiggers 1990), na medida em que é da conexão entre o saber produzido e as condições para seu específico percurso que resultam interpretações historiográficas mais consistentes.

A Historiografia adotada neste trabalho baseia-se, pois, neste princípio geral: conteúdo e contexto estão intimamente relacionados e a reflexão historiográfica que se vale de ambos cresce em poder descritivo e explicativo.

As dificuldades que envolveram a elaboração das primeiras gramáticas coloniais de tradição neolatina têm sido recentemente objeto de reflexão e discussão da parte de alguns historiógrafos (cf. os volumes organizados por Zimmermman 1997, Zwartjes et Altman 2005, Zwartjes et Houdvagen 2008). Essa Historiografia que focaliza as primeiras descrições das línguas ágrafas americanas e asiáticas tem procurado resgatar uma documentação, muitas vezes, desconsiderada por lingüistas (Cf. Câmara 1965; Edelweiss 1969) que a tomaram por obsoleta ou inaproveitável dada a metodologia com que foi elaborada.

Um dos principais debates que se coloca no âmbito da Historiografia da lingüística colonial/missionária, se dá em torno da utilização do latim e das gramáticas que o codificaram como um modelo metalingüístico adequado para descrever as línguas entre os séculos XVI e XIX.

Mattoso Câmara[1] (1965), por exemplo, sustentou que o uso do latim estava intrinsecamente ligado ao projeto de catequização e à concepção de mundo européia a respeito das demais sociedades. Assim, descrevendo a língua nativa da costa brasileira,

[1] Joaquim Mattoso Câmara Júnior (1904-1970), reconhecido como o introdutor da lingüística sincrônica no Brasil. Entre outros temas, notadamente voltados para a descrição da língua portuguesa, avaliou descrições efetuadas do Tupi.

tida como bárbara assim como seus falantes, para se aproximar dos nativos e trazê-los à catequese ou mesmo à "humanidade", os missionários teriam escolhido o latim como parâmetro para descrever o Tupi por representar a língua da 'civilização', do próprio *homo sapiens*. Dessa forma, sintetizou Mattoso Câmara (1965):

> O latim era considerado o modelo, o protótipo do que deveria ser uma língua rigorosamente pautada numa gramática geral. Daí resultou que a disciplinização da língua Tupi, encetada pelos missionários, obedeceu ao objetivo de aperfeiçoar a língua indígena; o que quer dizer que o missionário lingüista foi catequético tanto quanto o missionário religioso. Da mesma sorte que se queria melhorar os costumes, o espírito, a moral, a religião do índio, também se pretendia melhorar a língua. Achava-se que seria fazer a ele um grande serviço fornecer-lhe uma língua melhor, mais aperfeiçoada, mais de acordo a de um *homo sapiens*, de que se achava um tanto distanciada em seu estado natural. Era evidentemente um objetivo que tendia a prejudicar a observação sincera e serena dos fatos lingüísticos. (Mattoso Câmara: 1965, 102).

O trabalho de Mattoso Câmara (1965) apontou para uma relação entre aculturação lingüística e aculturação religiosa. Tal relação teria resultado em uma adaptação do léxico Tupi a um conteúdo semântico da Igreja como, por exemplo, no emprego do termo Tupã para a idéia cristã de Deus. O autor concluiu, também, que a abordagem eminentemente utilitária dos jesuítas teria comprometido, sobretudo, a análise morfológica do Tupi. Em vista desse utilitarismo, qualquer peculiaridade da língua que comprometesse a 'boa' comunicação seria deixada de lado na descrição gramatical. Para o autor, tal procedimento resultou em uma língua artificial, um tupi jesuítico, distante do falado pelos nativos. Na abordagem dos verbos, por exemplo, Mattoso Câmara (1965) destacou uma forçada analogia entre os tempos verbais Latinos e os do Tupi, com elaborações de quadros de conjugações em ambas as línguas, apesar de no Tupi "distinções como presente, pretérito imperfeito, corresponderem a uma mesma forma." (Mattoso Câmara: 1965, 104).

Sobre essa questão de o objetivo catequético ter comprometido a análise lingüística empreendida pelos missionários jesuítas, Rodrigues (1997) teve uma perspectiva menos rígida. No tratamento dos verbos, tal como abordado por Mattoso Câmara, por exemplo,

Rodrigues (1997) concorda que o modelo latino tenha provocado deturpações na gramática da língua Tupi. Por outro lado, o autor ressaltou que os descritores, principalmente Anchieta (1990[1595]), trataram com originalidade outros aspectos da língua, observando e apontando características que lhe eram específicas:

> El uso del único aparato conceptual y terminológico para la descripción lingüística entonces disponible no le impidió de tratar con independencia los hechos de la nueva lengua. Si el tupinamba no tenía flexión clásica (como la declinación nominal), dijo simplemente que no lo habia, si presentaba algún fenómeno desconocido de las lenguas clásicas, lo introdujo, lo denominó y lo describió (p. ej. I aspero, conjugación verbal negativa, regla del adverbio, preteritos y futuros de los nombres). (Rodríguez: 1997, 391)

De acordo com o exame crítico de Rodrigues (1997), faltavam a Anchieta (1990[1595]) conceitos adequados para descrever melhor certos fenômenos da língua indígena. Contudo, limitações de instrumentos metalingüísticos não teriam impedido o missionário de elaborar uma gramática original e que registrava recursos próprios da língua. Dessa forma, se no tratamento geral dos tempos verbais Anchieta (1990[1595]) teria ficado 'preso' ao modelo latino, Rodrigues (1997) concluiu que o mesmo não teria ocorrido, por exemplo, ao registrar um distinto futuro dos nomes:

> ...os futuros significam lo que hay de ser y lo que habia de ser. Su punto de referencia no es el presente hic et nunc del que habla, sino el momento del hecho referido o propuesto por el hablante. En lugar de 'mi padre que murió dijo tal cosa' se dice ' mi padre que había de morir dijo tal cosa', porque cuando lo dice, todavia no estaba muerto: xeruba omanôbaerâma... (Rodrigues: 1997, 388).

Navarro (1995) também interpretou o uso do latim pelos primeiros descritores do Tupi como uma estratégia descritiva de resultados variáveis. Ao analisar os modos como trataram dos sintagmas nominais, por exemplo, Navarro salientou que Anchieta (1990[1595]) baseou-se no modelo latino de casos para identificar se a língua indígena apresentava tais categorias. Dessa forma, apoiado no latim, mas também voltando-se aos dados com que se defrontava, Anchieta teria concluído que o Tupi possuía apenas o caso vocativo. Nas palavras de Navarro (1995):

> Anchieta revela total originalidade e desvinculação da gramática latina, enquanto modelo de sistematização, ao tratar de nomes em tupi. Isso porque, à diferença dos gramáticos João de Barros e Nebrija e de outros gramáticos das línguas exóticas como, por exemplo, Montoya e Bertonio, ele afirma: "Os nomes em tupi não tem caso nem número distinctos, salvo vocativo...os que têm acento na penúltima perdem a ultima vogal...ut tuba, no vocativo túb..."
> É pasmosa a originalidade da *Arte* de Anchieta, nesse particular, que só reconhece a existência de caso quando ocorre flexão nominal autêntica... (Navarro: 1995, 264).

O mesmo desprendimento relativo do modelo latino, tal como na gramática de Anchieta, não seria visto nas obras de outros descritores. Sobre a gramática do padre Luis Figueira (1621), Navarro apontou, por exemplo, um procedimento em que construções sintáticas da língua indígena eram buscadas para 'compensar' semanticamente os casos do Latim. O exemplo dado por Navarro trata do caso genitivo:

> O tratamento supletivista dado por Figueira aos nomes, buscando adequá-los ao modelo latino, fica patente quando ele passa a apresentar formas da língua tupi que supram os casos do latim: "qualquer nome substantivo posto com outro tambem substantivo, se estiver no primeiro lugar, fica sendo genitivo, vt ita coára, buraco da pedra..." (Navarro: 1995, 369).

Em virtude dessa variedade de resultados obtidos nas gramáticas elaboradas no período colonial, revisões historiográficas dessa produção (cf. Batista (1999) e Altman (2001), por exemplo), reforçam que o Latim de fato foi um modelo de análise para os missionários, atrelado ao projeto de catequização; porém, quanto à observação dos fatos lingüísticos, tanto quanto qualquer outro modelo, possibilitou aos descritores mais atentos o apontamento de peculiaridades, assim como esteve sujeito a provocar distorções na descrição da língua-alvo.

De todo modo, tanto o objetivo catequético/colonizador no uso do modelo latino, como a variabilidade nos resultados da descrição da língua-alvo são, ambos, centrais em nossa problematização. Com efeito, as influências ideológicas no trabalho de descrição do Tupi, tal como citadas por Mattoso Câmara (1965), não devem ser desconsideradas. Essas influências na manipulação e apresentação das unidades linguísticas do Tupi permearam toda a produção gramatical missionária, e também a produção do século

XIX, como por exemplo, veremos adiante, no trabalho de adequação do vocabulário indígena aos ideais de civilização elaborado por Couto de Magalhães (1876) (cf. Capítulos 3 e 4, adiante).

Contudo, essa manipulação de formas e de sentidos não poderia ser feita sem algum tipo de negociação nesse processo que envolve visão e representação, já que culturas distintas entraram em contato.

Explorando especificamente os mecanismos de tradução, certamente também envolvidos nos contatos de que resultaram as gramáticas que analisamos neste trabalho, Agnolin (2007) propõe que as negociações de sentidos se dariam através de traduções, conceituadas do seguinte modo:

> [...] de alguma forma, traz-se para dentro do próprio mundo cultural uma cultura longínqua, mas entende-se, também e ao mesmo tempo, os instrumentos culturais que permitem, antes dessa tradução (propriamente dita), uma incursão na cultura outra a fim de conceituá-la. (Agnolin: 2007, 273 e 274).

O autor abordou a visão e representação no campo da religiosidade. Contudo, acreditamos que este trabalho possa ser feito, também, ao analisarmos como os descritores adentraram o universo lingüístico dos índios para elaborar as gramáticas. A visão e a representação fixadas nas gramáticas envolveram manipulações de instrumentos metalingüísticos e epilingüísticos, conforme trataremos a seguir.

1.1.2. A questão da metalinguagem

A questão da metalinguagem é central na reflexão sobre essa produção lingüística. Para tratar da metalinguagem nas gramáticas do Tupi, com o intuito de flagrar relações dialógicas, temos que delineá-la levando em conta alguns aspectos de sua circularidade, ou seja, de uma linguagem que define uma linguagem (cf. Rey-Debove 1979, Barros 2005).

Podemos tomar a definição de uma linguagem por meio de uma outra como uma atividade reflexiva. Assumimos que, primeiramente, esta atividade não é consciente ou representada pelo falante. Podemos tomar como exemplo a seleção e combinação de signos postuladas por Saussure (1970[1916]). Assim, para dizer 'Eu tenho uma casa', escolhemos 'tenho' entre outras possibilidades de um eixo paradigmático – 'tive', 'moro', 'morei'; 'casa', entre as possibilidades 'casas' ou 'livro', e combinei os signos entre si. Na concepção de Culioli (1968), esta é uma atividade de reflexão sobre a linguagem, feita de forma inconsciente, já que não há na frase marcas desse seu processo de construção. Para o autor, esta atividade inconsciente pode ser chamada de epilingüística, de maneira que "a linguagem é uma atividade que supõe, por si só, uma atividade epilingüística perpétua". (Culioli: 1968, 376).

A metalinguagem constitui uma marcação ou explicitação da atividade reflexiva sobre a linguagem. A passagem da epilinguagem para a metalinguagem pode ser vista como a passagem de uma reflexão lingüística inconsciente uma outra consciente. Contudo, cabe-nos diferenciar uma metalinguagem não-teórica de uma teórica ou científica.

A metalinguagem não-teórica ou natural consiste do emprego da língua para falar da língua, sem o auxílio de uma linguagem externa, ou seja, de metatermos específicos de uma tradição científica (cf. Rey-Denove 1979; Barros 2005). Esse tipo de metalinguagem pode ser encontrado, por exemplo, em textos literários como neste poema de Meirelles (1982):

> Gosto da minha palavra
> Pelo sabor que lhe deste
> Mesmo quando é linda, amarga
> Como qualquer fruto agreste
> Mesmo assim amarga, é tudo
> Que tenho entre o sol e o vento (Meirelles: 1983, 27).

A metalinguagem teórica distingue-se da natural por possuir termos específicos, formadores de um discurso que categoriza as linguagens. Sua constituição, segundo Auroux (1992), alcançou níveis de refinamento e precisão muito maiores no ocidente do que em qualquer outra cultura. Tal fato teria origem no advento da escrita e da sua manipulação na tradição greco-latina. Dessa forma, a escrita teria propiciado, além de recursos de documentação da oralidade, o registro metalingüístico das línguas européias e dos povos com os quais os europeus entravam em contato através de um registro formal que permitia um constante refinamento. Assim Auroux (1992) dissertou sobre a constituição de doutrinas sobre o saber lingüístico no ocidente em comparação ao que ocorreu nas tradições orais:

> Para a história das representações lingüísticas, o limiar da escrita é fundamental. Qualquer que seja a cultura, reencontramos sempre os elementos de uma passagem do epilingüístico ao metalingüístico, quer se trate do aparecimento das palavras metalingüísticas (dizer, cantar etc.), de certas práticas de linguagem, de especulações sobre a origem da linguagem, ou sobre a identidade e a diferenciação lingüísticas, como demonstra o exemplo dos índios da América. Mas pelo que sabemos, não encontramos em nenhuma civilização oral um corpo de doutrina elaborado em relação com as artes da linguagem, mesmo onde podemos observar que certos indivíduos são especializados no papel de tradutores ou "poetas". (Auroux: 1992, 18)

Complementarmente, é importante ressaltar que o registro do saber lingüístico é apenas parte de uma tradição escrita em que todos os tipos de saberes e memórias são, normalmente, registrados através de documentos permanentes. (cf. Ferreira Netto 2008). Dito de outra forma,é característico do ocidente produzir e acumular documentos sobre seu saber e memória de maneira que podem ser revistos e re-analisados.

Tais considerações são pertinentes para estabelecer uma contraposição aos mecanismos de registro e difusão dos saberes e memórias em uma tradição oral, como é o caso dos índios tupi. Nesta tradição, as narrativas têm um papel fundamental. Através delas, os indivíduos compartilham memórias e saberes para que possam ser transmitidos a outras gerações e garantir sua identidade e permanência. (cf. Ferreira Netto 2008).

Apesar de as narrativas não estarem em nosso material de análise, devemos salientar que os descritores ocidentais e indígenas se valiam de recursos diferentes para transmitir seu saber. Deste modo, não nos parece que as tradições orais, necessariamente, não possuíam mecanismos sofisticados para produzir saber lingüístico. Principalmente, porque se costuma partir de critérios estabelecidos pela cultura ocidental para definir o que é sofisticado, ou pertinente a um estudo comparativo. Este ponto de vista unilateral pode colaborar para uma inadequada e constante oposição civilização x barbárie, conforme apontou Zea (2005):

> Foi a Europa que considerou o seu destino, o destino de seus homens, fazer de seu humanismo o arquétipo a alcançar por todo os entes que pudessem assemelhar-se com ele; essa Europa, tanto a cristã quanto a moderna, ao passar os limites de sua geografia e tropeçar com outros entes que pareciam ser homens, exigiu a estes que justificassem a sua suposta humanidade. Isto é, não fosse acompanhada de provas de que não só eram semelhantes, mas reproduções, cópias, reflexo do que o europeu considerava humano por excelência (Zea: 2005, 358).

Zea (2005), portanto, ao abordar o etnocentrismo europeu como o discurso que respalda, norteia e justifica as conquistas de terras ultramarinas por parte dos colonizadores, referiu que, desde os primórdios da História, a definição de bárbaro esteve intrinsecamente relacionada aos povos fora da civilização, alheios ao *logos* - pensamento que esclarece e define o que se conhece -; sendo a utilização da linguagem o pressuposto necessário ao acesso à verdade. Assim, ao construir a visão de identidade cultural dos povos indígenas, a civilização européia projetou através do seu logos dominante a visão de mundo e cultura que deveria ser assimilado pelos índios no processo de catequização.

A questão proposta neste trabalho é que os missionários, viajantes, militares e naturalistas chegaram ao Brasil (ou, no caso de descritores braliseiros, se deslocaram por ele) com um instrumental metalingüístico teórico, e registraram a língua Tupi com

algum grau de negociação de sentidos que nos permite recuperar algo do pensamento epilingüístico indígena, e muito das projeções não indígenas sobre esse pensamento.

Esta negociação da metalinguagem ocidental e da epilinguagem indígena transpareceu, muitas vezes, quando os descritores identificaram particularidades da língua Tupi e buscaram adequar estas especificidades à metalinguagem gramatical de que dispunham. Foi este o caso, por exemplo, quando Anchieta (1990[1595]) estabeleceu, em sua descrição, que os adjetivos possessivos não poderiam se relacionar diretamente a substantivos referentes a nomes de animais, necessitando, assim, aquela língua, de outro substantivo que intermediasse a relação entre os termos (cf. Capítulo 4).

1.2. A 'posse' em perspectiva cultural

1.2.1. A 'posse' no Ocidente

> *O primeiro que, tendo cercado um terreno, lembrou-se de dizer: "Isto é meu", e encontrou pessoas bastante simples para crê-lo, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil*. (Rousseau)

Como visto anteriormente, os registros metalingüísticos dos descritores ocidentais sobre a língua Tupi envolveram uma negociação de sentidos. Esta negociação, que inclui o processo tradutório de trazer para um dado universo cultural elementos de uma cultura distante (cf. Agnolim 2007), dá-se com base em valores extralingüísticos conflitantes.

Neste trabalho, optamos por analisar as frases e expressões que os gramáticos da língua Tupi categorizaram como de 'posse' pois, como veremos, as questões culturais quanto ao acúmulo de objetos e estabelecimento de propriedade privada são, normalmente, colocados em perspectiva em estudos comparativos sobre as tradições

ocidental e indígena (cf. Fernandes 1948, Melatti 1957, Locke (1963)), sem que seja conferida especial atenção aos mecanismos de categorização lingüística aí envolvidos.

A posse na tradição ocidental tem sido prioritariamente discutida a partir de teorias sociológicas sobre o surgimento da propriedade privada e dos conseqüentes instrumentos jurídicos elaborados para regulamentá-la.

Quanto ao tratamento das origens da propriedade privada, podemos ressaltar os trabalhos dos filósofos Locke [1632 – 1704] e Rousseau [1712 – 1778] que, conforme a citação inicial desta seção, consideraram o estabelecimento da posse como um elemento formador da sociedade civil.

Na concepção de Locke (1963), Deus deu a terra e os demais elementos da natureza às pessoas para que todas pudessem utilizá-los para seu sustento e conforto. Nos primórdios da humanidade descritos por Locke (1963), nenhum elemento natural pertencia exclusivamente a uma pessoa. As únicas propriedades do ser humano eram seu corpo e sua força de trabalho.

Para o autor, quando a força de trabalho passou a ser empregada para modificar os elementos naturais, as pessoas passaram a ter um direito legítimo sobre as terras trabalhadas. Essas terras passaram, então, a constituir-se em um novo tipo de propriedade. Assim dissertou Locke (1963) acerca do tema:

> Ainda que a terra e todas as criaturas inferiores pertençam em comum a todos os homens, cada um guarda a propriedade de sua própria pessoa, sobre esta ninguém tem qualquer direito, exceto ela. Podemos dizer que o trabalho de seu corpo e a obra produzida por suas forças? tornando sua propriedade. Ao remover este objeto do estado em comum em que a natureza o colocou, através do seu trabalho, adiciona-lhe algo que excluiu o direito comum dos outros homens. Sendo este trabalho uma propriedade inquestionável do trabalhador, nenhum homem, exceto ele, pode ter o direito ao que o trabalho lhe acrescentou... (Locke 1963: 98).

Para Locke (1963), este tipo de propriedade não causava qualquer conflito enquanto houvesse terra e recurso para todos. A necessidade do trabalho para melhorar sua

condição de vida, no entanto, levava as pessoas a estabelecer um vínculo cada vez maior com a terra, instituindo um processo de constituição da propriedade privada:

> Percebemos que existe um elo entre o fato de subjugar e cultivar a terra e adquirir o domínio sobre ela. Um garantia o título do outro. Da mesma forma que Deus, ao dar a ordem para subjugar as coisas, habilitou o homem a se apropriar delas. A condição da vida humana, que necessita de trabalho e de materiais para serem trabalhados, introduz forçosamente as posses privadas (Locke 1963: 102).

O surgimento da posse privada não era visto como um problema para Locke (1963), desde que na nova propriedade fosse efetuado algum trabalho transformador dos elementos da natureza. Para o filósofo, possuir terras e cultivá-las não era um ato de avareza e, sim, um ato de importância única para a humanidade:

> Aquele que se apropria da terra por meio de seu trabalho não diminui, mas aumenta a reserva comum da humanidade. Pois as provisões que servem para o sustento da vida humana, produzidas por um acre de terra cercado e cultivado, são dez vezes maiores que aquelas produzidas por um acre de terra de igual riqueza, mas inculta e comum (Locke 1963: 104).

Esse caráter benéfico da propriedade privada só se teria alterado com o advento do dinheiro. As moedas de troca possibilitaram a aquisição de terras maiores do que um trabalhador necessitava para produzir mantimentos. Para Locke (1963), criou-se, então, um ambiente de discórdia em que o desperdício de terras agia contra a vontade divina de que todos deveriam ter terreno disponível para empregar sua força de trabalho.

Na concepção de Rousseau (1988), a origem da desigualdade entre os homens não se deu com a criação do dinheiro, mas com o próprio estabelecimento da propriedade privada. Neste sentido, nota-se que a propriedade privada, para Rousseau (1988), tem um caráter negativo desde suas origens.

A abordagem de Rousseau (1988) inicia-se pela caracterização do homem primata. Naquela era, as pessoas eram guiadas puramente pelo instinto e sua produção nas terras trazia-lhes, somente, o necessário para a sobrevivência. A evolução da espécie humana

deu-se, na perspectiva de Rousseau (1988), através do aperfeiçoamento da linguagem e dos recursos tecnológicos utilizados em busca de suprimentos. A cada passo evolutivo dos seres humanos como, por exemplo, a invenção do machado e a articulação mais habilidosa das palavras, era legada ao homem a possibilidade de acumular um número maior de mantimentos. Para o filósofo, esse foi o primeiro traço da propriedade. O autor apontou ainda, uma oposição entre primitividade, ou estado de natureza, e sociedade, originária da constituição da propriedade:

> Enquanto os homens se contentavam...
> A propriedade se introduziu, o trabalho tornou-se necessário e as vastas florestas se transformaram em campos risonhos que foi preciso regar com o suor dos homens, e nos quais se viram germinar a escravidão e a miséria, a crescer com as colheitas (Rousseau 1988: 33).

A partir desse ponto ancestral da história, os seres humanos se desenvolveram com o intuito constante de garantir mais provisões e terrenos para si. Para Rousseau (1988), o ato de cercar um terreno e constituir propriedade privada foi o resultado de um longo processo em que as pessoas aprenderam a acumular. Dessa forma, a constituição da sociedade da civil ocidental teria sido, em grande parte, resultante de mecanismos inventados para proteger legalmente a terra de alguns em detrimento de defender-se a terra para todos. Esse mecanismo de proteção da propriedade privada foi, segundo Rousseau (1988), a causa principal de conflitos entre os povos:

> Levantava-se entre o direito do mais forte e o direito do primeiro ocupante um conflito perpétuo que só terminava por meio de combates e morticínios. A sociedade nascente foi praça do mais horrível estado de guerra. O gênero humano, aviltado e desolado, não podendo mais voltar atrás, nem renunciar às infelizes aquisições já obtidas, e não trabalhando senão para sua vergonha pelo abuso das faculdades que o honram, se colocou também às vésperas de sua ruína (Rousseau 1988: 41).

Na concepção de Rousseau (1988), o estabelecimento da propriedade privada foi a principal causa das guerras e mortes na história da humanidade. Em virtude das demarcações territoriais, as pessoas buscariam mecanismos para ampliar seu espaço

particular, assim como seus mantimentos e objetos. O autor também escreveu a respeito de uma luta pela legitimidade das terras entre o primeiro ocupante e o mais forte. Tal caracterização nos permite abordar a questão de como as concepções de 'posse' predominantes no Ocidente se estabeleceram e repercutiram no Novo Mundo.

Nos primeiros momentos de ocupação portuguesa no Brasil, por exemplo, a preocupação em demarcar e garantir a 'posse' do território já podia ser observada. As frotas portuguesas tinham uma série de práticas para oficializar o descobrimento das novas terras. Por descobrimento, entende-se que os navegantes foram os primeiros a aportar no território e, conseqüentemente deveriam afirmar a legitimidade de 'posse' para si em detrimento de outros povos europeus, assim como dos povos nativos. Desta forma, conforme apontou Holanda (1976), os navegantes portugueses erigiam monumentos e realizavam cerimônias religiosas tendo, como um de seus objetivos, oficializar a ocupação e a posse do espaço:

> Pedro Álvares apontou o sítio onde deveriam chamar uma cruz, acima do rio hoje denominado Mutari e antigamente Itacumirim. Pregadas as armas reais, erigiu-se o cruzeiro em lugar bem visível. Ao lado foi erguido o altar. Frei Henrique celebrou então a segunda missa na terra de Vera Cruz. Acabada a cerimônia e findo o sermão, distribuíram-se cruzes entre os índios. (Holanda 1976: 36)

Os eventos descritos, que nos reportam ao momento de chegada à cidade de Porto Seguro, revelam que as práticas religiosas já buscavam trazer os povos indígenas para o interior do meio cultural europeu. Além disso, as missas faziam parte de uma cerimônia de 'posse', de apropriação: os portugueses levantavam casas e igrejas, deixando explícito aos olhares de Espanhóis, Ingleses, Holandeses e dos povos nativos que naquele espaço se constituía uma vila ou aldeia da qual os portugueses eram donos.

Para os missionários, que passavam a se estabelecer no território brasileiro, o procedimento de delimitar territórios e acumular provimentos também se fez presente,

principalmente, quando os padres passaram a buscar o auto-sustento da Companhia de Jesus no Brasil (cf. Assunção 2004).

A análise efetuada por Assunção (2004) a respeito das cartas jesuíticas revela o desejo missionário de assegurar legalmente o direito dos bens por eles usufruídos na colônia e de garantir o investimento para a construção de residências e colégios. Em carta de 1556, por exemplo, o padre Manoel da Nóbrega [1517 – 1570] relatou a outros padres que "pediu terras ao Governador", quem, além das terras, forneceu "alguns escravos d'el-Rei e umas vacas para criação" (Nóbrega 1980[1557], apud Assunção 2004: 155).

O desejo por terras em que pudessem estabelecer aldeias onde o trabalho catequético e de plantação seriam realizados colocou, em grande medida, o trabalho jesuítico em sintonia com o projeto colonizador de transformar o território recém-descoberto em uma grande área de produção. Assim, nessa direção, podemos conferir o relato do padre Luis Figueira [1573 – 1643], cuja gramática faz parte de nosso material de análise, a respeito das terras do nordeste brasileiro:

> As terras são muy férteis, & se podem fazer infinitos engenhos de açúcar, porque se dão nellas muy fermosas canas, & a experiência tem mostrado, que as canas do Maranhão rendem dobrado, que as do Brasil. Mas faltão homês de posse, que facão fazendas (Figueira 1637, apud Assunção 2004: 167)

No século XVIII, o Maranhão fazia parte do Estado do Grão-Pará, independente do Brasil, embora também governado pelos portugueses. Neste contexto, Figueira (1637) ressaltou a necessidade de se criar sistemas de produção em uma terra ainda pouco explorada. Contudo, a legitimidade da posse dos europeus sobre aqueles territórios, ocupados tradicionalmente pelas comunidades indígenas, não era completamente aceita pela sociedade intelectual do ocidente. Francisco Vitória [1486 – 1546], jurista

espanhol, por exemplo, dedicou sua obra à problemática ética e jurídica da conquista colonial (cf. Perrone-Moisés 2000). O jurista defendia o Direito Natural dos povos indígenas da América. Isto implicaria a impossibilidade da ocupação do território pelos europeus, visto que as comunidades indígenas eram as legítimas proprietárias de seus bens, principalmente de suas terras (cf. Perrone-Moisés 2000).

Todavia, a legislação colonial encontrou mecanismos para consagrar a 'posse' europeia dos territórios recém-descobertos. Nos documentos legais do período colonial, não houve qualquer regulamentação que negasse ou restringisse os direitos dos índios às suas terras (cf. Perrone-Moisés 2000). Um alvará de 1596, que pendurou até as décadas seguintes, afirmava que "o gentio será senhor de sua fazenda assim como o he na serra" (Leite 1993). Todavia, conforme salientou Perrone-Moisés (2000), a prática colonial e missionária era a de convencer os índios a descer a serra rumo aos aldeamentos litorâneos. Estes aldeamentos se constituíam em sesmarias, terras distribuídas pelo poder colonial para incentivar a produção, e consideradas, portanto, terras doadas pelo Estado. Esvaziadas as tribos indígenas das serras, essas terras passavam a ser consideradas "terras devolutas", voltando para mão do Estado. Ao viverem nas aldeias missionárias, os índios estavam sob terreno 'concedido' pelo Estado, não sendo mais proprietário das terras que ocupavam tradicionalmente (cf. Perrone-Moisés 2000). Para os índios que se rebelavam contra a ocupação, aplicava-se o conceito de guerra justa, em que as terras pertenceriam aos vencedores dos conflitos. Considerando esses instrumentos jurídicos, sintetizou Perrone-Moisés (2000):

> As "vantagens" provenientes do aldeamento e da aliança com os portugueses em todos os aspectos costumam apresentar esse aspecto, para nós irônico: na melhor das hipóteses, os índios ganhariam o que sempre tiveram – sua liberdade, suas terras... Na época em que tais documentos foram redigidos, contudo, a conversão era o valor supremo, e a vantagem de ser cristão, indiscutível (Perrone-Moisés 2000: 113, 114).

O texto de Perrone-Moisés (2000) apontou para práticas coloniais que “depossuíam” os índios de suas terras, apesar de uma legislação que, em tese, protegeria os direitos das populações indígenas aos territórios por eles ocupados tradicionalmente. Considerando, também, as proposições de Locke (1963) e Rousseau (1988), relacionaremos as concepções de ‘posse’ tradicionais do ocidente ao modo como os colonos e missionários perpetuaram estas concepções ‘possessivas’ no território brasileiro dentro do período proposto em nosso trabalho.

1.2.2. A posse no universo cultural indígena

> *As terras tradicionais indígenas vão além da própria casa. As casas indígenas não se resumem apenas na moradia. As terras indígenas vão nos lugares onde se pesca, onde se caça, onde se caminha, onde se mantém os locais sagrados...* (Joênia Batista de Carvalho – advogada dos índios Wapichana, durante sessão no Supremo Tribunal Federal sobre a demarcação de terras Reserva Raposa do Sol em Roraima)

A despeito do embate sócio-jurídico envolvendo a reserva Raposa do Sol em Roraima, destacamos as palavras da advogada indígena por representar, ainda que em perspectiva generalizada, que talvez merecesse ser nuançada de cultura a cultura, a concepção indígena sobre terra e lar. De todo modo, também nos soam generalizadores (mas não falsos) os textos de Rousseau(1988) e Locke (1963) explorados na seção anterior. As reflexões da advogada, portanto, nos parecem ilustrativas de uma certa concepção indígena americana de pensar a “posse”.

Os séculos de contato com a cultura ocidental colocaram, simultaneamente, os índios em situação de confronto e convivência com as noções culturais do Ocidente sobre o tratamento e a ocupação de terras. Esses contrastes culturais e dualidades de significações foram eficazmente retratados no discurso da advogada, na medida em que

esse discurso expõe a visão indígena sobre a terra simultaneamente a concepções ocidentalizadas, como as de ‘casa’ e ‘moradia’.

A discussão sobre a relação dos índios com a terra e os objetos, costumeiramente, transforma-se em um debate sobre a existência de “posse” entre suas comunidades, nos mesmos moldes em que tal conceito se solidificou na cultura do Ocidente. Dessa forma, a antropologia e sociologia que se ocupam em descrever as estruturas sociais dos Tupi conferem a essa questão da “posse” um papel central (e polêmico) em seus trabalhos:

> Devo tratar agora de um problema árduo: quais eram os limites entre a propriedade privada e a propriedade coletiva entre os Tupi ? (Fernandes 1948: 140)

> Não é correto dizer que os índios não têm noção de propriedade. Seria mais correto dizer que esse direito de propriedade não se aplica aos índios como se aplica a nós (Melatti : 64)

A problematização que se colocou nesses trabalhos foi a do estabelecimento, nas comunidades indígenas, de um caráter individual ou de exclusividade em relação aos mecanismos de produção, ao território habitado, às relações gerais entre os indivíduos e os objetos.

Com relação à noção de posse do território ocupado, por exemplo, as cartas e relatos de viagens, da época dos primeiros contatos, sugerem, primeiramente, que a costa brasileira era habitada por povos falantes de línguas similares e praticantes de hábitos culturais igualmente próximos (cf. Fausto 2001). Estes povos costumavam erigir grupos de 4 a 5 malocas distribuídas, sem uniformidade, em volta de um pátio central, onde eram realizadas reuniões e cerimônias. Em vota das malocas, os índios levantavam dois conjuntos de cercas feitas de madeira, com o intuito de proteger o território de ataques inimigos (ef. Fausto 2001). Os mantimentos cultivados e coletados nas áreas próximas às malocas eram distribuídos igualmente por grupos unidos pelo laço familiar.

Sobre a administração dos mecanismos de produção indígena, é notório que as fontes quinhentistas ressaltaram um aspecto igualitário de distribuição dos mantimentos em partes diferentes do imenso espaço litorâneo. Em face desse caráter igualitário de compartilhamento dos mantimentos, Abbeville (1975[1614]), padre capuccino em missão no Maranhão, enxergou a configuração de uma idéia diferenciada e, ao que parece, surpreendente para um europeu, de propriedade sobre objetos alterados pela força de trabalho a que Locke posteriormente faria menção:

> Embora possuam alguns objetos e roças particulares e qualquer um pode aproveitar-se de seus haveres livremente, distribuem entre si tudo o que possuem e não comem nada sem oferecer a seus vizinhos. Quando voltam de suas pescarias ou de suas caçadas, com algum peixe, algum veado corça, javali, paca ou outra presa, tudo repartem cuidadosamente de modo que dê para todos (Abbeville 1975[1614]: 227).

Nos litorais paulista e carioca, o viajante alemão Staden (1974[1557]) e o cronista português Gândavo (2004[1576]) observaram, assim como Abbeville (1975[1614]), os padrões de cooperação estabelecidos entre os habitantes da mesma comunidade:

> ...em cada casa vivem todos muito conformes, sem haver nunca entre eles nenhumas diferenças: antes tão amigos uns dos outros, que o que é de um é de todos, e sempre de qualquer coisa que um come, por pequena que seja, todos os circunstantes hão de participar dela (Gândavo (2004[1576]: 45)
>
> Não existe entre eles propriedade particular, nem conhecem dinheiro. Seu tesouro são penas de pássaros. Quem as tem muitas é rico e quem tem cristais para os lábios e faces, é dos mais ricos. Cada família tem, para comer, a mandioca que lhe é própria. (Staden (1974[1557]: 172).

As citações parecem sugerir que cada família dispusesse de um terreno próprio ou exclusivo para obtenção dos elementos necessários à sobrevivência. Contudo, a organização social destas comunidades criava mecanismos para que o que fosse plantado ou coletado, no espaço de um grupo familiar, ficasse facilmente acessível às outras famílias, como assinala Florestan Fernandes, em texto de 1948.

Além disso, segundo Fernandes (1948), a economia Tupi prezava pela produção restrita de mantimentos necessários ao consumo imediato. Em virtude do caráter

nômade das populações Tupi, técnicas de racionalização em que os produtos ficassem acumulados ou estocados eram completamente desconhecidas ou não haviam sido desenvolvidas.

O caráter polêmico da questão da 'posse' entre os Tupi, debatido em antropologia, emergiu, em grande medida, em função da constatação de que havia, sim, algum tipo de domínio privado em relação aos objetos de uso pessoal. Assim, Fernandes (1948) ponderou que:

> O conceito de propriedade privada em relação aos objetos de uso pessoal pode ser evidenciado com nitidez, quando se consideram ritos das cerimônias funerárias. Todos os objetos que pertenciam ao morto eram enterrados com ele. E todo aquele que possui um dado objeto pertencente ao morto procura devolvê-lo publicamente... (Fernandes 1948: 140).

Segundo apurou o autor, este aspecto da cultura Tupi estaria relacionado à crença em um pós-vida. Assim, o índio falecido necessitaria de seus objetos para o início de uma grande viagem e, caso não estivesse acompanhado de seus pertences, ele poderia causar problemas para as demais pessoas da comunidade. Segundo Fernandes (1948), isso implicaria na existência de um elo profundo entre as pessoas e seus objetos, revelando uma mais evidente noção de propriedade privada entre os Tupi.

Ainda de acordo com Fernandes (1948), seria possível chegar a uma síntese em relação aos padrões de comportamento do índio Tupi com relação aos objetos pessoais. Haveria três padrões básicos: 1) um padrão baseado na noção de que os objetos estariam relacionados especificamente a um indivíduo; 2) um padrão fundamentado nos mecanismos de cooperação da cultura indígena, que permitia que mesmo esses objetos pessoais ficassem facilmente acessíveis para o usufruto dos demais indivíduos; 3) um padrão que operava com o imperativo do falecimento da pessoa, em face do qual seus objetos deveriam ser devolvidos a ela, para o caso de necessidade póstuma, na cerimônia funerária.

O contato com os europeus ao longo de centenas de anos certamente não deixou de causar impacto na cultura Tupi, o que inclui alterações em sua relação com a terra e os objetos.

Logo nas primeiras décadas de colonização, por exemplo, as comunidades indígenas conheceram instrumentos que poderiam auxiliá-las a desenvolver suas atividades com maior rapidez e eficácia, como o machado, a enxada e a foice. Esses objetos passaram a ser adquiridos pelos índios através das trocas comerciais conhecidas como escambo, isto é, em trocas nas quais os índios entravam com o trabalho pesado na construção de casas e igrejas para conseguir os objetos recém-descobertos. Para Fernandes (1976), o contato com esses objetos, a princípio, não causou mudanças extremas no modo de vida indígena:

> Os bens culturais, recebidos através do escambo, não chegaram a desencadear mudanças culturais profundas. A razão disso é evidente. Artefatos como o machado, a faca, além dos tecidos, dos espelhos, dos colares de vidro e outras quinquilharias, logo foram muito cobiçados pelos indígenas. A ponto de se sujeitarem não só a permutá-los com os próprios bens, mas a prestar serviços em condições muito árduas para consegui-los. A difusão desses elementos culturais não afetava, entretanto, o equilíbrio do sistema organizatório tribal. De um lado, porque o uso de tais artefatos não se fazia acompanhar da aceitação das técnicas européias de produção, de circulação e de consumo. De outro, porque os próprios indígenas selecionavam os valores que desejavam incorporar à sua cultura, rejeitando os demais, às vezes até de forma desagradável para os brancos (como, por exemplo, as maneiras dos europeus às refeições ou diante dos bens naturais, que pretendiam acumular em grande quantidade: os nativos ridicularizavam-nos abertamente). (Fernandes 1976: 81)

Portadores de novos instrumentos para obter seus mantimentos, os povos Tupi, segundo Fernandes (1976), não os utilizaram da mesma maneira que os europeus, tampouco passaram a racionalizá-los ou acumulá-los. Para o autor, este quando só viria a ser alterado quando os portugueses substituíram o escambo pela agricultura.

Buscando estabelecer grandes roças de plantação, os colonos passaram a enxergar no índio o último grande obstáculo à posse definitiva das terras. Neste sentido, os colonos centralizaram grandes esforços em expropriar as terras dos índios, seja através da

escravidão ou da desorganização das instituições tribais, que pareciam garantir a autonomia cultural aos habitantes iniciais do território (cf. Fernandes 1976).

Diante do cenário negativo que surgia, as comunidades indígenas reagiram, de forma geral, de três diferentes modos através dos séculos de colonização (cf. Fernandes 1976). O primeiro constituiu-se em lutar pela autonomia tribal por meios violentos. Essa alternativa ocasionou em grandes alianças de diferentes povos indígenas, ou mesmo desses com outros povos europeus, principalmente, os franceses. Por séculos perpetuados, os ataques indígenas causaram grandes danos aos portugueses que, por sua vez, aproveitaram-se das rivalidades intratribais para enfraquecer as alianças dos índios (cf. Fernandes 1976). A segunda forma de reação indígena frente à postura dominadora e hostil portuguesa resumiu-se à submissão aos padrões culturais europeus. Isso ocorreu sobretudo com os índios que adotaram o Catolicismo nas aldeias missionárias. Por submissão entendemos, também, um processo em que os índios foram obrigados a realizar trabalho escravo. A terceira forma de reação apontada por Fernandes (1976) tratava da preservação da autonomia por meios passivos, isto é, caracterizava-se pela migração dos índios para locais aos quais a influência colonial ainda não houvesse chegado.

A preservação das características culturais indígenas precoloniais, o que inclui as especificidades nas relações de ‘posse’ da terra e dos objetos, variou de acordo com os tipos de reação citados acima. Certamente, os percursos indígenas, em face dos processos atinentes à colonização não foram uniformes. Contudo, as proposições de Fernandes (1976) apontaram três casos-tipo de reações que, em larga escala, recobririam a situação que os povos indígenas tiveram que enfrentar diante da mudança brusca no espaço que ocupavam tradicionalmente.

A partir destes aspectos gerais, relativos ao período colonial e, no mais das vezes, à região costeira do território, pode-se tratar de como a questão da 'posse' entre os índios, corporificada, sobretudo nos vínculos com a terra e os objetos, ficou afetada na Amazônia do século XIX, local e período em que as gramáticas do Nheengatu foram confeccionadas por uma sorte de viajantes/militares (cf. Capítulos 2 e 3).

A este respeito, Moreira Neto (1988) identificou três grupos gerais, oriundos das situações expostas anteriormente, na região amazônica: Os índios tribais, ou seja, aqueles que conseguiram se mantiver afastados da influência 'civilizatória'. O segundo grupo seria constituído pelos denominados tapuios. Estes adquiriam traços da cultura 'civilizatória', como o manuseio de armas de fogo, por exemplo. Em contrapartida, os tapuios preservaram sua identidade indígena e muitos de seus costumes, incluindo as relações com a terra descritas anteriormente. Os sertanejos, segundo Moreira Neto (1988), eram grupos com raízes indígenas, mas que, frente ao processo de civilização, passaram a se identificar com o meio de vida nacional, mesmo que estivesse à margem dele tendo sua mão-de-obra explorada.

1.3. Os mecanismos linguísticos de expressão da noção de 'posse'

1.3.1. Sintagmas verbais indicativos de 'posse'

Da mesma maneira em que verificamos um conceito de 'posse', do ponto de vista sociacultural, nas sociedades ocidentais, podemos destacar que a idéia de 'posse' também se solidificou nos estudos da linguagem feitos no Ocidente. De fato, o latim e grego clássicos já abordavam os chamados pronomes possessivos, assim como se tornou também tradicional atribuir um caráter de possessão a verbos como 'Sum' (assim

referido na tradição que enfocamos), ‘Habere’, e seus correlatos modernos, ‘Ter’, ‘Avoir’, ‘Have’, bem como às estruturas genitivas.

A categorização dessas estruturas lingüísticas como de ‘posse’ tem sucitado debate entre os lingüistas. García-Hernandes (1992), por exemplo, considera a ‘possessão’ uma noção transitiva que, como tal, receberia expressão com verbos transitivos como ‘Habeo aliquid’ – ‘Eu tenho dinheiro’. Segundo o autor, somente este tipo de estrutura expressa concretamente a ‘posse’ por reunir ‘possessor’ e ‘possuído’, relacionados através de verbos com os conceitos particulares de propriedade. O estudo de García-Hernandes (1992) critica, sobretudo, a idéia de que frases com um verbo ‘ser’ ou ‘sum’, como a construção dativa no latim ‘filius est mihi’, e frases com um verbo transitivo, ‘filium habeo’, traduzem uma mesma idéia de ‘posse’.

O autor pontuou que as expressões construídas com verbo e o nome dativo, por exemplo, expressam a idéia de algo em relação de interesse com alguém. Estas expressões teriam origem no proto-indo-europeu em que a noção de ‘posse’ não teria se desenvolvido ou seria considerada irrelevante. Com o passar dos séculos, as línguas originárias desse tronco, como o latim, desenvolveram mecanismos próprios para expressar ‘possessão’ ao mesmo passo em que esse conceito se desenvolvia. Assim, em latim, passou-se a utilizar verbos como ‘habere’ para expressar ‘posse’, visto que a expressão com ‘sum’, mais antiga, não abrangeria esse conceito. Segundo pontuou García-Hernandes (1992), fazer equivaler as frases com ‘sum’, com aquelas com pronomes possessivos ou aquelas que conteriam relações expressas morfologicamente pela flexão de caso genitivo ao mesmo conceito ‘possessivo’ expresso por verbos transitivos, tais como ‘habere’ e ‘ter’, constituiria um erro metodológico e uma vulgarização da noção de ‘possessão’:

> Desde la antigüedad clásica, la idea de posesión há experimentado um proceso constante de vulgarización. Como hemos señalado, los gramáticos antiguos (cf. Prisc., Gramm. 2.68. 15

> sigs.; 3.213.3 sigs) dieron tal clasificación a los adjetivos y pronombres que hoy conocemos precisamente como posesivos, a otros adjetivos (*Priameium regnum)* equivalentes de genitivos y sobre todo al genitivo que determina al sustantivo bien directamente (*Priami regnum*) bien a través de sum (*regnum Priami est)*. Hasta el presente la tradición gramatical há aceptado casi sin rechistar tal denominación como si tratara de diferentes categorias (pronombres, adjetivos, casos Del nombre, etc.) unidas por su caráter posesivo....
> Esta falta de rigor científico desencadena a veces procesos de vulgarización terminológica y conceptual; así surgen palabras de gran recurrencia, susceptibles de cualquier uso y abuso. (García-Hernandes 1992, 327, 332).

Essa falta de rigor em determinar expressões como 'possessivas', segundo o autor, resulta em erros de análise gramatical como, por exemplo, equiparar uma frase na passiva e com verbo de apreciação 'sum', 'filius est mihi', com uma frase na voz ativa e um verbo transitivo, 'habeo filium'.

Sobre a caracterização de verbos como 'Habere', 'Ter' e 'Avoir' como expressões mais autorizadas das noções específicas de 'posse', pode-se colocar em contrapartida ao trabalho deste autor as ponderações de Benveniste (2005[1966]). O lingüista francês questionou, primeiramente, o caráter transitivo desses verbos. Eles seria pseudo-transitivos, pois, embora se insirissem na estrutura "Sujeito – Verbo – Objeto", típica da transitividade, eles não expressariam uma ação em que o sujeito modifica o objeto. Na concepção do autor, estruturas deste tipo ocorreriam em poucas línguas do mundo e não seriam a principal forma de expressar conceitos como o de 'posse':

> Um verbo *avoir* não enuncia nenhum processo. Na verdade, *avoir* como lexema é, no mundo, uma raridade: a maioria das línguas não conhece. No próprio seio das línguas indo-européias é uma aquisição tardia, que levou muito tempo para impor-se e que permanece parcial...
> É muito fácil para qualquer um verificar, em qualquer domínio lingüístico, a predominância do tipo "*mihi est*" sobre o tipo "*habeo*". (Benveniste 2005[1966]: 212-214)

Para o autor, 'Avoir' e 'Habere' são verbos que expressam um estado tanto quanto 'Sum' ou 'Ser'. Recorrendo a dados de línguas como o Ewe (Togo) e o Vai (Libéria), Benveniste (2005[1966]) concluiu que as estruturas com verbos similares a 'Sum' predominam, quantitativamente, sobre as estruturas em que se utilizam verbos como

‘Habere’. Desta forma, mesmo onde se utiliza um verbo como ‘Habere’, a construção com verbos tal como ‘Sum’ é a originária e mais comum.

Outro conjunto de autores, que se concentrou em delinear papéis semânticos nos sintagmas que contêm uma relação possessiva, tais como Touriño (2003), Seiler (1983) e García-Miguel (1995), trabalha com uma variedade de estruturas que, segundo sua interpretação, expressam uma mesma ‘possessão’. Para estes autores, sentenças como ‘João tem um livro’ e ‘O livre é de João’, por exemplo, apresentam uma mesma relação substancial em que ‘possuidor’ e possuído’ cumprem determinadas exigências semânticas. De acordo com Seiler (1983), por exemplo, as estruturas ‘possessivas’ são aquelas que envolvem uma série de propriedades como, por exemplo: a) o ‘possuidor’ é um ser com traço [+humano] específico, b) o ‘possuído’ é algo concreto, usualmente inanimado, c) para cada ‘possuído’, há apenas um ‘possuidor’. E, nos dois tipos de sintagmas citados, essas propriedades estariam presentes.

1.3.2. O caso genitivo

Outra categorização tradicional nos estudos da linguagem das relações de posse dá-se através do caso genitivo. Tal como conhecido hoje, foram os estóicos na Grécia antiga os primeiros a formalizar e apresentar essa categoria (Moura Neves 1987: 184). Nomeada pelos estóicos como ‘*geniké*’ e, posteriormente, pelos latinos como ‘*genitituus*’ (cf. Moura Neves 1987), essa categoria era parte do paradigma de casos em grego e latim clássicos. Verificando o latim, por exemplo, nota-se que essa língua tinha seis tipos principais de casos, de acordo com a função do nome no contexto sintagmático. Por esta razão, a língua latina é caracterizada como portadora de casos ‘morfológicos’, isto é, marcados por desinências específicas. Nesse paradigma marcado morfologicamente, era tributo do caso genitivo estabelecer uma relação de especificação

de outro substantivo. Dessa forma, era, por exemplo, expresso o seguinte sintagma em latim *rex romanorum*, 'rei dos Romanos', onde *roman**orum*** (romanos), ao flexionar-se com as marcas de caso (no número plural), desempenha a função do genitivo, isto é, especifica o primeiro substantivo, *rex* .

Segundo Cardoso (1983), as línguas neo-latinas preservaram a função do genitivo, embora boa parte delas, como o português, o espanhol e o italiano, não tenham preservado sintagmas nominais flexionados em casos como os do latim. O mecanismo utilizado nestas línguas para especificar, e substituir as flexões nominais do latim, se dá no uso de preposições, como 'de'. Assim, resumiu Cardoso (1983):

> Não é, por isso, difícil ver que a função essencial do genitivo seja (no latim clássico e ainda hoje defendido pelos latinistas) a de "especificar", de um modo geral, é precisamente esta a função da preposição *de* nas línguas românicas, particularmente no Português, como "tradutora" do genitivo latino. O genitivo determina um ser, um objeto, um processo, designados por um nome em referência a uma realidade ou a uma noção de existência distinta, quer seja uma relação de dependência ou de posse (*líber* Petri), a relação de uma parte com o todo (*unus militum*), quer se trate de uma relação de qualquer outra natureza. (Cardoso 1983: 26)

Para Cardoso (1983), esta tradução do genitivo latino para a língua portuguesa é possível porque, seja através das flexões latinas ou das preposições do Português, expressa as mesmas funções gramaticais e efeitos semânticos do caso em questão. Certamente, esta tradução não é perfeita, pois, como ressaltou o mesmo autor, o uso de preposições permite uma especificação, característica principal do genitivo, mais apurada. Dessa forma, o latim teria substituído, gradualmente, o paradigma de declinações por um uso mais efetivo e especializado de preposições, tal como pode ser visto nas línguas neo-latinas.

A proposição a respeito da função do genitivo de estabelecer relações de especificação de qualquer natureza entre os nomes, tal como defendida por Cardoso (1983), foi esmiuçada por outros autores. Segundo Winston, Chaffin & Hermann (1987)

e Braga (2007), as relações semânticas expressas pelo genitivo dividem-se em dois tipos: as relações meronímicas, ou seja, relações do tipo parte-todo como em: ‘O braço de Pedro’ e ‘O galho da árvore’; as relações não-meronímicas, compreendidas pelas expressões de atribuição, ‘O cheiro do peixe’ e de ‘posse’, definida como uma relação durável e estável entre os seres e os objetos, como em ‘O carro de José’.

Dado que essa questão da posse está, como vimos, intrincada nas sociedades ocidentais modernas através de mecanismos jurídicos, alguns autores, como Nichols (1988), distinguiram os sentidos expressos pelo genitivo baseados em acepções culturais. Segundo o autor:

> Do ponto de vista semântico, a posse alienável é direito de propriedade adquirido social e economicamente, enquanto a posse inalienável é inata, inerente, não adquirida. Todavia, a noção de inalienabilidade não é semanticamente uniforme, mas varia de língua para língua (certos objetos considerados inalienáveis em uma cultura não o são em outra). (Nichols 1988: 558)

As proposições de Nichols (1988) trouxeram à tona aspectos culturais para distinguir sentenças como ‘O carro de Pedro” de “O braço de Pedro”. ‘Posses’ alienáveis e inalienáveis, respectivamente, essas frases encontram paralelo na distinção entre relações meronímincas e não meronímicas, tal como tratadas por Braga (2007) e Winston, Chaffin e Hermann (1987).

Como se vê, não só as línguas mudaram, ou têm variado, as formas de expressar uma relação genitiva, como também o estudo desta questão acata mais de uma perspectiva: desde a estritamente gramatical, atenta aos mecanismos morfossintáticos postos em jogo, até perspectivas pragmáticas, ou, num sentido ainda mais amplo, etno-culturais. Assim, se em seus primórdios na Grécia antiga, o caso genitivo, no viés em que nos interessa analisá-lo, era tratado, eminentemente, um especial tipo de marcação flexional indicativa de ‘posse’ (cf. Moura Neves 1987), estudos mais recentes buscam distinções que reflitam a diversidade de relações, gramaticais e também culturais, de que o caso

genitivo poderia dar conta. A representação gramatical espelharia, nesse sentido, sutis matizes de específicas visões de mundo (cf., no Capítulo 3, análise do *corpus* sob essa perspectiva).

1.3.3. Pronomes/Adjetivos possessivos

Tal como os conceitos imbricados nos usos do metatermo 'caso genitivo', também em relação aos pronomes ou adjetivos possessivos há aspectos de continuidade e de ruptura a serem observados na tradição de estudos lingüísticos ocidental. A própria oscilação terminológica do termo nuclear do metatermo (*pronome* possessivo, *adjetivo* possessivo, *pronome adjetivo* possessivo etc.(v. Capítulo 4, adiante)) é em si um índice do caráter polêmico dessa categoria. Atendo-nos ao primeiro rótulo, podemos, grosso modo, definir 'pronome' (cf. Neves 2000: 345) como categoria de palavra que tem a função de fazer referenciação sem nomear ou denominar, como o fazem os substantivos. Um destes tipos de referenciação, como sabemos, é feita por meio dos chamados pronomes possessivos.

Tem havido, na tradição gramatical ocidental, embora não de modo consistente e constante, uma diferenciação terminológica entre os possessivos que determinam um substantivo explícito na frase e os possessivos que fazem subentender um substantivo ausente do enunciado (cf. O meu livro é bom/ o meu é bom). Assim, do ponto de vista metalinguístico, os primeiros possessivos, num quadro terminológico idealmente organizado, seriam (e por vezes o são) denominados 'adjetivos possessivos', enquanto os do segundo tipo seriam (e também eventualmente o são) classificados como 'pronomes possessivos'. Não há, como sabemos, nem na tradição gramatical de descrição de línguas românicas que mais de perto conhecemos, nem na tradição gramatical aqui em estudo, consistência no emprego assim diferenciado desses

metatermos. Nossas análises indicam que tanto pode ocorrer essa separação ideal, sustentada nos conceitos clássicos de ‘adjetivo’ e ‘pronome’, como podem estar invertidos, hierarquizados (*pronome adjetivo* possessivo, por exemplo), ou simplesmente variarem de modo aleatório os metatermos eleitos para dar conta da identificação de um dado fenômeno. É ainda comum que um autor opte pelo uso exclusivo ou de pronome, ou de adjetivo possessivo, talvez sob a convicção de que não haveria divergência gramatical relevante entre ‘meu livro’/ ‘o meu’.

1.4. Mudança Lingüística e mecanismos de tradução

Temos considerado a perspectiva segundo a qual as descrições lingüísticas efetuadas, ao longo de quatro séculos, do Tupi/Nheengatu passaram por mudanças, advindas, fundamentalmente, ou de alterações nos modelos descritivos adotados, ou nos perfis de descritores considerados (se missionários, se cientistas). No entanto, tal como aventamos a possibilidade de os contatos entre povos terem gerado negociações que, por sua vez, podem ter resultado em alteração nos modos concretos de lidar com a ‘posse’ nas comunidades indígenas, devemos também aventar a hipótese de que os usos da língua, em diferentes regiões e circunstâncias, durante tantos séculos, e em contextos de específicos contatos lingüísticos, pode ter redundado em alterações no próprio sistema. De fato, a consideração de um Tupi(nambá) e de um Nheengatu, emergido do primeiro sistema, já insinua, em nosso texto, essa possibilidade. Cumpre-nos investigar, todavia, se eventuais mudanças se instauraram nos mecanismos lingüísticos relativos à ‘posse’. Um aspecto que talvez nos permita discutir essa questão pode ser, por exemplo, o papel do verbo ‘rekó’ (ter), desenhado pelas diferentes descrições gramaticais nesse período: sem destaque nas descrições coloniais do Tupi, esse item lexical passa, nas descrições oitocentistas, a desempenhar um papel central na indicação de relação de

‘posse’. A questão que se coloca, portanto, é: as descrições ressaltaram diferentes aspectos da língua? A língua experimentou mudança nesse quesito? Ou ocorreram ambos os processos? Essas perguntas não encontram resposta simples, considerados a quantidade de documentos disponíveis e de estudos posteriores a eles dedicados. No entanto, a questão necessariamente impôs-se ao nosso horizonte durante a análise.

Outra questão a insinuar-se continuamente nos processos de análise das descrições gramaticais do Tupi/Nheengatu foi a relativa às traduções. A respeito delas, parecem não ser casuais as línguas empregadas para tradução (por exemplo, se o português, se o latim, ou se outras línguas, nas gramáticas predominantemente escritas em português, que constituem a maior parte de nosso corpus), bem como as soluções reveladas em distintos mecanismos de tradução das estruturas de ‘posse’. Considerada a natureza exógena (Auroux 1992) dessas gramáticas, nesse caso corporificada no fato de elas descreverem uma língua-objeto por meio de uma meta-língua distinta, tomamos essa meta-língua (ou língua de descrição) também como um importante componente da metalinguagem. Assim, as equiparações tradutórias feitas entre um sistema e outro(s) no momento em que se analisam ou exemplificam fenômenos foram compreendidas como tentativas de esclarecimento, de organização, de classificação de dados, ou seja, como parte, bastante palpável, do aparato metadescritivo.

Seja como for, nosso intuito, nos capítulos que se seguem, é mapear, mais detidamente, as questões a que fizemos breve alusão neste capítulo introdutório. Parece-nos que os conceitos fundadores da Historiografia Lingüística a que nos filiamos; as informações etnológicas acerca dos povos cujas línguas estão descritas nos materiais consultados; os modos ‘tradicionais’ de tratamento lingüístico da ‘posse’ no contexto da gramaticografia ocidental; a questão da mudança lingüística e da tradução confluem

para uma tentativa de abordagem mais ampla das visões e representações que desejamos apreender.

Os próximos capítulos 3, 4 e 5 pretendem pôr em prática notas e observações aqui esboçadas.

Capítulo II: Método

Neste capítulo explicitamos os procedimentos metodológicos adotados para a execução da pesquisa. Alguns deles são atinentes à metodologia geral da Historiografia Lingüística (como o estabelecimento de uma periodização, a seleção de fontes primárias, a definição de parâmetros 'internos' e 'externos' de análise). Outros dizem respeito, especificamente, ao tratamento do tema, isto é, constituíram-se em ferramentas através das quais procuramos ter acesso os modos de sistematização da questão da 'posse' nas gramáticas do Tupi/Nheengatu.

2.1. Periodização

A periodização do trabalho abarca os séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, marcados pela colonização portuguesa no Brasil e pelos primeiros anos de independência política do país.

O período proposto não é, evidentemente, homogêneo. Os três primeiros séculos de nossa periodização podem ser designados como 'período missionário', devido não só ao fato de abranger as descrições lingüísticas realizadas pelos missionários católicos jesuítas, mas também devido a uma série de práticas culturais e de políticas lingüísticas comuns, desenvolvidas em torno do objetivo de catequese dos povos locais.

Com efeito, ao longo desse primeiro período, as gramáticas do Tupi – a primeira, como sabemos, de Anchieta (1595) – foram elaboradas com o intuito de ensinar a língua a outros missionários encarregados de converter a população autóctone à fé católica e, em última instância, à empresa colonial.

A aproximação lingüística com os nativos da língua mais falada na costa (mais tarde caracterizada como ‘geral’) era parte fundamental do processo de conversão ao cristianismo e da implantação do sistema colonial, como já observamos no capítulo anterior.

A literatura especializada no estudo de tais textos (cf., entre outros, Rodrigues (2000); Freire (2003); Moreira Neto (1988)) identifica, para os missionários envolvidos no empreendimento colonial, a tarefa não só de difundir o cristianismo entre os indígenas, mas também a de organizar e explorar a potencial mão-de-obra indígena, sempre que ela fosse necessária.

Nesse o cenário é que os gramáticos missionários (José de Anchieta, Luís Figueira, Anônimo) estavam inseridos para elaboração de suas obras.

O século XIX, considerado por nós como um subperíodo complementar ao anterior, tem sido caracterizado como um momento que concentrou uma série de mudanças tanto no contexto sociocultural (com eventos como transferência da Corte Portuguesa para o Brasil, Independência, falência do sistema escravocrata, República, entre outros) quanto na língua e em seu tratamento gramatical.

Primeiramente, sob o ponto de vista contextual, é preciso assinalar a intensificação de uma política anti-jesuítica, iniciada já no século anterior, que culmina com a destituição de muitos dos poderes exercidos até então pelos missionários e com sua expulsão das colônias portuguesas (Brasil e Grão-Pará) sob ordens do Marquês de Pombal [1699–1782]. Essa nova linha política acarretou grandes mudanças no contexto social da América colonizada por Portugal, principalmente na região amazônica, conforme aponta Moreira Neto (1988):

> A política pombalina baseia-se em um claro instrumento de intervenção e submissão das comunidades indígenas aos interesses do sistema colonial. Neste sentido, amplia e completa a obra de desorganização da vida indígena tribal, inaugurada pelas missões. Ao estimular o aumento do número de colonos brancos e seu conseqüente domínio sobre os indígenas,

> assegurado pela manutenção e ampliação da distribuição compulsória da força de trabalho indígena entre os colonos, esta política teve resultados mais negativos para os índios concretamente envolvidos no processo (Moreira Neto:1988, 27).

Essa nova política de desmantelamento mais sistemático da vida social indígena e de um planejamento mais explícito dos processos de exploração do trabalho indígena, inicialmente conduzida por Pombal, foi motivada pelo interesse da Coroa Portuguesa em intensificar o nível produtivo da Amazônia brasileira e também pela necessidade de demarcar definitivamente a região como de ocupação portuguesa, já que outras nações européias reivindicavam seu controle em diversos tratados do fim do século XVIII (cf. Freire 2003).

Ainda segundo o estudo e levantamento de documentação da época feitos por Freire (2003), as diretrizes desses tratados, como o de Madrid (1750), exigiam que cada país provasse que tinha efetivamente ocupado a região cuja posse reivindicava, através de um conjunto de fatores, inclusive lingüísticos. Se, em uma região, por exemplo, o português fosse um idioma falado nas instituições oficiais e por boa parte da população, esta área deveria ser reconhecida como portuguesa. Não é de estranhar, pois, que o Estado Português adotasse uma série de políticas nessa direção, como a que propunha o banimento do uso do Nheengatu – até então a língua de mais proficiência da região – e a expansão do uso do Português para além dos restritos círculos governamentais (cf. Freire 2003).

Os efeitos dessas políticas foram sentidos, sobretudo, em meados do século XIX, com a intensificação das medidas tomadas pela coroa Portuguesa com o intuito de aumentar o potencial produtivo da região e a expansão do uso da língua portuguesa e que, em grande medida, foram mantidas pelo neo-Estado brasileiro após a adesão do Grão-Pará à Independência do Brasil em 1823 (Freire 2003).

É justamente com foco na região amazônica, onde o Nheengatu era a língua materna de grande parte da população, ou de comunicação inter-étnica, e cada vez mais em 'contato' com o português, que as gramáticas da língua deste século foram elaboradas, sob autoria de viajantes, naturalistas,, militares, o que caracteriza o período, do ponto de vista de documentação historiográfica, como o das 'expedições científicas' (cf. Altman et. Al. 2008).

A análise comparativa destas gramáticas, escritas por esse novo grupo de descritores, com as elaboradas nos séculos anteriores pode, por hipótese, apontar mudanças nos modelos metalingüísticos, bem como no uso cotidiano da língua Tupi, que revelem modificações no plano de percepção e representação do conceito de 'posse' por parte dos índios e dos gramáticos.

Em vista disso, entendemos que o recorte extensivo aqui proposto, embora possa parecer por demais ambicioso em um primeiro momento, se justifica na medida em que a reconstrução dos percursos históricos que redundaram na descrição de expressões denominadas como de 'posse', no Tupi e no Nheengatu, talvez possa se dar com maior justeza a partir de uma interpretação continuísta da história.

Desta maneira, espera-se que o estudo correlacionado de ambientes sociais em constantes mutações com as mudanças nas práticas de codificação metalingüística aplicadas à língua aponte para o processo de negociação (ininterrupto durante todos esses séculos) entre dois mundos – o do falante nativo e o do descritor de cultura ocidental – que, a partir das descrições lingüísticas, se quer descrever.

2.2. Busca, seleção e organização do material de análise

Dentro da diversidade significativa de fontes pertinentes a um projeto de escopo temporal extensivo como este, elegemos as gramáticas do Tupi publicadas no período

XVI-XIX como material central da análise pretendida, pois foi nelas que os missionários, viajantes e naturalistas aplicaram noções previamente categorizadas, moldadas em certa metalinguagem, para descrever seu objeto.

Supomos que a metalinguagem por eles utilizada, herdeira de uma longa tradição de descrição lingüística (cf. Auroux, 1992; Swiggers 1997), não foi meramente adaptada à nova realidade lingüística com que se defrontaram, mas resultou de um processo constante de negociação, transposição, e recriação que é possível (e que nos interessa) descrever.

O critério que utilizamos para eleger esses documentos foi o de que, invariavelmente, deveriam ser gramáticas sobre o Tupi, embora essa denominação seja polêmica, não apenas por se confundir em alguns momentos com o Guarani falado em diversas áreas da América do Sul, conforme apontam os estudos de Edelweiss (1959) e Rodrigues (1996), entre outros, como também pelas diferentes variantes e designações que assumiu ao longo do tempo: *Tupinambá, língua da costa, língua geral, língua brasílica, Nheengatu*, etc. (cf. Rodrigues 1996).

Para os fins deste trabalho, consideramos como Tupi a língua descrita pelos missionários europeus como a de maior proficiência no litoral brasileiro, quando a colônia portuguesa começou a se formar no século XVI, podendo compreender diferentes dialetos como o dos Tamoio, dos Tupinambá e dos Tupiniquim. Também consideramos como gramáticas do Tupi aquelas que, nos séculos seguintes, a partir dos dialetos citados da costa, descreveram a língua utilizada no processo de colonização e no contato inter-étnico entre povos diversos na região amazônica, recebendo a denominação de *Nheengatu* ou de *Língua Geral Amazônica* (cf. Rodrigues 1996). O termo Nheengatu, no entanto, muitas vezes foi empregado, ao longo do texto desta dissertação, para referir, especificamente, a língua desenvolvida na região amazônica,

por permitir identificar imediatamente esse referente mais particularizado. O mesmo se deu, em outros pontos, com a remissão ao Tubinambá, para referir especificamente a língua do litoral, descrita durante o período missionário. Em muitas passagens, para assinalarmos a heterogeneidade do material encontrado nos dois períodos aqui mencionados, empregamos a expressão Tupi/Nheengatu.

Dessa forma, consideradas a periodização proposta e as considerações acima, foram selecionados como material central da análise, a partir do qual construímos nossos *corpora* principais, as seguintes gramáticas do Tupi/Nheengatu:

Quadro I: Levantamento das gramáticas selecionadas como material central da pesquisa

GRAMÁTICA	**EDIÇÕES LOCALIZADAS**	**EDIÇÃO SELECIONADA**	**PP.**
Anchieta 1595	1595;1874; 1876; 1933; 1946; 198.....0; 1990	1990[1595]	232
Figueira 1621	1621; 1687; 1754; 1795; 1851; 1878; 1880; 1899	1621 (IEB)	91
Anônimo s/d	Códice 69 (Coimbra)	microfilme (CEDOCH)	176
Couto de Magalhães 1876	1876 1975	1975	100
Sympson 1877	1877 (IEB) 1925 (MA) 1955, 4ª. (MA) 2001, 5ª. (BN)	1925	91
Faria 1858	1858 (IEB)	1858	98
Hartt 1872	1938 (FFLCH)	1938	90
Luccock 1880	1880	1880	82

Stradelli 1929[2]	1929	1929	72

Fonte: ALTMAN, Cristina (coordenadora). *Documenta Grammaticae et Historiae. Projeto de Documentação Lingüística e Historiográfica*. São Paulo: CEDOCH – DL/USP/CNPq, 2006-atual.

Demos preferência à primeira edição da obra sempre que foi possível localizá-la em bom estado. Esgotado esse primeiro critério, demos preferência às edições equivalentes à primeira. Em nenhum dos casos foi impossível atender a pelo menos um desses critérios, compartilhados pelas diferentes pesquisas inseridas em *Documenta Grammaticae et Historiae. Projeto de Documentação Lingüística e Historiográfica* (São Paulo: CEDOCH – DL/USP/CNPq), no qual este está inserido.

Além dos documentos de natureza gramatical que nos serviram de fontes primárias, foi utilizado outro tipo de documentação para contextualizar essas descrições. A documentação, para esse segundo aspecto, é variada, e de natureza tanto primária (documentos de época que nos permitem, por exemplo, resgatar informações biográficas, institucionais, políticas, geográficas etc.), quando secundária (isto é, textos de diferentes períodos que se debruçaram sobre as fontes primárias aqui avaliadas).

2.3. Estabelecimento dos *corpora*

Dados os critérios de seleção descritos, estabelecemos como *corpora* a partir dos quais efetuamos a tarefa de análise:

2.3.1. Os trechos das gramáticas em que os autores apresentam ou discutem as expressões que consideram como de ‘posse’. Essas passagens estão presentes nas obras de maneiras diversas como: na definição dos termos gramaticais, nos exemplários, nas

[2] Apesar de publicada no século XX, esta obra do Conde Stradelli foi elaborada, em sua maior parte, durante o século anterior, conforme atestam os diretores da *Revista do Instituto Histórico e Geographico*, publicadora da gramática. Dessa forma, consideramos pertinente integrá-la ao nosso material central de análise.

explanações em que os gramáticos apresentam sua metalinguagem e explicam, na sua visão, a utilização dos termos apresentados. Abaixo, apresentamos modelo de ficha com um trecho de exemplo:

Ficha 1: Trechos para extração de metalinguagem referente a 'posse'

Figueira (1621: 36)
Na segunda significação em que o pronome Xe significa o mesmo que Meus, mea, meum; ajuntando-lhe qualquer nome substantivo de cousa possuida forma o mesmo verbo Sum em este outro sentido de Ter ou Possuir alguma cousa. Vt, Cig, mãy; Xecig, tenho mãy, Co, rossa, Xeco, tenho rossa...

Uma vez registrada conforme o ilustrado acima, desta passagem, retivemos os seguintes (meta)termos utilizados em Figueira (1621): *significação, pronome, nome substantivo, cousa possuída, formar, verbo Sum com sentido de Ter ou Possuir alguma cousa*, além dos exemplos *Xecig* e *Xeco,* devidamente acompanhados das traduções e equivalências propostas pelo autor: [tenho mãe], [tenho roça]; [meus, mea, meos]; [verbo S*um* com sentido de Ter ou Possuir].

Os termos e os exemplos utilizados pelos autores das gramáticas foram, assim, devidamente levantados e fichados, a partir dos parâmetros estabelecidos pelo projeto (cf. seção seguinte) e, a seguir, analisados e interpretados em conformidade com os objetivos estabelecidos.

2.3.2. Complementarmente, constituíram um *corpus* à parte as introduções e os prólogos feitos pelos autores das gramáticas, já que nestes textos há informações sobre sua formação e as motivações para a elaboração das obras. Procuramos localizar, além dos dados que contextualizam a produção dessas gramáticas, trechos nos quais os gramáticos discorrem sobre eventuais concepções de 'posse' e a visão que têm sobre os

índios, como nesta passagem da introdução intitulada de ‘Ao leitor’, na obra de Couto de Magalhães, conforme a ficha:

Ficha 2: Dados contextuais extraídos de fontes primárias (prefácios)

Couto de Magalhães 1975[1876]: VII
Para que os selvagens, que não sabem ler, que não possuem capitais acumilados, aprendam o portuguez, é necessario que nós, que sabemos ler, os habilitemos a isso por meio dos interpretes os quaes, conhecendo a lingua delles, lhes possam ensinar a nossa...Só essa conquista vale milhões; feita ella, porém, não conseguiriamos somente a posse real da maior parte do territorio do imperio; conseguiriamos tambem um milhão de braços aclimados, e os únicos que se prestam às indústrias, que por muitos annos serão as únicas possíveis no interior – as extractivas e pastoris.

Os demais materiais contextualizadores (correspondentes a documentos de época ou a estudos desenvolvidos por outros pesquisadores) foram fichados com maior flexibilidade, em função de sua natureza mais heterogênea, inclusive no que respeita aos gêneros discursivos.

2.4. Parâmetros de análise

2.4.1. Parâmetros de análise de dados ‘externos’

O primeiro parâmetro externo tratou de mapear o conhecimento lingüístico dos autores para que assim pudéssemos analisar quais foram suas orientações e as fontes que propiciaram a construção de seu instrumental metalingüístico. Este aspecto foi trabalhado em conjunto com a análise de dados a que tivemos acesso sobre sua formação cultural, sua motivação e o ‘clima de opinião de sua época’, tomados como relevantes para o entendimento do conceito de ‘posse’ em cada autor e para a compreensão do modo como ele o aplicou em sua gramática.

Dados relativos a cada obra também foram colhidos, com vistas ao estabelecimento mais fundamentado de relações de continuidade e ruptura entre os textos selecionados.

As fontes 'contextualizadoras' mencionadas ao final da seção anterior foram os materiais principais para a depreensão desse conjunto de dados externos tomados como pertinentes.

Abaixo, apresentamos exemplo de ficha que os organiza.

Ficha 3: Síntese de dados contextuais, referentes aos autores e obras selecionados

1. Nome do autor:

José de Anchieta (1534-1597). Padre jesuíta espanhol, fundador da cidade de São Paulo (1554) e declarado beato pelo papa João Paulo II em 1980. Também é conhecido como gramático, poeta, teatrólogo e historiador.

A "*Arte de grammatica da língua mais usada na costa do Brasil*" foi seu segundo texto impresso. Esta obra é considerada a primeira gramática brasileira. Nela, o autor descreve o tupi antigo (o tupinambá).

De acordo com Navarro (2007: 1*) "José de Anchieta foi o primeiro humanista clássico e o primeiro gramático do Brasil. Ele viveu um momento de transição, em que o Renascimento e a Contra-Reforma se debatiam."* Conforme o mesmo autor, (cf. Navarro 2007: 4): "*Nascendo em 1534, nas Ilhas Canárias, bem próxima das costas da África, Anchieta vai em 1548 para Portugal, aos quatorze anos, para estudar na famosa escola renascentista do país, o Colégio das Artes, um dos chamados "colégios das três línguas", isto é, do latim, do grego e do hebraico, que então se disseminavam pela Europa, formando o intelectual dos novos tempos do Renascimento. Ele viveu em Coimbra durante uma das fases mais agitadas, mas também das mais ricas da vida intelectual de Portugal. Sua formação humanística naquele país deu-se, na maior parte de sua duração, fora do âmbito da Companhia de Jesus, na qual ingressaria somente em 1551. Assim, naqueles três primeiros anos de sua vida em Portugal, ele recebeu a mais genuína cultura renascentista, que ainda não se achava de envolta com a visão de mundo jesuítico, haja vista que o Colégio das Artes, em que ele estudou, só seria entregue à administração da Companhia de Jesus em 1555.*"

2. Título da obra original

Artes de Grammatica da Lingoa mais usada na costa do Brasil.

3. Tipo da obra

Batista (2004: 13) informa que "artes de gramática" era uma denominação usual nos séculos XVI e XVII para obras de descrição gramatical *"…as quais deveriam observar os critérios de brevidade, ordenação e explanação de aspectos fundamentais das estruturas gramaticais das línguas."*

O próprio autor não se pronuncia, declaradamente, a respeito do tipo de obra que produziu.

4. Data da primeira edição:

A primeira edição data de 1595. Foi publicada em Coimbra pelo editor Antonio Mariz.

5. Manuscrito ou edição consultada:

Anchieta, José de. 1990[1595]. *Arte de grammatica da lingua mais usada na costa do Brasil*. Fac-similar da 1ª ed. Apres. De Carlos Drumond. Adit. Do Pe. Armando Cardoso. São Paulo: Edições Loyola.

Na Biblioteca Nacional, a obra de 1595 possui a seguinte referência:

Arte da grammatica da lingoa mais usada na costa do Brasil. Em Coimbra: Per Antonio de Mariz, 1595. [2], 58 f.; brasão; 16 cm. Localização: Cofre, 2, 19, ex. 1.

6. Reproduções modernas:

2ª ed. 1874, editada por Julio Platzamann, Leipzig.

3ª ed. 1876, idem.

4ª ed. 1933, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

5ª ed. 1946, São Paulo: Editora Anchieta.

6ª ed. 1980, Salvador: UFBA.

9ª ed. 1990, São Paulo: Edições Loyola.

1999, Madrid: Ediciones de Cultura Hispanica: Agencia Española de Cooperación Internacional: BN: UNESCO Ediciones.

7. Difusão:

Há apenas sete exemplares da edição de 1595, sendo que dois se encontram na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro: o primeiro pertenceu ao imperador D. Pedro II (1840-1889) e o outro é oriundo da coleção de José Carlos Rodrigues.

8. Língua(s) alvo:

O próprio nome da obra informa a língua alvo do autor: a língua mais usada na costa do Brasil. Sabe-se que naquela época a língua mais falada em toda a costa do Brasil era a tupi, mas Anchieta não chega a nomeá-la. Para Assunção, a escolha desse título para a obra demonstra que Anchieta tinha "consciência lingüística" da existência de mais de um sistema lingüístico em uso: tupi, tupiguarani, tupinambá, por isso, talvez, tenha evitado nomear sua obra como "*Arte da gramática da língua tupi ou tupiguarani ou tupinambá*".

Anchieta descreve a língua tupi através do latim e do português.

9. Sumário da obra:

A gramática de Anchieta está dividida em 16 capítulos.

Cap. I. Das letras.

Cap II. Da Orthographia ou pronunciação.

Cap. III. De accentu.

Cap. IIII. Dos Nomes.

Cap. V. Dos pronomes.

Cap. VI. Arte da dos Verbos.

Cap. VII. Annotações, na Conjugação.

Cap. VIII. Da Construição dos verbos activos.

Cap. IX. Dalg~uas maneiras de verbos em que esta amphibologia se tira.

Cap. X. Das Proeposições.

Cap. XI. De sum, es, fui.

Cap. XII. Dos verbos neutros feitos actiuos.

Cap. XIII. Dos actiuos feitos neutros.

Cap. XIIII. Da Composição dos verbos.

Cap. XV. Da Repetição dos verbos.

Cap. XVI. De alg~us verbos irregulares de Aê.

10. Contribuição da obra:

Objetivo do autor: Anchieta não prefacia sua obra, portanto não há menção sobre qual tenha sido o seu objetivo.

De acordo com Assunção (s/d: 4), "*A escrita da Arte de Grammatica da Lingoa mais vsada na costa do Brasil visa prioritariamente o estudo das questões mais elementares da língua mais falada na costa do Brasil que possam apresentar algumas dificuldades para os missionários e colonos portugueses que queiram aprender essa língua.*"

Ainda para Assunção (s/d: 6), "*Não há nesta gramática, como já acima referimos, uma preocupação em descrever teoricamente os fenômenos lingüísticos. Há, sim, uma preocupação eminentemente prática, assente no uso. Esta é sem dúvida uma das características das gramáticas das línguas vulgares renascentistas.*"

Interesse geral: Para Navarro (2007: 5), "*…alguns quiseram ver em Anchieta um gramático latinizante, como qualquer outro de sua época. Mattoso Câmara (1965), o mais famoso lingüista brasileiro deste século, desfechava um feroz ataque contra o estudo da língua tupi nas universidades brasileiras, afirmando a artificialidade dos estudos dos antigos missionários, entre os quais Anchieta. O trabalho do Câmara criou grande polêmica em torno dessa questão. Segundo ele, (op. cit., p. 104), com as gramáticas dos missionários, "…a língua (tupi) se regulariza pelo modelo da gramática latina, adulterando-se as categorias genuínas e o valor dos morfemas. Os verbos passaram a ter uma conjugação à latina".*

"*Outros estudiosos, Buescu (1983) e González Luíz (1992), consideraram Anchieta um gramático exatamente como outro qualquer de sua época."*

"*A verdade é que a Arte de Gramática da Língua mais Usada na Costa do Brasil, de Anchieta, é uma das obras gramáticas mais originais de todo o século XVI. Só a comparação dessa obra com outras de sua época podem dar conta disso."*

"*Não sendo uma gramática latinizante, afastando-se, em muitos pontos, do modelo universal latino, a Arte de Anchieta, aproxima-se mais de uma moderna descrição lingüística que das outras gramáticas de sua época, estas sim, muito latinizantes. Daí, a nosso ver, seu caráter pouco didático. O fato de ter resultado "muy diminuta e confusa", conforme a ela se refere a Aprovação da segunda gramática da língua tupi, a Arte do jesuíta Luís Figueira, em suas edições de 1621 e 1687, deve-se, certamente, a esse seu caráter de descrição lingüística antes que de método de aprendizagem de uma língua. Quem, com efeito, aprenderia uma língua estrangeira se, ao invés de buscar uma gramática ou um método didático, fosse estudar uma obra de Lingüística ou uma obra que versasse somente sobre as estruturas lingüísticas do idioma que quisesse aprender? Assim, a gramática de Anchieta peca por antididatismo, mas supera imensamente outras gramáticas contemporâneas (a de Figueira, por exemplo) por maior acuidade metalingüística."*

Para Assunção (s/d: 6), " *…estamos perante uma obra teórica, muito menos especulativa, mas perante a primeira tentativa de codificação de uma língua, tendo por isso mesmo um pendor marcadamente original.*"

Interesses específicos: Navarro (2007: 5) considera a obra de Anchieta como uma das obras mais originais de todo o século XVI pelas seguintes razões:

"*Anchieta nega que o tupi tenha o sistema de casos do latim. Entre os gramáticos de sua época isso era algo quase impensável."*

"*Em Anchieta há o tratamento simultâneo da morfologia com a sintaxe, coisa que só o século XX tornaria comum. Os outros gramáticos de sua época reservaram umas poucas páginas finais para tratar da sintaxe das línguas que descreviam, sempre separadamente."*

"*Pelo que se sabe, Anchieta foi o primeiro gramático a utilizar em português escrito um grande número de termos técnicos da descrição lingüística, como numeral ordinal, posposição, indicativo, modo permissivo, freqüentativo, negativo, interrogativo, instrumental, monossílabo, polissílabo, etc."*

"Anchieta teve uma fina percepção da fonologia do tupi, sendo o único a descrever a existência de certos sons naquela lingual."

11. Situação na história da lingüística:

Influência recebida: De acordo com Leite (2000: 44) "…*Anchieta era padre e devia conhecer bem o latim e seus gramáticos, embora sua obra sobre o tupinambá não cite qualquer gramático latino conhecido em seu tempo, como Varrão (Marcus T. Varro, 116-27 a.C) ou Quintiliano (Marcus F. Quintilianus, c. 30-c. 100)."*

Para Batista (2004:14), "*É ponto pacífico na historiografia lingüística que esses autores seguiram a tradição greco-latina, com a adoção do modelo das oito partes do discurso, da sua metalinguagem descritiva e da centralidade no conceito de PALAVRA (...)."*

Ainda para Batista (2004: 20), "*A diferença de procedimento descritivo em Anchieta está, provavelmente, relacionada à diferente formação intelectual que ele teve, em relação aos outros gramáticos que aqui examinamos. Anchieta não se formou, como Figueroa e Mamiani, sob a influência do programa de estudos Jesuíticos chamado de Ratio Studiorium (1599, em versão definitiva), e pode não ter seguido, estritamente, como modelo de descrição gramatical a obra de Manuel Álvares (1526-1583), que, de certa maneira, guiou a descrição dos jesuítas formados pelo programa Ratio Studiorium.*"

Influência exercida: Para Batista (2004:35), "*José de Anchieta, em sua Arte da lingoa mais usada na Costa do Brasil, é o autor que propõe algumas soluções descritivas que podem ser apontadas como originais, em relação a termos utilizados e a propostas de descrição de aspectos particulares do tupi antigo. Com efeito, o que se pode apontar de comum em relação a Anchieta e aos outros jesuítas deve ser relacionado ao fato de que o primeiro gramático de uma língua brasileira foi, também, a matriz de uma tradição de descrição de línguas. Muito do que foi exposto por Anchieta seria repetido pelos outros gramáticos. Mamiani chega a citar os gramáticos do tupi antigo. Vemos soluções propostas por Anchieta reaparecerem: como a metalinguagem - o termo 'áspero' (de origem grega) para descrição do som; as propostas de grafia para a vogal alta e central; e, talvez com mais destaque, a manutenção da proposta da demoniacal de artigo para morfemas prefixados ao verbo ou ao nome."*

12. Bibliografia correlacionada: Ver citações mencionadas ao longo desta ficha. Pesquisamos, também, as seguintes bases de dados: Biblioteca Nacional Digital do Brasil, Libray of Congress, British Library, Biblioteca Nacional Digital de Portugal, Sistema Dedalus da Universidade de São Paulo. As buscas foram feitas sob as palavras "anchieta, josé de" e "arte da gramática da língua mais usada no Brasil".

13. Dados do autor da ficha descritiva:

Silvana Gurgel

Fonte: GURGEL, Silvana in ALTMAN, Cristina (coordenadora) *Documenta Grammaticae et Historiae. Projeto de Documentação Lingüística e Historiográfica*. São Paulo: CEDOCH – DL/USP/CNPq.

Outro parâmetro foi a caracterização, de acordo com a língua (acessada por meio dos dados lingüísticos disponibilizados nas diferentes gramáticas), dos elementos considerados "possuíveis". A análise, sobretudo dos exemplos apresentados pelos autores, permitiu reunir esses elementos e, por meio deles, procurar aproximações com uma certa cosmo-visão indígena, apreensível através das relações de 'posse' nela consideradas aceitáveis ou não.

Dividimos esses elementos em:

a) Manufatos: itens lexicais representativos de objetos construídos ou modificados pelo ser humano. Exemplo: 'Xarecó mukáua' – *Tenho espingarda* (cf. Couto de Magalhães (1975[1876]). Como o armamento é algo produzido pelo homem, foi assim classificado em nossa análise.

b) Biofatos: Referem-se aos elementos presentes na natureza. Exemplo: 'Pedro reté' – *corpo de Pedro* (cf. Anchieta 1990[1595]). Nesta categoria agrupamos também as referências à flora, fauna, aspectos climáticos, hidrográficos etc.

c) Sócio-fatos: Representam as relações estabelecidas entre os membros de um grupo, tais como parentesco ou chefia. Exemplo: 'seraya' – *minha filha*. (cf. Hartt 1938[1872]).

d) Psico-fatos: Resumem-se às expressões do pensamento, das sensações e de sentimentos vivenciados. Exemplo: 'Xe Tupã rauçuba' – *o meu amar a Deos*

(cf. Figueira 1621). Nesse caso, tanto a referência ao sentimento quanto ao universo da religiosidade são relevantes.

Nem sempre a classificação foi simples. Ao lidar com criação de animais, por exemplo, tivemos de optar pela referência ao universo natural ou à atividade humana de tomar e cuidar desses seres. Optamos, neste caso, pelo segundo viés, que nos pareceu mais relevante do que a existência em si (natural) dos animais.

Consideradas essas cinco categorias (biofatos, manufatos, sociofatos, psicofatos e fatos não-identificáveis), as ocorrências de elementos possuíveis, a partir das ocorrências em estruturas gramaticais de 'posse', em cada uma das obras. Esse levantamento e a sua quantificação permitiram que traçássemos algumas hipóteses acerca de uma cosmovisão do índio, apreensível a partir da língua descrita nas gramáticas, acerca do que é "possuível". Os resultados desse exercício são apresentados no capítulo 3, a seguir.

É certo que se trata de um exercício indireto e aproximativo, posto que temos acesso aos dados compilados, de específicos modos, por descritores de perfis distintos, e não a dados diretamente apreendidos da língua "em si". Esta nos pareceu, no entanto, a forma possível de procurar apreender parte do jogo de negociações sucessivas entre as culturas, levado a cabo mediante a linguagem, durante os séculos de contato entre índio e colonizadores/exploradores, de uma forma geral, e entre línguas e culturas, da forma que mais particularmente nos interessa.

A partir da quantificação dos dados, exposta no capítulo 3, portanto, foi possível identificar tendências nas escolhas lexicais e, por hipótese, pistas sobre o universo das 'coisas possuíveis' na cultura Tupi.

2.4.2. Parâmetros de análise ‘interna’

Como parâmetros internos, procuramos investigar como os autores caracterizaram e aplicaram sua metalinguagem a um conjunto de frases e expressões faladas pelos índios Tupis. Para tanto, atentamo-nos:

- aos dados lingüísticos ‘brutos’;
- aos metatermos e à sua eventual relação classificação em relação a outros metatermos presentes na gramática;
- à definição (se apresentada) desse metatermo;
- aos mecanismos de tradução (quando havia tradução);
- às eventuais menções a arcaísmos e ‘novidades’ lingüísticas;
- e ao mecanismo gramatical relacionado à expressão de ‘posse’.

Entre esses mecanismos gramaticais, como os mais usuais para exprimir a relação de ‘posse’, foram agrupados nas seguintes subcategorias:

- caso genitivo;
- pronome/adjetivo possessivo
- e verbos equivalentes a ‘sum’, ‘ter’, ‘possuir’ (v. Capítulo 1 desta dissertação, acerca das razões para a seleção desses aspectos e acerca dos modos como os temos compreendido neste trabalho).

Foram feitas, também, anotações sobre a estrutura dos sintagmas em que os dados eram apresentados, com vistas a uma melhor apreensão da natureza da descrição efetuada.

Nem sempre, contudo, as múltiplas citações de que partíramos permitiram preencher todos os campos das fichas. No entanto, buscamos a todas essas informações. Para melhor esclarecer esses parâmetros, tomando o exemplo presente na página a seguir, que complementa a Ficha 1, anteriormente citada neste capítulo.

Frisamos que a determinação desses parâmetros internos obedeceu ao nosso intuito de mapear, mais detidamente, as questões a relacionadas à noção de posse, no contexto metalingüístico de descrição do Tupi. Interessou-nos, por exemplo, analisar que formas assumiram, nessas obras, os modos 'tradicionais' de tratamento lingüístico da 'posse' (genitivo, pronome possessivo, verbos indicativos de posse) no contexto da gramaticografia ocidental; a questão referente à mudança lingüística e/ou mudança de modelo ou foco descritivo; a questão da tradução como processo metalingüístico e a compreensão da expressão de posse na/pela língua, como forma de remissão a um certo universo atropocultural.

Do cruzamento dos dados apreendidos por meio dos parâmetros 'externos' e 'internos', constituímos as análises que passam a ser expostas no próximo capítulo.

Ficha 4: Síntese de dados 'internos', a partir de citação

Gramática anônima 1981 [século XVIII: 187]
Transcrição: Possessivo se diz aquelle nome que significa possessão de alguma cousa, como xe, nde, I, yandé, Pe, I, Meu, Teu, Seu, Nosso, Vosso, Delles; ainda que o possessivo I do plural melhor será dizer Aoa; porque I já se usa pouco, especialmente nos que são pouco versados na Língua Geral. Por exemplo: Minha rossa, tua, sua, nossa, vossa, delles: Xe copixaba, nde copixaba, Icopixaba, Yandé copixaba, vg. para os bons Línguas diremos diremos Icopixaba, a rossa deles; porém para os que sabem pouco da língua será necessário dizermo-lhe Aoa copixaba = a rossa delles: e ainda haverá muitos que seja necessário dizerlhe também no singular aé copixaba, a sua rossa delle.
Dados lingüísticos: *Xe copixaba, nde copixaba, Icopixaba, Yandé copixaba, Icopixaba / aoa copixaba, aé copixaba*
Metalinguagem proposta*: **possessivo** se diz aquelle **nome** que significa possessão de alguma cousa...*
Definição: *...se diz aquelle nome que significa possessão de alguma cousa...*
Tradução proposta: *Minha rossa, tua, sua, nossa, vossa, delles/ a rossa delles, a sua rossa delle* * Nas gramáticas de Anchieta (1990[1595]) e Figueira (1621), o termo equivalente a "rossa" em Tupi é 'co'. Tanto 'co' como 'copixaba', geralmente, referiam-se ao lugar onde o mato era derrubado para receber a plantação, ou seja, a roça.
Núcleo da sentença: Nome. Estrutura: Nome possessivo+Nome
Classificação/taxionomia: tipo de 'nome'
Arcaísmo/novidade: ...ainda que o possessivo I do plural melhor será dizer Aoa; porque I já se usa pouco, especialmente nos que são pouco versados na Língua Geral. *Observar, na citação, variantes sociolingüísticas mencionadas : Aoa copixaba; aé copixaba.
Semântica das coisas 'possuíveis': Manufato. [dado computado para a análise da cosmovisão]

Capítulo III: Contextos de produção das obras e perfis de seus descritores

Neste capítulo procuramos apreender parte do contexto de produção do qual emergiram as gramáticas com as quais temos operado, bem como traçar breves perfis dos descritores e, indiretamente, também das comunidades cujas línguas foram descritas. De fato, a percepção da visão e representação da 'posse' nas gramáticas do Tupi não se dar sem o delineamento do ambiente em que tais obras foram elaboradas e/ou difundidas, nem, também, sem a consideração de alguns aspectos culturais sobressalentes das línguas (ou de suas representações gramaticais).

Quando nos referimos a ambientes, tratamos de fatores externos à língua descrita, porém, intimamente ligados a ela e ao seu processo de descrição nos períodos 'missionário' e 'científico' a que temos nos reportado. Assim, não há como ignorar, por exemplo, a formação dos gramáticos, sua escolaridade, cargos ocupados, nacionalidade, as línguas nas quais eram proficientes e o papel das instituições em que se inseriam.

Da mesma forma, julgamos relevante utilizar o material de análise para, além de avaliar os mecanismos gramaticais postos a serviço da captação e representação da 'posse' (v. capítulo 4), buscar reconstruir uma certa cosmovisão indígena correlacionável às comunidades que lidaram com os descritores no litoral brasileiro, inicialmente, e, mais tarde, na Amazônia. Para atingir este segundo objetivo, empreendemos breve análise acerca do que é tomado como 'possuível', para tais comunidades, segundo aspectos da língua assinalados nas gramáticas sob análise.

3.1. Os descritores e seus contextos

O trabalho de levantamento de dados sobre a formação dos autores deve ser creditado ao conjunto de pesquisadores do Projeto Documenta, Grammaticae et Historiae, desenvolvido no Centro de Documentação em Historiografia Linguística (CEDOCH/DL/USP), entre os quais nos incluímos. Ressaltamos, também, que, quando as gramáticas não foram suficientes para retratar todas as questões externas à língua sobre os contatos interculturais, recorremos a outras publicações dos autores como cartas e relatórios, por exemplo, e à bibliografia de referência sobre cada um dos períodos.

Consideradas essas fontes heterogêneas, foi-nos possível operar com periodização em que se vislumbram dois períodos, o 'missionário' e o 'científico', tal como explicitamos nos capítulos anteriores. Resta-nos, pois, apontar as características mais marcantes de cada um desses períodos e seus eventuais impactos sobre a produção a eles correspondente.

3.1.1. Período missionário

Pertencem a este período as três primeiras obras do nosso material: *Arte de Grammatica da Lingoa mais usada na costa do Brasil* de autoria do padre José de Anchieta [1534 – 1597] e publicada, pela primeira vez, em Coimbra/Portugal em 1595; a *Arte de língua brasílica* do padre Luis Figueira [1573 – 1643], cuja primeira edição

data de 1621, em Lisboa, e a *Grammatica da lingoa geral do Brasil* de autoria anônima, elaborada no século XVIII.

Considerando certa distância temporal entre as obras e uma conseqüente mudança nos contextos nos quais estavam inseridas, o fator principal de convergência entre elas diz respeito à questão missionária.

As duas primeiras gramáticas, Anchieta (1990[1595]) e Figueira (1621) inserem-se no contexto dos primeiros contatos da Companhia de Jesus com os povos indígenas brasileiros. Como sabemos, quando da chegada dos europeus à América, o sucesso da empresa colonial revelou-se dependente do domínio e da gramatização das chamadas línguas exóticas, tarefas assumidas pelas principais ordens religiosas: os agostinianos, os dominicanos, os franciscanos e jesuítas. (cf. Navarro 1995).

A Companhia de Jesus estabeleceu-se na costa brasileira a partir de 1549. Seus representantes objetivavam, sobretudo, ao menos segundo a documentação compulsada, catequizar os povos com que se deparavam no novo território. Evidentemente, essa missão não foi facilitada pelas grandes diferenças entre as línguas nativas e as européias, assim como causou espanto a diversidade lingüística interna à região. (cf. Altman 2001, Rodrigues 2000). Apesar desse quadro inicial, os jesuítas perceberam, com o passar dos anos que, mesmo em face do grande número de línguas existentes na região, os índios da costa brasileira tinham uma linguagem mais uniformizada, ou seja, vários dos grupos ali encontrados falavam um idioma que pôde ser reconhecido pelo padre José de Anchieta como a *língua mais usada na costa do Brasil.*

O contexto institucional jesuítico impunha, concomitantemente, como objetivo e como instrumento de colonização, a pregação do evangelho no novo mundo e a conversão dos índios ao cristianismo. Esse objetivo, no entanto, alçava as tentativas de apreensão e domínio da língua ao patamar de obrigação inescapável desses padres. A

confecção de gramáticas e vocabulários foi, então, compreendida como um instrumento pedagógico útil para que os padres recém-chegados ao Brasil pudessem aprender a falar a língua dos índios.

Não obstante os imperativos do contexto, a publicação das obras foi submetida ao crivo de outras esferas da organização catedrática jesuítica bem como das instituições políticas portuguesas. Tais circunstâncias podem ser apreendidas dos textos de Augustinho Ribeyro e Manoel Cardoso que precedem, respectivamente, as gramáticas de Anchieta e Figueira:

> ...Nenhuma cousa tem contra noosa sagrada religião, nem bons costumes antes muytas que seru irão muito pera melhor instrução dos cathecismos, & augmento da noua Christãdade daquellas partes & pera com mais facilidade & suauidade se plantar & dilatar nellas nossa fé. (Anchieta: 1990[1595], Licença).

> …não achei fallencia alguma, que fosse contra o comum fallar dos indios do Brasil. Na ordem das cousas, que propoem, na clareza das regras, & preceitos para formação dos verbos & seus modos & tempos… (Figueira: 1621, Aprovação).

Como pode ser visto, a preocupação da Companhia centralizava-se na ausência de quaisquer itens que ferisse os preceitos da Igreja Católica e também na qualidade do "serviço" de descrição que era mostrada pelos padres.

O autor da gramática anônima (s/d), que, embora mais afastado, não foge às coerções gerais desse contexto, alerta seus companheiros de missão, no item 'ao leitor', sobre a importância da gramática, mesmo com suas falhas, para facilitar a comunicação entre os jesuítas e os indígenas submetidos às práticas de confissão:

> Já no fim do confessionário que atrás te deixo fica alguma cousa advertido: mas agora como me acho mais com algum que se o achares descanço ahinda que não muito te quero dizer que se o achares muito confuso, não te aflijas com isso, que se está por extenso, não é para que assim perguntes tudo, na forma que está feito, e só para que te aproveites daquellas perguntas que mais acomodadas te parecem, segundo a capacidade do penitente, que te vier aos pés e não te sirva de prejuízo o teres donde escolher as perguntas mais necessárias... (Magalhães: 1981, ao leitor).

Portanto, no que concerne aos objetivos e relações institucionais, há convergência nos perfis dos descritores do Tupi desse período, por outro lado, as estratégias de elaboração, organização e apresentação dessas gramáticas diferiram, principalmente, em virtude de suas distintas formações.

Anchieta possuía notável habilidade em tratar questões concernentes à linguagem. Possuía, também, familiaridade com a língua latina, como o atesta, por exemplo, sua obra poética *De Gestis Mendi de Saa*, inteiramente composta na língua. Nascido nas Ilhas Canárias, região africana pertencente, naquele período, à Espanha, Anchieta teve o espanhol como língua materna. Aos treze anos, mudou-se para Portugal e teve acesso a uma tradicional formação renascentista, que lhe permitiu aprender línguas como o hebraico e o grego antes de entrar para a Companhia de Jesus, em 1550, e chegar ao Brasil, em 1553 (cf. Navarro 1995). Alguns autores como Navarro (1995) e Batista (1999) acreditam que o fato de Anchieta ter desenvolvido boa parte de sua formação antes de entrar para a Companhia tenha se constituído em elemento relevante para sua gramática ter apresentado características únicas quando comparadas a outras que seguiram fielmente o modelo da instituição, mais precisamente, aquele delineado em *Ratio Stududiorum*.

De fato, Anchieta seguiu caminhos originais na elaboração de sua gramática. Apesar das constantes referências ao latim e de seguir o modelo, já então bastante difundido, das oito partes da oração, o autor abordou, com engenhosidade, particularidades do Tupi, como veremos adiante.

O padre Luis Figueira, por sua vez, foi um seguidor leal do *Ratio Studiorum.* A preocupação didática em facilitar a leitura de sua obra por outros missionários mostrou-se, por exemplo, na ordenação precisa das partes dos discursos, deixando comentários mais específicos sobre o Tupi para as partes finais de seu texto, ou mesmo sugerindo

que os leitores devessem aprender tais particularidades com o uso. Tal procedimento de Figueira foi reconhecido por outros jesuítas, que tornaram sua obra a preferida no ato de catequese, em detrimento da gramática de Anchieta:

> ...se deve ao padre Figueira muito agradecimento por facilitar com seu trabalho, muito que os que aprendem esta língua Brasilica costumão ter não bastante a arte do padre Ioseph Anchieta que por ser o primeiro parto ficou muy diminuta e confusa como todos experimentamos... (Figueira: 1621, aprovação).

A formação de Figueira deu-se em Portugal, seu país natal, pautando-se pelos preceitos da Companhia de Jesus desde seus primeiros momentos (cf. Navarro 1995, Batista 1999). Sua gramática foi toda escrita em português, com algumas referências ao latim. O autor também demonstrou conhecimento de grego, já que faz algumas comparações desta língua com o Tupi.

A respeito da gramática anônima, a indisponibilidade de dados mais precisos e avolumados sobre o autor nos limita a dizer que se tratava de um missionário ativo nas práticas da Igreja, como a confissão, tal como vimos anteriormente. De toda forma, parecer haver indícios de que a autoria da obra tenha sido múltipla. Trabalhamos com essa hipótese em função do fato de que, freqüentemente, um mesmo aspecto da língua indígena, que fora tratado com certo instrumental metalingüístico, reapareça em outros pontos da obra, diferentemente enfocado. Tanto a repetição do tema quanto as mudanças no enfoque chamam atenção. Vejamos o exemplo dos possessivos:

> Todos os nomes desta Língua, e de outro qualquer idioma dos do Brazil se podem reduzir em: Substantivos, adjetivos absolutos, verbaes, possessivos, relativos e comparativos.
> Possessivo se diz aquelle nome que significa possessão de alguma cousa, como xe, nde, I, yandé, Pe, I, Meu, Teu, Seu, Nosso, Vosso, Delles; ainda que o possessivo I do plural melhor será dizer Aoa; porque I já se usa pouco, especialmente os que são pouco versados na Língua Geral... (Magalhães:1981, 187).
>
> Pronomes
> 2ª regra
> Em lugar dos possessivos meus, teus, suus, noster, voster, uzamos de xe ou ce, meu; ne ou nde, teu; i ou o seu ou sua; jandé ou jane, nosso ou nossa; ou ore, nosso ou nossa de nós outros; Pé, vosso ou vossa; i ou o seu ou sua. Exemplos sejão os seguintes:
> Xe paya, ou ce paya, meu pay
> Nde paya, ou ne paya, teu pay... (Magalhães: 1981, 198).

Como vemos, no primeiro trecho, o autor inclui os ‘possessivos’ na categoria gramatical dos nomes. Já na segunda passagem, os possessivos da língua portuguesa corresponderiam a pronomes do latim. Além disso, este trecho apresenta uma variação da forma do pronome de primeira pessoa: ‘xe/ce’, aspecto ausente no primeiro trecho e não apresenta comentário acerca da alternância, sócio-histórica, entre ‘I/Aoa’.

Dessa forma, não nos parece inusitada a hipótese de estarmos lidando com uma coletânea de escritos disponibilizados aos padres no trabalho de catequese.

Cabe lembrar que, em meados do século XVIII, período em que provavelmente emergiu esse texto, o trabalho dos missionários era mais dificultoso se comparado ao que se realizava à época de Anchieta e Figueira, devido, sobretudo, aos atos políticos do Marquês de Pombal[3] [1699-1782], que proibiu o trabalho jesuítico nas províncias portuguesas da América. Sendo assim, é de se imaginar a possibilidade de aglutinação de diferentes trabalhos gramaticais, auxiliares ao trabalho de catequese, em um único volume, disponibilizado à circulação de forma clandestina.

Há também a questão da área geolinguística privilegiada pelos missionários na elaboração de suas gramáticas. Anchieta, por exemplo, demonstrou conhecer o Tupi falado na maior parte do litoral:

> Por que desde dos Pitiguaresdo Paraiba ate os Tamoyos do Rio de Ianeiro pronunciam inteiros os verbos acabados em consoante, VT Apâb, Acem, Apên, Aiur...
>
> Os Tupis de Sam Vicente, que são alem dos Tamoios do Rio de Janeiro, nunca pronuncião a última consoante no verbo afirmativo... (Anchieta: 1990[1595], 24[1v]).

Os estudos de Navarro (1995), com base na fonologia, além da verificação de cartas e documentos escritos por Anchieta, permitem inferir que o padre redigiu o que teria

[3] Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), mais conhecido como Marquês de Pombal, foi nomeado primeiro-ministro no reinado de dom José I (1750-1777), comandando a política e a economia portuguesa durante 27 anos (1750-1777).

sido o corpo de sua gramática entre 1553 e 1555, nas vilas de São Vicente e São Paulo de Piratininga. Como chegou ao Brasil, primeiramente, em Salvador, é provável que fosse possível ao autor fazer observações sobre variantes lingüísticas do litoral como nos trechos acima. Além disso, a gramática fora aperfeiçoada por Anchieta nas décadas seguintes, período em que o jesuíta fez novas viagens ao nordeste, que talvez tenham possibilita o registro das variantes regionais.

3.1.1.1. Anchieta no Eixo São Vicente-Piratininga

A respeito do trabalho desse padre no eixo São Vicente–Piratininga, a pesquisa de Dias (2001) aponta que existiam ali, havia alguns anos, redutos portugueses com relações mais amistosas com os índios, quando comparadas às estabelecidas no nordeste brasileiro. A chegada de missões como as de que tomaram parte Anchieta e Manoel da Nóbrega teria acelerado a constituição de núcleos catequizadores na região.

As cartas enviadas pelo padre para a metrópole durante sua vida no Brasil nos ajudam a compreender a visão que ele parecia ter dos índios da região, bem como de aspectos dos contextos sociais e do impacto que as missões tiveram sobre os povos indígenas locais.

Em carta de 1554, Anchieta teceu comentários a respeito dos Tupiniquim:

> Esta parte da região brasílica que habitamos está situada em 24 graus para o Sul desde Pernambuco até além, que não abrange o espaço de 900 milhas, é povoada por índios que usam todos comer em seus banquetes carne humana... estes entre os quais vivemos estão espalhados 300 milhas pelo sertão, todos eles comem carne humana e andam nus, moram em casas feitas de madeira e barro, cobertas de palhas ou com cortiças de árvores; não são sujeitos a nenhum rei ou capitão. (Anchieta 1554 apud Anchieta: 1982, 54 e 55).

Os costumes indígenas, em especial a prática do canibalismo, causaram aversão nos padres que se empenhavam no objetivo de levar a palavra cristã aos índios. A dedicação

de Anchieta, em face desse e de outros tipos de confrontos culturais, parecia inabalável, visto que, 40 anos mais tarde, o jesuíta ainda demonstrava motivação para evangelizar:

> Eu ainda que velho e mal disposto, desenganado estou de ter descanso nesta peregrinação; resolvido estou em me entregar todo aos Superiores, que me resolvam como quiserem para serviço de Deus e dos nossos, não me falte sua graça. (Anchieta 1594 apud Anchieta 1982, 301 e 302).

Para os índios, por outro lado, a curiosidade e admiração pela nova cultura com a qual tinham contato não parecia reservar espaço para maiores ponderações e julgamentos, visto o já forte ritmo de pregação ao qual estavam expostos; conforme aponta Anchieta (1982, 49): "Nesta aldeia cento e trinta de todo o sexo e idade foram chamados para o catequismo e trinta e seis para o batismo, os quais são todos os dias instruídos na doutrina, repetindo as orações em português e em sua língua".

O forte trabalho de evangelização realizado junto às crianças, ajudou a construir uma imagem mítica dos padres e a convicção, entre os pequenos, de que os missionários podiam ajudar com seus problemas e enfermidades, segundo testemunho de Anchieta (1933, 52): "Uma criança de quatro ou cinco anos de idade, assaltada de grave enfermidade, rogava muitas vezes em prantos à mãe que a trouxesse ao templo, e a mesma criança gemendo deante do altar, dizia na sua própria língua 'Padre cura-me'".

Mas os indígenas, não só os Tupi como também os Carijó (Guarani), viviam sob certa dubiedade em relação à convivência com esses misteriosos pregadores, já que eles poderiam ser a cura das doenças ou a própria causa:

> ...Nem pareça digno de menor admiração que ordenado o Padre, que certos índios (chamados carijós), que viviam já havia muito tempo entre nós, fossem por nós levados para sua pátria, para que, com auxilio e favor deles, pudessem os restantes converter-se a fé de cristo, acometeu-os uma enfermidade repentina, da qual morreram quase todos. (Anchieta 1554 apud Anchieta: 1982, 50).

Ao mesmo tempo em que acolhiam os missionários, os índios eram submetidos ao trabalho braçal e poderiam ver aspectos centralmente relacionados ao seu modo de vida,

como as formas de edificação de moradias, alterados em face da percepção exógena de que seus espaços de habitação fossem insuficientes, quantitativa ou qualitativamente:

> ...permanecemos em uma pobre casinha de barro e paus coberta de palhas tendo quatorze passos de comprimento e apenas dez de largura, onde estão ao mesmo tempo a escola, a enfermaria, o dormitório, o refeitório,a despensa... Os índios por si mesmos edificaram para nosso uso esta casa, mandamos agora fazer outra tanto maior, cujos arquitetos seremos nós, com o suor de nosso rosto e auxílio dos índios. (Anchieta 1554 apud Anchieta: 1982, 53).

O misto de admiração e desconfiança mútuas, entre índios da região e a missão, logo deu espaço, nos escritos de Anchieta, à alusão a conflitos mais explícitos e punições, por vezes decorrentes da desobediência indígena aos objetivos da catequese:

> Outro que já havia muito tempo se tinha feito cristão com os portugueses que outrora moraram nesta aldeia, e se apartara de nós para que mais licenciosa e livremente pudesse viver à maneira dos gentios, oprimido por grave enfermidade (manifesto juízo de Deus) não pôde aproveitar-se do socorro dos irmãos, pois quando nos aproximamos dele já tinha perdido o uso de palavra; privamo-lo, para terror dos outros, de sepultura eclesiática, de maneira que, quem vivera como pagão, também como pagão se sepultasse. (Anchieta 1554 apud Anchieta: 1982, 50).

Do medo logo se chegou à revolta e à resistência. Principalmente explicitada pelos pajés, que questionaram o trabalho missionário e seus reais objetivos, incentivando, assim, seus semelhantes ao combate ou, ao menos, à fuga das aldeamentos:

> A maior parte destes fez moradas não longe daqui, onde agora vivem, porque ultra de eles não se moverem nada às cousas divinas, persuadiu-se-lhes agora uma diabólica imaginação, que esta igreja é feita para sua destruição e ajudando-nos os portugueses, matar aos que não são batizados e aos já batizados fazer nossos escravos. (Anchieta 1557 apud Anchieta: 1982, 108).

As negociações culturais — que, mais adiante (v. capítulo 4), analisaremos da perspectiva dos modos de abordagem de fenômenos ‘exóticos’ a partir de um modelo descritivo já bastante difundido e fixado — davam-se, portanto, nas variadas frentes em que se punham em contato os mundos do colonizador e do colonizado.

3.1.1.2. As missões de Luis Figueira

O padre Luis Figueira [1573 - 1643] chegou ao nordeste brasileiro no início do século XVII, alguns anos após o falecimento de Anchieta. A região em que atuou compreende cidades pertencentes aos atuais Estados da Bahia, do Maranhão, de Pernambuco e do Ceará. Nelas, os confrontos entre europeus e indígenas eram ainda mais acentuados. Dados levantados por Rodrigues (2000) e Moreira Neto (1992), a partir do relato de generais e governantes da época, como Mem de Sá[4] [1504? – 1572] e Duarte Coelho Pereira[5] [1485? – 1554], apontam, como resultado de embates constantes, para o extermínio de alguns milhares de indígenas. Tais embates chegaram, de acordo com estimativas propostas em tais estudos, a deixar cerca de 300 km de costa inabitada.

Figueira atuou, como propagador da fé cristã e de valores da metrópole, nesse cenário de progressivo ataque aos índios. O padre conviveu, principalmente, entre os Tupinambá, Potiguar e Tupiniquim, todos falantes da chamada 'língua brasílica', presente em quase toda a costa, segundo dados do próprio autor.

A fé na catequese, o contato com a degradação das populações indígenas, a ausência de uma literatura escrita e de artes gramaticais parecem ter sido, de acordo com suas declarações, as principais forças motivadoras para a elaboração da gramática, além de terem contribuído para que o jesuíta formasse uma específica imagem dos índios:

> O gusto e desejo que sempre tive de saber esta língua, pêra ajudar a estes pobres brasis & a falta que havia de arte, pêra ella se aprender me obrigaram a querella saber & aprender... (Figueira: 1621, prólogo ao leitor).

---

[4] Mem de Sá [1504?- 1572] era descendente de família nobre, formou-se em Direito na Universidade de Salamanca em 1528 e em 1557 foi nomeado governador-geral do Brasil pela Rainha D. Catharina.

[5] Duarte Coelho Pereira [1485? – 1554] era fidalgo, administrador e militar. Foi o primeiro donatário da Capitania Hereditária de Pernambuco e fundador de Olinda.

Objetivando caracterizar o ambiente no qual viveu Figueira e as relações dialógicas entre o padre e os índios, utilizaremos o material compilado por Serafim Leite (1940), que, entre outros variados materiais, contém cartas redigidas pelo jesuíta.

Durante viagem do Ceará a Pernambuco, Figueira teria tido contato com grupos hostis à evangelização e teria chegado a presenciar a morte de seu companheiro de missão, Francisco Pinto, assassinado na serra de Ibiapá. Em outros momentos, no entanto, o padre registrou o encontro com indígenas assaltados pelo temor das chacinas e da escravidão:

> Partimos pois para esta empresa de Pernambuco por mar até o rio chamado Jagoaribe que são 120 ou 130 léguas, saímos em terra pusemos nosso fato em ordem para o levarmos, e com alguns índios naturaes de Jagoaribe logo se meteram pela terra para ver se achavam alguns de seus parentes, eis que dous dos nossos encontraram com uns que andavam escondidos assim dos portugueses por não virem presos como escravos, como muitos seus parentes, como também por medo dos tapuyas com os quais os ditos portugueses se confederaram a fim de os haver a mão mais facilmente. (Figueira 1609 apud Leite:1940, 109).

Neste cenário carregado de temor, o padre descreveu aspectos relativos aos modos de vida indígena e aos seus pertences. Sobre estes, o padre revela sua surpresa diante da cultura Tupi, de pouco acúmulo:

> O modo de viver destes é andar sempre como os antigos feitos com sua movida casa e todas suas riquesas e alfaias são seu arco e frechas com que caçam e aonde acham de comer ahi dormem sem cama nem rede mais que o chão...(Figueira 1609 apud Leite: 1940. 122,123).

Em sua pregação, Figueira encontrou terreno para colocar as crenças indígenas em um lugar próximo ao esotérico, à superstição. Sendo assim, tais crenças deveriam ser substituídas por uma fé baseada na ‘palavra’ cristã:

> Até agora estes pobres não reconheciam outro deus mais que os trovões, relâmpagos... tiramolhes esta gentilidade da cabeça facilmente e ficaram muito contentes que agora acabavam de crer a verdade... (Figueira 1609 apud Leite: 1940, 128).

Acometidos pela guerra, os índios, outrora descritos por Lery (1980[1578]) e Anchieta (1982) como grandes discursadores e afeitos a festas e alegrias, foram retratados por Figueira como figuras apáticas e de pouca inteligência:

> Toda esta gentilidade, como é de pouco entendimento, não tem nenhuma resistência as cousas que lhe dizem ainda que as não alcancem com o entendimento, nem sabem duvidar nem perguntar... (Figueira 1609 apud Leite:1940, 129).

3.1.2. Período das expedições científicas

As demais gramáticas de nosso *corpus* foram elaboradas na segunda metade do século XIX, período do reinado de D.Pedro II [1825 – 1891] num Brasil que, independente, buscava consolidar uma identidade própria.

Uma distinção marcante entre os dois períodos é, como já assinalamos, o fato de que o contexto de produção não está mais voltado à questão catequética, embora ela ainda seja mencionada e considerada relevante. As palavras de ordem nesse novo contexto são civilização, progresso e identidade nacional.

O contexto institucional, no qual se inseriram os descritores do Tupi no século XIX, sofreu impacto direto da criação e expansão de instituições políticas, administrativas e de ensino superior, já a partir da chegada da família real portuguesa ao Brasil, em 1808.

O advento da independência, em 1822, e o crescimento destas instituições colocaram o Brasil em um caminho, quase sempre ambíguo, da busca por sua própria identidade e paradoxalmente, de sua inclusão nos mecanismos econômicos, políticos e culturais da civilização européia. A criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1839, foi um evento característico desse período em que desenvolvimento

institucional e busca por raízes diferenciadoras foram objetivos traçados pelos governantes brasileiros.

Os perfis daqueles que arquitetavam a construção de uma imagem nacional ficaram bem exemplificados nos membros fundadores do IHGB: segundo dados de Ricupero (1996), a sessão fundadora do Instituto contou com 41,3% de juristas, 19,5% de políticos, 28,3% de professores e 6,5% de militares. Gente instruída e comprometida com a constituição de uma história e, ao mesmo tempo, de um projeto para o país.

Nesse contexto de renovação, foram confeccionadas as gramáticas do Tupi, agora mais conhecido como Nheengatu ou Tupi moderno, no século XIX. Embora as seis obras desse período possam ser incluídas nesse ambiente geral de busca por símbolos nacionais, por vezes corporificadas em expedições científicas para a região da Amazônia, verificamos dois tipos básicos de perfis característicos dos descritores: diferençavam-se os militares dos viajantes/cientistas.

3.1.2.1. Os militares

Autor da *Grammatica da Língua Brasileira (Brasílica, Tupi ou Nheengatu)*, cuja primeira edição de 1877 fora publicada em Manaus pela Typographia do Commercio, o major Pedro Luis Sympson [1840-1892] foi um dos fundadores do IHGB e apresenta o perfil típico do descritor do Tupi no século XIX: ligado às altas esferas do poder e comprometido com o projeto de unificação nacional.

Militar e deputado provincial, Sympson(1925[1877]) sintetizou no prólogo de sua gramática algumas das principais aspirações do Estado, particularmente aquelas que diziam respeito à Amazônia, local onde se confeccionaram as obras sobre o Tupi naquele período. Primeiramente, o major dedica a gramática ao imperador, figura

central nos delineamentos do IHGB desde a década de 1850, ao mesmo passo em que, retoricamente, suplica pela publicação da obra:

> Hoje que, como membro d'Assembléia Provincial do Amazonas, tenho a honra de fazer parte da comissão que veio especialmente saudar a V. M. Imperial e a sua Auguta e virtuosa Consorte, aproveito o ensejo para offertar a V.M. a minha grammatica e Diccionario da Língua Brasileira – Geral – que acabo de compor e rogo a VM Imperial haja de patrocinar o seu acolhimento, como amante e protetor da litteratura nacional. (Sympson: 1925[1877], III).

Nesse período da história amazônica, os índios de etnias diversas, falantes de línguas pertencentes a uma sorte de troncos lingüísticos, eram buscados na selva para serem 'domesticados', em aldeias de descimento, com o Tupi/Nheengatu funcionando como meio de comunicação e instrumento de progresso, que incluía, ainda nesse momento, os processos de difusão do cristianismo:

> Possa esse serviço agora ser útil a catequese de milhares de selvagens que ficarei satisfeito por ter carregado a minha pedrinha para o edifício do progresso nacional. (Sympson: 1925[1877], VIII).

Ainda que a língua, segundo Sympson, fosse digna de ser falada por todos os brasileiros (Sympson:1925[1877], VII), seus falantes deveriam adequar-se à civilização. Indicava-se, assim, um caminho ambíguo entre a imagem de uma cultura anônima e um Estado que buscava um controle unificador, naturalmente relacionado ao desenvolvimento material.

A preocupação em preparar o território amazônico para a recepção de famílias cristãs que lá se propusessem a instalar-se, contribuindo para a aceleração do progresso nacional, podem ser vistos, também, nos trabalhos de dois outros militares que elaboraram gramáticas do Tupi.

O coronel Francisco Raimundo Correia Faria teve seu *Compendio da Língua brasílica para uzo dos que a ella se quizerem dedicar* publicado em 1858. Em missão

pelo Pará, Faria observou que todas as aldeias falavam a mesma língua e que ela deveria servir de instrumento para pacificar os 'bárbaros' indígenas, além de poder funcionar como veículo para que eles conhecessem a Deus. Admitindo pouca instrução nos estudos sobre linguagem, o autor baseou sua obra na do padre Luis Figueira, com poucas adaptações.

José Vieira Couto de Magalhães (1837-1898) adequava-se com perfeição ao modelo delineado pelo Segundo Império brasileiro para coordenar seu projeto unificador. Estudante de Matemática na Academia Militar do Rio de Janeiro, bacharelou-se advogado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1859 e exerceu o cargo de Deputado em Goiás e Mato Grosso. Ainda presidira a província de São Paulo quando foi proclamada a república.

Sua obra, O selvagem, teve a primeira edição em 1876, com o apoio do IHGB. Continha apontamentos antropológicos sobre os índios e uma gramática do Tupi baseada no método desenvolvido por Heinrich Gottfried Ollendorf [1802 – 1865], bastante difundido e popular em sua época, mas cujo princípio de repetições de frases, sob a forma de perguntas e respostas, nunca havia sido aplicado ao Tupi.

A gramática foi elaborada durante trabalhos militares de Magalhães na Amazônia e teve objetivos ditados pelo Império que, como podemos ver, costumava recorrer ao deputado para tratar da questão indígena:

> É com duplo fim, por um lado, de tirar vantagens do solo ainda occupado pelos selvagens, e por outro lado, de prevenir futuras difficuldades, que o governo imperial me tem encarregado mais de uma vez de trabalhos relativos à nossa população indígena, trabalhos de que este livro é parte. (Magalhães: 1975[1876], IX).

Do ponto de vista indígena, a ameaça à sua cultura e às suas terras eram percebidas, o que gerou, por exemplo, alianças com mamelucos e negros na revolta da Cabanagem, um dos episódios a explicitar com clareza que o difundido caráter pacífico indígena é

passível de melhor avaliação. Com efeito, a resistência indígena espraiava-se por boa parte do território brasileiro, fato que preocupava o Império e que Magalhães expôs da seguinte forma:

> O território do nosso imenso Brasil é de 291 mil léguas quadradas. Quase duas terças partes d´este território, ou 182.400 léguas quadradas, não podem ainda hoje ser pacificamente povoadas por famílias cristãs, porque estão expostas às correrias sanguinolentas dos selvagens. (Magalhães: 1975[1876], VIII).

Tanto Magalhães e suas tropas quanto os povos indígenas e mamelucos já conheciam os métodos utilizados para dissolver populações ou integrá-las com recurso a um sistema de produção conflituoso, mantido por séculos no litoral. A esse respeito, assevera Magalhães:

> O constante testemunho da história demonstra que por toda parte, e em todos os tempos em que uma raça bárbara se pos em contacto com uma raça civilizada, esta se viu forçada ou a extermina-la, ou a ensinarlhe sua língua. (Magalhães: 1975[1876], XIX).

Assim, inferimos que o programa unificador do Império buscava estabilizar, a todo custo, um modo de vida assentado em valores e costumes ocidentais, para os quais o índio era um obstáculo. Em função disso, sua língua, ao mesmo tempo em que figurava como um componente de caráter alegoricamente representativo do Brasil, precisava, se não ser substituída, ao menos dividir espaço com a dos agentes ‘civilizadores’.

3.1.2.2. Os viajantes/cientistas

Três obras deste período foram elaboradas por estrangeiros que passaram décadas viajando pelo Brasil, especialmente pela região amazônica, com o intuito de coletar material para análise científica, sobretudo para as áreas de geografia, geologia e botânica.

Nomeadamente, as obras *Vocabularios da língua geral portuguez-nheengatu e nheengatu-portuguez precedidos de um esboço de Grammatica nheenga-umbue-sáua miri e seguidos de contos em língua geral nheengatu poranduba,* composta pelo italiano Ermano Stradelli [1852–1926], *Notas sobre a língua geral ou Tupi moderno do Amazonas,* do americano Charles Frederick Hartt [1840–1878], e *Grammar and vocabulary of the tupi language,* elaborada pelo inglês John Luccock [1778–1820].

Stradelli (1929) formou-se em Direito pela Universidade de Bolonha. Veio ao Brasil em meados de 1839, onde exerceu a profissão de promotor público. O italiano também dedicou-se a estudos geográficos, sendo membro da *Sociedade geográfica italiana,* e sobre a cultura dos povos indígenas da Amazônia, especialmente nas regiões dos rios Negro, Solimões e Púrus. Stradelli (1929) viveu mais de 47 anos no Brasil, naturalizou-se brasileiro e seus mapas da geografia nacional chegaram a ser usados em escolas públicas no início do século XX.

Os 40 anos de Amazônia colocaram Ermano Stradelli em um ponto intermediário entre os círculos sociais de prestígio que freqüentava e as comunidades populares do Norte brasileiro. Ele costumava incentivar a valorização da cultura local amazônica, embora a visse como inferior. Também registrou o vasto uso Nheengatu entre as diversas classes sociais da Amazônia. Esses aspectos foram assinalados no no seguinte trecho introdutório de sua gramática:

> Fallar a alguem a língua que aprendeu dos lábios maternos, o Nheengatu, aqui como em todas as partes, é o meio mais certeiro e fácil de lhe ganhar confiança, e isso tanto mais facilmente quanto uma requintada civilização ainda não embotou a emotividade instintiva peculiar às raças primitivas, substituindo-a por uma muito civilizada desconfiança – que (precisso confessar) nem sempre é despida de sua razão de ser. Bem pode acontecer, como já a mim aconteceu, que um ou outro figurão, cheio de empáfia, por ter guardado na mala uma patente da guarda nacional, finja não entender e até se mostrar agastado, por entender que se lhe falando a língua de seus maiores, se põe em duvida ou se faz pouco de sua importância. O commum do povo, todavia, que não tem dessas caraminholas na cabeça, não só não se agasta, mas agradece que se lhe fale a sua língua, e nos tracta logo como velhos amigos e conhecidos. No seu grosso bom senso pensa, e pensa bem, que isso de raças superiores e inferiores não impede que os homens sejam julgados pelo que fazem e sejam tratados em conseqüência. (Stradelli 1929: 62).

A obra de Stradelli sobre o Nheengatu foi publicada postumamente, em 1929, pela Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. No círculo intelectual da Amazônia atual, o conde italiano é considerado referência nos estudos sobre a etnologia local. Sob o nome do autor, foram construídas escolas e ruas.

A trajetória de Hartt pelo Brasil resumiu, em grande medida, resumiu o interesse deste grupo de autores pelo Nheengatu: conhecer a língua para facilitar sua pesquisa científica.

Ao preparar a obra *Geology or Physical Geography of Brazil*, Hartt (1938[1872]) sentiu que lhe faltava conhecimento da etimologia dos acidentes geográficos. Não satisfeito com as gramáticas disponíveis no período, o autor elaborar seu próprio trabalho lingüístico que, dessa forma, serviria como manual de apoio em suas viagens pela Amazônia. Tal motivação reflete-se na estrutura de sua obra composta por uma relação de centenas de frases acompanhadas de um pequeno esboço gramatical.

Natural dos Estados Unidos da América, Hartt (1938[1872]) estudou em Havard tornando-se, posteriormente, assistente de Louis Agassis [1807 – 1873], crítico da teoria evolucionista de Darwin, no Museu de Zoologia Comparada. Junto a seu mentor, Hartt (1938[1872]) veio ao Brasil na *Thayer Expediction* em busca de provas que refutassem a teoria evolucionista.

O norte-americano empreendeu cinco expedições no Brasil entre 1865 e 1878. Centralizando seu trabalho nas duas margens do rio Amazonas, ele conviveu com os Mundurucús e Mahués.

Ao mesmo tempo, Hartt (1938[1872]) mantinha contato com militares e políticos. Influente no governo brasileiro, Hartt (1938[1872]) convenceu o imperador D. Pedro II a instituir a *Comissão Geológica Nacional*. Em suas pesquisas geológicas, agradecia o

suporte do governo brasileiro e prometia divulgar uma boa imagem do Brasil em sua terra natal.

O inglês John Luccock realizou sua expedição no Brasil algumas décadas antes do que os outros dois viajantes. Precisamente, o inglês permaneceu no Brasil entre 1808 e 1810. Luccock viveu na cidade de São Gonçalo trabalhando como comerciante. Tratava-se de um observador arguto que ganhou a alcunha de 'cientista' ao descrever o espaço da cidade carioca. Estes textos foram publicados postumamente sob o título *Notas sobre o Rio de Janeiro e as partes meridionais do Brasil.* Sua gramática, com publicação igualmente póstuma, foi outro reflexo de sua curiosidade pelo Brasil. Em verdade, boa parte de seu material constituiu-se em uma releitura da obra dos missionários dos século anteriores, conforme indica o subtítulo da gramática: *Partly collected and partly translated from the works of Anchieta and Figueira*.

3.3. Cosmovisão ocidental vs. cosmovisão indígena: uma semântica do 'possuível'

Dados os perfis dos descritores do Tupi/Nheengatu, podemos nos concentrar em como tais perfis lhes permitiram elaborar certas visão e representação da língua e não outras..

Ao utilizar nosso corpus para observar, em alguma medida, a negociação de sentido na elaboração das gramáticas, dividimos as expressões Tupi/Nheengatu em quatro categorias: manufatos, biofatos, sóciofatos, psicofatos, além de categorias não identificáveis (cf. Capítulo 2). Ainda que essas categorias espelhem nossa perspectiva em relação às escolhas dos gramáticos quanto aos termos que justificariam sua abordagem metalingüística de 'posse', acreditamos que elas ofereçam um panorama da

semântica das coisas ‘possuíveis’ para o índio e de como se posicionaram os descritores, vindos de fora, em face desse especial modo de categorizar o mundo.

As cinco categorias propostas e o quadro resultante abaixo funcionaram, pois, como indicadores dos processos extralingüísticos descritos anteriormente (cf. Capítulos 1 e 3), assim como apontaram para as construções metalingüísticas que serão abordadas no capítulo seguinte. Esta seção opera, portanto, como intermediadora entre o contexto do período proposto e os aspectos relativos à análise da descrição lingüística efetuada pelos gramáticos.

O quadro, a seguir, resume as ocorrências encontradas no conjunto de todas as gramáticas selecionadas no que diz respeito à semântica das coisas ‘possuíveis’:

Quadro II- Quantificação do léxico selecionado referente às coisas ‘possuíveis’

AUTOR	QUANTIDADE TOTAL DE EXEMPLOS	MANUFATOS	BIOFATOS	SÓCIOFATOS	PSICOFATOS	CATEGORIAS NÃO-IDENTIFICÁVEIS
Anchieta 1595	117	15	16	63	3	19
Figueira 1621	69	13	10	26	4	16
Anôn. s/d	47	9	8	15	5	10
C. Magalhães 1876	116	67	2	8	19	20
Sympson 1877	14	2	-	-	-	12
Faria 1858	65	15	19	7	5	19
Hartt 1872	62	9	9	6	-	38

Luccock 1880	30	9	-	3	11	7
Stradelli 1929	19	1	2	10	-	6

Extraídas das obras as citações acerca da questão da 'posse' (v. Capítulo 2), delas exploramos, para a montagem deste quadro, os exemplos em língua Tupi/Nheengatu oferecidos por cada um dos descritores. Novamente, podemos tratar da questão separando o período missionário e o período das expedições científicas.

3.4. Léxico de 'posse' no período missionário

A respeito do período missionário, os dados apontam para um foco dos autores em descrever, prioritariamente, os sociofatos. Nas três obras em questão, a categoria 'sociofato' foi a que apresentou o maior número de termos. Em Anchieta (1990[1595), as 63 ocorrências inclusas nesta categoria representam 53% do *corpus* de dados lingüísticos usados como exemplos no tratamento da questão da 'posse'. Na obra de Figueira (1621), os 26 sociofatos correspondem a 37% do *corpus* e em Anônimo (s/d), os 15 sociofatos correspondem a 31,91% do *corpus* que selecionamos do autor.

Dentro desta amplitude dos sociofatos, as relações de parentesco foram um destacado objetivo descritivo dos missionários e lhes permitiu tratar da noção de posse. Aliás, esse léxico relacionado a parentesco não surgiu exclusivamente para tratar de índices de referência, posse ou pertencimento, mas há de se destacar que ele se fez muito presente neste tipo de categorização. Anchieta (1990[1595]), por exemplo, descreveu boa parte do uso de adjetivos possessivos conjuntamente com a descrição de parte do sistema de relações de parentesco das comunidades indígenas:

> Alguns outros nomes há que guardão o mesmo, mas tem subintellecto, o adjetivo, meus, em todolos casos VT Aî, minha mãy. O macho chama a irmã pêi, guapíra, minha irmã & a minina sobrinha, Ito, Tito, guaitô, A irmã ao irmão, Aî, guaiâ, o pay & mai ao filho macho. Piâ. Ao pay ou senhor, pai, A fêmea a sua senhora, ou qualquer molher honrada, Tapê, O macho Taupê, qualquer molher lher diz, guaîa, mano, ou meu mano huâ molher a outra quij, quinai, mana, minha mana & alia que se deve daver desta forma. (Anchieta 1990[1595]: 50).

A metalinguagem dos adjetivos possessivos serviu, aqui, como instrumento de leitura e adequação categoria do léxico Tupi referente às relações de parentesco. Observa-se que a referência pessoal, uma das funções do adjetivo, foi utilizada no exemplo para sistematizar referências que o léxico parece não fazer. Assim, para Anchieta (1990[1595]), o adjetivo fica 'subintellecto' mesmo sem haver um item lexical a ele correspondente. Os nomes referentes ao parentesco tratados já incluiriam, para o autor, uma noção de pertencimento a um determinado grupo. Veremos mais sobre adjetivos e relações de referência no capítulo seguinte. Aqui, interessa-nos, especialmente, o léxico empregado para tratar dos itens gramaticais do Tupi. Anchieta (1990[1595]), no exemplo em questão, utilizou seus recursos metalingüísticos para tratar de relações de parentesco do tipo bilateral (cf. Fernandes 1948), ou seja, aquele que lexicalizava o fato de que os membros da comunidade utilizavam palavras distintas para atribuir designativos de relação por parte dos homens e das mulheres.

Esta utilização do léxico de parentesco para descrever relações de posse e pertencimento também pode ser vista em Figueira (1621), entre outros, nos seguintes trechos: "A preposição Bo significa extensão de lugares v.g. Aico xeramuya recòbo, vivo pelos costumes de meus avós" (Figueira 1621: 5) e "... os nomes seguintes, que começandose por ç, com zeura, fallandose dellas relativamente, mudão o ç em x, & não em r, tomando y por relativo...Cyjra, tiamaterna, Yxjra, sua tia materna" (Figueira 1621: 39).

Como se observa nos exemplos, esse léxico referente às relações de parentesco permeou diferentes tipos de abordagens metalingüísticas, como o tratamento de preposições e de pronomes relativos.

Apreendemos nas obras de Anchieta (1990[1595]) e Figueira (1621) um amplo uso do vocábulo 'Tuba' – "pai" – nas categorias gramaticais referentes à posse. Esta palavra foi apresentada em diversas formas e, segundo nosso levantamento, parece ter sido o exemplo preferido dos autores missionários para tratar de tópicos gramaticais como relativos:

> "...Outras há que incluem no t. assi o absoluto como o relativo, VT Túba, pater & eius pater" (Anchieta 1990[1595]: 47);

os recíprocos:

> "Do recíproco,o, que he, suus, se usa simpliciter quando se refere a oração à pessoa agente como na língua latina VT Pedro ojuca ogúba, Pedro occidt suum patrem" (Anchieta 1990[1595]: 53);

o vocativo:

> "Todos os mais vocativos, & estes também se denotão com esta partícula Gui, l, Gue, que he o mesmo que O, no Português, & assi como dizemos, Xerub gué..."(Figueira 1621: 6);

os pronomes e substantivos com o sentido de 'ter':

> "Na segunda significação, em que o pronome Xe significa o mesmo,que Meus, mea, meum; ajuntandolhe qualquer nome substantivo de cousa possuída forma o mesmo Sum em estoutro sentido de Ter ou Possuir alguma cousa...xerub, tenho pay" (Figueira 1621: 35).

Em Anônimo (s/d), podemos observar que a explanação sobre o uso de pronomes possessivos se deu com base, majoritariamente, também com exemplos extraídos do léxico relacionado a parentesco:

> Pronomes
> 2ª regra

> Em lugar dos possessivos meus, teus, suus, noster, voster, uzamos de xe ou ce, meu; ne ou nde, teu; i ou o seu ou sua; jandé ou jane, nosso ou nossa; ou ore, nosso ou nossa de nós outros; Pé, vosso ou vossa; i ou o seu ou sua. Exemplos sejão os seguintes:
> Xe paya, ou ce paya, meu pay
> Nde paya, ou ne paya, teu pay
> I paya, ou o paya, seu pay
> Iandé ramuya, ou Jane ramuya, nossos avós
> Oreramuya, nossos avós de nós outros
> Pé copixaba, a vossa rossa
> I oba, o seu vestido
> A´ao oba, o seu vestido delles (Anônimo s/d: 198)

O exemplo acima é ilustrativo do processo verificado nas gramáticas do período missionário: os sociofatos, as relações de parentesco principalmente, são a categoria em que a maioria dos exemplos são dados na abordagem dos fenômenos gramaticais referentes à posse apreendidos. O exemplo retirado de Anônimo (s/d) revela, também, mudanças lexicais no Tupi do limiar do século XVII, fruto do contato com a língua portuguesa, como pode ser visto no vocábulo 'Paya', "pai", que substituiu 'Tuba'.

Ao comparar o tratamento das unidades lexicais nas duas primeiras gramáticas missionárias com o daquela elaborada anonimamente no século XVIII, também é relevante considerar algumas questões referentes aos elementos modificados pela ação humana, o que chamamos de manufatos.

Os exemplos inclusos nesta categoria, presentes nas gramáticas de Anchieta (1990[1595]) e Figueira (1621), referiram-se, primeiramente, aos locais onde se desenvolviam determinadas atividades. Incluem-se, dessa forma, os espaços de prática da agricultura:

> 'Ajur Xe co çui' – *venho da minha rossa* (cf. Figueira 1621);

os locais de vivência da comunidade:

> 'Taba' *aldea'*, 'tapera' – *aldea destruída* (cf. Anchieta 1990[1595]), Figueira 1621)

e os locais em que pode haver uma intersecção das culturas européias e indígenas quanto à moradia:

> ‘Xeroca pupé’ – *em minha casa* (cf. Figueira 1621).

Dentro da categoria manufatos, também foram incluídos registros dos instrumentos de trabalho e caça tradicionalmente utilizados pelas comunidades indígenas: ‘cuúba’ – *eius frecha* (cf. Anchieta 1990[1595]).

Os missionários, ao abordar a questão da posse em Tupi, utilizaram também grupos de palavras referentes a objetos e vestimentas trazidos, provavelmente, pelos colonizadores: ‘Yxira’ – *sua enxada* (cf. Figueira 1621), ‘xeaób’ – *tenho roupa* (cf. Anhieta 1990[1595]).

Em Anônimo (s/d), foram explicitados alguns processos de modificação/manufatura dos elementos:

> Os nomes seguintes não mudão nada e tomão a syllaba ce inteira por relativo: e não sendo a terceira pessoa relativa, em lugar do C tomão R... Cuya significa o cabaço de árvore assim chamado vulgarmente. Xerecuya, nderecuya, cecuya, ou Icuya. Pero recuya, a cuya de Pedro. Cuyambuca o cabaço furado em cima com que os índios acarretão água Xeremcuyambuca, nderecuyambuca, cecuyambuca ou Icuyambuca, Pero Recuyambuca. O mesmo uso, que este acima, tem os seguintes: myape, pão; mimoya pão cozido... (Anônimo s/d: 190)

A despeito da descrição destas manufaturas, os demais exemplos apresentados por Anônimo (s/d) tiveram poucas modificações em relação aos dados constantes das gramáticas missionárias anteriores. Além de ‘Taba’ – *aldea* e ‘Tapera’ – *aldea destruída*, já anteriormente tratados, Anônimo (s/d) abordou o termo Tyba:

> “Taba aldeia. Xe taba, minha aldeia; Nde taba, tua aldeia; Itaba sua aldeia. Tapera ou Tapereba, Sítio ou aldeia = que foi. Xe Tapera, Nde Tapera, Itapera. Tyba o lugar, ou sítio, onde se acha muita coisa. (Anônimo s/d: 189)

A respeito dos psicofatos, as poucas ocorrências reportaram-se à paixão religiosa: ‘xe Tupã rauçuba’ – *o meu amor a Deus*. O baixo número de exemplos como este (como em ‘Xetupana’, *o meu Deus* em Anônimo s/d) sugere que, embora se trate dos trabalhos de descritores que ocupavam a região para realizar missão catequética, as gramáticas não constituíam-se nos textos de pregação. Para este propósito, foram confeccionados textos a serem proferidos em missas e demais cerimônias. Às gramáticas, cabia o papel de orientar os grupos de missionários no trato com a língua para que, uma vez aproximando-se dos povos indígenas, tivessem condições ‘técnicas’ de realizar o referido trabalho cerimonial.

3.5. Período das expedições científicas

3.5.1. Faria (1858) e Luccock (1880)

Deste período, abordamos, primeiramente, as gramáticas de Faria (1858) e Luccock (1880), dois autores que, embora tenham feito seu trabalho no século XIX, basearam-se, abertamente, nas obras de Anchieta (1990[1595]) e Figueira (1621). Dado o apoio explícito sobre a metalinguagem dos missionários, torna-se relevante verificar se os dois autores abordaram outros tipos de itens lexicais de acordo com suas vivências nos ambientes em que o Nheengatu era falado no século XIX. Tal fato indicaria, em boa medida, a concordância com o modelo gramatical do período anterior, talvez usado ao lado de um léxico, majoritariamente, de outro tipo.

De fato, os dados quantitativos apontam para uma diferenciação de sua base lexical em comparação com a estabelecida pelos gramáticos do período missionário. Se, por um lado, os sociofatos foram a categoria majoritária nas gramáticas de Anchieta (1990[1595]), Figueira (1621) e Anônimo (s/d), Faria (1858) tratou, principalmente de

unidades lexicais referentes a biofatos (19 unidades lexicais identificadas – 29,23% do *corpus*) e manufatos (15 unidades lexicais – 23,27% do *corpus*); já em Luccocck (1880), identificamos presença maior de psicofatos (11 unidades lexicais – 36,66 %do *corpus*) e, também, de manufatos (9 unidades lexicais – 30% do *corpus*).

O tratamento dado por Faria (1858) ao léxico que categorizamos como manufatos incluiu unidades lexicais referentes a confecções artesanais e produção de alimentos pouco tratados no período anterior:

> Nhãen prato; xe renhãen meu prato; cenhãen seu prato.
>
Cúia taça;	xe recúia minha táça;	cecúia sua taça.
Oanacú cesto comprido;	xe repanacú	cepanacú
Miapé paõ	xe remiapé	cemiapé
Mbiara o que se matou	xe rembiara	cembiara
Mingaú papas rallas	taina remingaú	cemingaú (Faria 1858: 12)

No exemplo acima, podem-se notar "novidades" no léxico da língua, ao menos no que as gramáticas nos permitem inferir, tais como 'nhãen' – *prato* e 'mingáu' – papas rallas. Outros exemplos como 'iTaiaóba' – *seu couve* e 'itacacá' – *sua gomma de tipyaca fresca* indicam, também, o mesmo caminho de análise. Os dois últimos exemplos, embora pudessem ser vistos como biofatos, foram incluídos na categoria dos manufatos, visto que eles são oriundos de plantações, ou seja, são frutos do trabalho humano. Os demais exemplos de manufatos, encontrados na gramática de Faria (1858), eram equivalentes aos tratados no período missionário, como 'xeroca' – *minha casa*, 'yxira' – *sua enxada*.

Quanto aos biofatos, Faria (1858), basicamente, retomou os exemplos apresentados por Anchieta (1990[1595]) e Figueira (1621):

> Muitos nomes começados por t quando relativamente postos mudão o t em ç; por ex. teté corpo, ceté seu corpo, porém o t ou ç se muda para r, se antes ficar immediato o nome que tem de ser relatado, como xê reté meu corpo; Pedero reté corpo de Pedro. (Faria 1858: 9).

Como se vê, o léxico da gramática de Faria (1858) categorizado como biofato resumiu-se, tal como no período missionário, às unidades referentes ao corpo humano.

Quanto à gramática de Luccock (1880), podemos dizer que as unidades lexicais por nós nomeadas como psicofatos resumiram-se a exaltações religiosas e expressões de descontentamento já abordadas em Figueira (1621):

> When the personal pronouns put in position or regimen wit hany noun or verb, they become passive and signify mine, thine, his, her or their, own, etc., as:
> … Xe tupana rausuba of me the love of god, my love of god
> Nde xe amotareima you with my unhappiness (Luccock 1880: 279, 280)

O autor adaptou o léxico Tupi para sua língua materna: os sentimento de amor e infelicidade com caráter possessivo tiveram sua expressão relacionada, em inglês, a 'own – "próprio". A importância deste item lexical na gramática de Luccock (1880) se fez também notar com os manufatos, já o autor buscava a idéia de uma posse restrita, alienável ou, conforme sua metalinguagem, trata-se de *decided possession* – "*posse decidida":*

> "The prefix o is sometimes used with an adverb, or preposition to denote decided possession as "his own, her own, etc., thus: Pedro o kope, Peter´s own farm..." (Luccock 1880: 278, 279)

Nas duas gramáticas, os exemplos de sociofatos também foram os relacionados a nomes de parentesco. A despeito de não terem tratado das relações bilaterais, os exemplos são idênticos aos que aparecem nas obras de Anchieta (1990[1595]) e Figueira (1621): 'xeruba' – *meu pay* (cf. Faria 1858), 'xe cig' – *I have a mother* (cf. Luccock 1880).

3.5.2. Couto de Magalhães (1975[1876])

A gramática deste autor torna-se central nesta questão sobre o léxico de ‘posse’, pois nos apontou um direcionamento único a respeito de uma possível diferenciação entre o léxico utilizado no tratamento da ‘posse’ e o presente em outros tópicos gramaticais. No caso desta obra, tal segmentação não se justificaria já que quase a totalidade dos tópicos gramaticais foram tratados por Couto de Magalhães (1975[1876]) através de expressões de ‘posse’: Vejamos os seguintes exemplos:

> Parte prática
> LIÇÃO PRIMEIRA
>
> | | |
> |---|---|
> | Ter | Rekó |
> | Tem você | Rerekó será? |
> | Sim, senhor, eu tenho. | Çupi tenhén xa rekó. |
> | A espingarda. | Mukáua. |
> | Tem você a espingarda? | Rerekó será mukáua. |
> | Sim senhor, eu a tenho. | Çupi, tenhén, xa rekó mukáua. |
> | O pão. | Miapé. |
> | O sal. | Iukira. |
> | A farinha. | Uhí. |
> | O mel. | Ira. |
> | Batata. | Iutica. |
>
> Os prefixos pronominaes, que antecedem os verbos, fazem n´esta lingua o effeito das nosssas terminações, e é por elles que se determinam as pessoas dos verbos, assim: eu tenho, tú, elle: arekó, rerekó, oreó...Em todas as phrases interrogativas vem uma destas partículas: será, tá, tahá, ou pá cujo o emprego o uso ensinará... (Magalhães 1975[1876]: 14)

Conforme indicamos no capítulo 3, o método de perguntas e respostas de Ollendorf (1846) foi a base do trabalho de Couto de Magalhães (1975[1876]). Os exemplos nos mostram que, seja para tratar de prefixos pronominais ou de preposições, o autor apresentou diálogos em que a idéia de obtenção ou de ‘posse’ fossem colocadas em evidência, sobretudo através do verbo ‘rekó’ – “ter”.

Não por acaso, a constante abordagem de itens que poderiam vir à posse situou a obra do militar como a que mais exemplos nos forneceu –116. Deste total, destacamos

que 67 se enquadram na categoria dos objetos modificados pelo trabalho humano – os manufatos. No exemplo acima, verifica-se o amplo uso de palavras relacionadas com a produção de alimentos como ‘miapé’ – *pão* e ‘iutica – *batata*. Verifica-se a atenção especial que Couto de Magalhães (1975[1876]) deu ao lexema ‘mukáua’ – “espingarda”, uma arma não-tradicional da cultura indígena. Esta unidade lexical pode ser vista no exemplo abaixo, acompanhada de outros manufatos:

> Parte prática
> LIÇÃO SEGUNDA
>
> | | |
> |---|---|
> | Algodão | Amaniú(amanijú) |
> | Linha de algodão. | Inimu amaniu xiíuara,ou amaniu inimu. |
> | Espingarda de Ferro. | Mukaua itá xiíuára. |
> | Que espingarda tem você? | mahá mukáua tahá rerekó? |
> | Tenho a espingarda de páo. | Xa rekó mukáua mirá xiíuára. |
> | Tem você o meu sapato de couro? | ne rerekó será ce sapatú piréra xíiuára? |
> | Não senhor, não o tenho. | Intimanhã xa rekó ahé. (Magalhães 1975[1876]: 18) |

Conforme o exemplo, o uso de um léxico baseado em elementos não-tradicionais da cultura tupi apontou, em certos casos, para um processo de empréstimo da língua portuguesa, como pode ser visto em ‘sapatú piréra’ – “sapato de couro”.

Ainda sobre a obra de Couto de Magalhães (1975[1876]), outro fator importante a considerar foi o hábito de o autor em apresentar listas de palavras. Estas listas, normalmente, eram constituídas de manufatos que poderiam vir à possessão de alguém. Alguns exemplos: ‘ce cuiára’ – “meu dinheiro”, ‘kaiu piránga’ – “vinho”, ‘oro’ – “ouro”, ‘miapé’ – “pão”, ‘mukáua’ – “espingarda”, ‘itapuã’ – “prego”, ‘maracati’ – “barco”.

Os sociofatos, exemplificados pelo autor, incluíram a relação das pessoas com animais de estimação: ‘xarekó ce iáura puranga’ – Tenho meu bello cão; e a relação

estabelecida entre os membros de uma comunidade: ‘Xasó xá cénoin kári ce míraitá’ – eu vou mandar chamar meu povo, ‘xa reko miira ceiia’ – Eu tenho muita gente.

O autor registrou, também um número considerável de psicofatos: 19. Repetidos algumas vezes, estes elementos referiam-se a sensações e necessidades:

> Parte prática
> LIÇÃO QUINTA
>
> | | |
> |---|---|
> | Tem você sede? | Ne i céi será? |
> | Não tenho sede. | Inti mahã ce i céi. |
> | Tem você somno? | Ne repoci será ? |
> | Tenho somno. | Ixé ce repoci. (Couto de Magalhães 1975[1876]) |
>
> | | |
> |---|---|
> | Tem você frio ? | Né rui será? |
> | Não tenho frio. | Ixé intimahã ce rui |
> | Tem você medo ? | Ré cekié será? |
> | Não tenho medo. | Ixé intimahã xa ce kiié. |
> | Tenho medo. | Ixé xa cekiié. (Couto de Magalhães 1975[1876]: 22) |

Dentro de nosso elenco de gramáticas, o autor foi o único a incluir, em sua base lexical, as palavras listadas acima. Estes psicofatos opunham-se, quanto aos mecanismos gramaticais a que se submetiam, aos manufatos, conforme veremos no capítulo seguinte.

3.5.3. Stradelli (1929) e Sympson (1925[1877])

De acordo com nosso quadro, o léxico presente na obra destes autores foi, em grande parte, incluído na categoria de ‘itens não-identificáveis’. Isto se deveu ao fato de Stradelli (1929) e Sympson (1925[1877]) terem tratado a questão da ‘posse’ através da exposição dos mecanismos gramaticais, sem exemplos do que poderia ser ‘possuível’, como nos exemplos:

> O paradigma da conjugação nheengatu se resume no paradigma do tempo presente, que faz:
> Ixê xarecô – eu tenho. Iané iareco – nós temos.
> Indé rerecô – tu tens. Penhê perecô – vós tendes.
> Aé orecô – elle tem. Aetá orecô – elles têm. (Stradelli 1929: 40)

> Dos adjectivos possessivos
>
> Sê – meu, minha; meus, minhas; o meu, a minha; os meus, as minhas.
> Nê - teu, tua; teus, tuas; o teu, a tua; os teus, as tuas.
> Re ou i – seu, sua; seus, suas; o seu, a sua; os seus, as suas; d'elle, ou d'ella; d'elles, ou d'ellas. (Sympson 1925[1877]: 16)

Neste contexto, os poucos exemplos com coisas 'possuíveis' oferecidos por Sympson (1925[1877]) se enquadraram na categoria de manufatos: 'quicáua Mundú recê' – *Rede de Manuel*.

Já Stradelli (1929), no tratamento dos adjetivos possessivos, utilizou léxico categorizado em três de nossos quatro itens:

> Ex. A pergunta: Auá iara? – quem o dono? Responde-se: Ixê iara, ou fulano iara: - Eu sou o dono ou o dono é fulano. Direi pelo contrário: Ce piá – o meu coração; Ne rôca – a tua casa; I putyra – a sua flor, si apenas enuncio de quem é a coisa. (Stradelli 1929: 37)

Dessa forma, temos o exemplo de sociofato, repetido outras nove vezes, que indica uma relação de senhorio/autoridade: 'Ixê iara' – *eu sou o dono*. Como exemplos de biofatos, capturamos 'ce piá' – *meu coração* e 'I putyra' – *a sua flor*. E 'nê roca' – *a tua casa* representou a categoria de manufatos.

3.5.4. Hartt (1938[1872])

Hartt (1938[1872]) dedicou boa parte de sua gramática ao trabalho de coleta e registro de diálogos entre os índios. Como resultado, uma seção de sua obra, intitulada 'frases', apresentou uma variedade considerável de expressões do Nheengatu. Entre essas frases, havia aquelas que expressavam posse através de um léxico de utilidades domésticas, produtos alimentícios e vestimentas, todas inclusas na categoria 'manufatos'. Alguns exemplos:

> Xasó xamopyryk se mantéga

vou frigir minha manteiga. (Hartt 1938[1872]: 319)

Epurú né kyuáua ixéu.
empresta-me teu pente. (Hartt 1938[1872]): 319)

Epurú nékysé ixé
empresta-me tua faca. (Hartt 1938[1872]: 319)

Semaitá yakym ikó.
Minha roupa está molhada. (Hartt 1938[1872]: 325)

Verifica-se o empréstimo da língua portuguesa em 'mantéga'. No que se refere aos sociofatos, apreendemos que Hartt (1938[1872]) registrou as relações de parentesco do tipo bilateral (cf. Fernandes 1948), de modo similar ao realizado no período missionário. Por exemplo:

Semymyra rypyrunáua kuaé (mulher que fala).
Seraíra rypyrunáua kuaé. (homem que fala).
Este é meu filho primogênito. (Hartt 1938[1872]: 325)

Dado que o autor realizou um trabalho de coleta de dados junto aos índios, podemos inferir a manutenção dessa característica de léxico relativo a parentesco de tipo bilateral na língua indígena. Neste sentido, há, na gramática do autor, um exemplo similar ao que apresentamos em Figueira (1621): 'Xaikó rañé seramúna ita rekó yaué' – *vivo pelos costumes de meus avós.*

Por fim, ressaltamos que a categoria mais freqüente na gramática de Hartt (1938[1872]) foi a dos 'itens não-identificáveis' – 38 ocorrências de um total de 62, ou seja, 61,29%. Tal característica se justificou por duas razões. A primeira se refere às explicações gramaticais sem exemplos de 'coisas possuíveis'. Como no exemplo:

1ª pessoa.

Singular	Plural
Nominativo ixé	yane ou yande
Genitivo sé	yane ou yande
Dativo ixéu	yaneu ou yandeu
Acusativo sé	yane ou yande
Ablativo sé	yane ou yande. (Hartt 1938[1872]: 314)

Incluímos tal trecho em nosso *corpus* pela presença de pronomes em posição genitiva, metatermo normalmente associado à idéia de 'posse' (cf. Capítulos 1 e 4). A segunda razão que justifica a freqüência de 'itens não-identificáveis' na obra de Hartt (1938[1872]) constitui-se em uma série de exemplos em que o elemento possuível não ficou claro a ponto de ser categorizado, como em: 'Intí seta xareko' – *não tenho bastante;* 'Xarekó neyaué tenhe' – *Tenho igual a ti.*

Capítulo IV: A expressão da 'Posse' nas gramáticas

No capítulo 1, tratamos de algumas estratégias adotadas nos estudos da linguagem para descrever, ao longo da história, da questão da 'posse' em diferentes línguas. Para isso, exploramos essencialmente três itens: o caso genitivo, os pronomes/adjetivos possessivos e itens lexicais, como verbos equivalentes a 'ter'. Neste capítulo, observaremos como essas categorias foram manipuladas pelos descritores do Tupi/Nheehgatu.

Trata-se de um mapeamento complexo, na medida em que permite agrupar as obras em torno de determinados aspectos, ao mesmo tempo em que permite nuançar especificidades. Assim, por exemplo, constatamos que os gramáticos do período missionário buscaram, na língua Tupi, um conjunto de pronomes e substantivos que, tomados conjuntamente, poderiam corresponder ao verbo 'ter' do Português. Em contrapartida, autores do período das expedições científicas, tais como Sympson (1925[1877]) e Couto de Magalhães (1975[1876]), correlacionaram a palavra 'rekó' ao verbo 'ter'. Na mesma medida, neste nosso mapeamento comparativo, não nos pareceu menos pertinente o fato de Faria (1858) não ter abordado o assunto, apesar de pautar-se fortemente em Figueira (1621).

A exploração desses três itens gramaticais, e de um outro bastante intrincado (o pronome relativo/recíproco com referência à terceira pessoa), constitui o eixo deste capítulo. A intenção, ao abordar esses quatro itens, foi a de realizar uma análise conjunta de todo o *corpus* levantado relativamente ao tema, a partir dos mesmos critérios 'internos', ainda que, como sabemos, esse *corpus* seja constitutivamente heterogêneo.

4.1. O caso genitivo

Como visto anteriormente, os gramáticos missionários apoiaram-se, em suas descrições do Tupi, na língua latina e na metalinguagem gramatical empregada para descrever essa língua, apresentando diferentes níveis de incorporação do modelo e também diferentes toques de 'criatividade' no registro das especificidades lingüísticas que conseguiram captar. (cf. o Capítulo 1 desta dissertação).

A utilização da noção e do metatermo 'caso'— advinda da tradição greco-latina — na categorização metalingüística do Tupi não foi feita apenas pelos missionários Anchieta (1990[1595]) e Figueira (1621), mais claramente inseridos num contexto em que os modelos clássicos predominavam (cf. Capítulo 3): ela também encontra registro nos textos gramaticais produzidos pelos cientistas, políticos, viajantes e militares do século XIX, tais como Hartt (1938) e Couto de Magalhães (1975[1876]), supostamente expostos (também) a outras influências.

Os primeiros descritores, tendo, sobretudo, a estrutura gramatical latina em mente, analisaram as funções dos termos das orações da língua apoiados na noção de 'caso', mesmo quando reconheciam não haver marcas morfológicas específicas no Tupi. A noção de caso, para esses gramáticos, não estava, portanto, necessariamente relacionada à expressão de marcas morfológicas claras, como exemplifica o seguinte trecho de Figueira (1621):

> Os nomes nesta língua, comumente, não tem distinção de números, singular & plural, nem também de casos; mas a mesma voz serve de ambos os números & em todos os casos v.g. oca, casa ou casas: Apyba, homem, ou homens. E os casos se conhecem por algumas preposições, ou modos de collocar os nomes entre si: ou também com os verbos (Figueira 1621: 2)

Como visto, Figueira (1621) considerou que os nomes, em Tupi, não precisavam ser flexionados para expressar um determinado caso. A relação estabelecida entre os nomes, o uso de preposições e as relações entre verbos e nomes explicitariam os casos. Poderíamos dizer, em princípio, que essa concepção de Figueira (1621) atribui maior importância à sintaxe do Tupi, com a intenção de demonstrar como expressar, com recursos sintáticos, casos equivalentes aos demarcados sob forma morfológica no latim. O procedimento, nesse sentido, não é distinto daquele empregado pelos primeiros descritores de línguas como o português e o espanhol, por exemplo (cf. Nebrija 1992[1492], Barros 1540, por exemplo).

A exposição dessa diferença (os casos em Tupi não se manifestavam morfologicamente como em latim e, sim, através da ordenação dos nomes entre si e do uso de preposições) pode ser vista ainda no século XIX. Sympson (1925[1877]), por exemplo, expôs concepções muito similares às de Figueira (1621), com uma metalinguagem própria de sua época:

> Como na língua brazilica as palavras não mudam de terminação para mostrar os casos que tem no latim e outras línguas, pelos quaes se conhece o emprego que devem ter na oração, é, entretanto, de seu uso particular proceder as palavras complementares dos seus respectivos regentes - verbos, preposições, etc. (Sympson 1925[1877]: 72, 73).

Dois processos foram explicitados por Sympson (1925[1877]). Primeiramente, o metatermo ‘terminação’ nos remete à idéia de flexão para expressar caso. O autor apontou, assim como Figueira (1621), que a língua indígena não dispunha de tal mecanismo. Além disso, Sympson (1925[1877]) deixou claro que buscava, tal como o gramático do período colonial, aval na tradição latina para tratar do tema, ainda que ele estivesse deslocado para um âmbito sintático.

Quaisquer que tenham sido as motivações para estender o uso do metatermo, interessa-nos observar, particularmente como os descritores do Tupi analisaram o ‘uso

particular' das palavras, como o diz Sympson (1925[1877]), ou o 'modo de collocar os nomes', conforme o postulado por Figueira (1621), considerando esses mecanismos como manifestação dos casos. Nessa análise, voltamo-nos com maior atenção para aquele que, do ponto de vista sintático, tradicionalmente indicaria adjuntos adnominais e, semanticamente, um 'possuidor': o caso genitivo.

Dado que o Latim e o Português, considerada a totalidade do *corpus*, foram as línguas mais utilizadas pelos autores que descreveram o Tupi/Nheengatu para caracterizar, de um ponto de vista metalingüístico, uma língua com estrutura diversa, não caberia aqui, enfocar restritivamente uma delas e, por conseqüência, um determinado tipo de expressão de relação genitiva. Veremos, ao contrário disso, o processo de categorização através do caso genitivo nas gramáticas do Tupi como um todo, discutindo as implicações sintáticas e semânticas do emprego de um tal recurso.

Na obra de Figueira (1621), seguido quase identicamente por Faria (1858), verificamos que o genitivo é identificado em função da posição em que se colocava um substantivo em relação a um outro substantivo. Ambos os descritores interpretaram que o primeiro substantivo, em uma seqüência de dois, continha características sintáticas e semânticas correspondentes ao caso genitivo. Vê-se nos exemplos como se deu essa representação:

> Qualquer nome substantivo posto com outro também substantivo,se estiver no primeiro lugar, fica sendo genitivo, VT ita coára, buraco da pedra. (Figueira 1621, 3)
>
> O nome sustantivo colocado junto a outro também sustantivo fica sendo genitivo se estiver em primeiro lugar – por exemplo ita coára buraco de pedra. Itá é o genitivo. (Faria 1858, 6)

É certo que não deve ser afastada a hipótese — considerando a influência que a obra de Faria (1858) assumidamente recebeu da de Figueira (1621) (cf. Capítulo 3) — de que se trate, neste ponto, de uma incorporação direta do texto seiscentista na obra do militar do século XIX. De todo modo, mesmo considerando essa possibilidade, ela sinalizaria

ao menos a concordância deste último autor com a percepção do primeiro de que o nível sintático é aquele em que se dá a especificação lingüística que caracteriza o caso genitivo em Tupi.

Nas duas gramáticas, não foi observada ou tida como importante nenhuma implicação morfológica deste tipo de construção. Da mesma forma, também estão ausentes quaisquer considerações diretas sobre a semântica (lexical ou de papéis temáticos) acerca do termo categorizado como genitivo: 'ita'. No entanto, quanto a esse último aspecto, também não se descarta a hipótese de que Figueira (1621) e Faria (1858) podem ter considerado que categorizar as estruturas citadas como 'genitivas' seria suficiente para que seus leitores compreendessem o 'papel temático', evidentemente ainda não nomeado desse modo, de cada termo.

Seja como for, cabe ser ressaltado um procedimento didático adotado pelos autores, que também permite apreender o escopo de sua referência a caso genitivo: a tradução. Através dela, os descritores trataram as anteposições de substantivos em Tupi como construções análogas ao genitivo em Português. No português a construção genitiva não era apresentada como resultado do posicionamento seqüencial de substantivos mas, sim, como produto da intermediação de preposições, como no exemplo 'boraco de pedra'. Segundo Cardoso (1983), como já observamos, é precisamente esta a função da preposição 'de' nas línguas românicas, particularmente no Português, como 'tradutora' do genitivo latino.

Considerando o papel do caso genitivo em que um termo determina ou complementa o sentido do outro, as seqüências de dois substantivos em Tupi implicariam as mesmas funções sintáticas e semânticas que nas línguas européias?

Anchieta (1990[1595]), valendo-se de tradução, observou que, em algumas situações, a seqüência de substantivos poderia ocasionar alterações morfológicas que, por sua vez,

implicavam alterações no significado da frase. Dois exemplos dados pelo autor permitem examinar mais de perto a questão:

> Nesta maneira de appositivo não se perde o t como consta do exemplo, mbaêtatâ, porque perdendo-se significa não cousa que he toda fogo: senão cousa que tem fogo, mbaêatâ, mbaêtobâ, cousa que he toda rosto, mbaêobâ, cousa que tem rosto. Também pode ser genitivo possessivo, VT cãoîatâ, por cãoîratâ, fogo de vinho, i. com que se coze o vinho (Anchieta: 1990[1595], 39).
>
> O mais certo he que quando há esta composição de genitivo possessivo, mais quer significar cousa que tem, que o proprio genitivo, máxime nos que tem o accento na última & o segundo há de perder o r. VT Abâ, pessoa, Tobâ, rosto, Abâobâ, pessoa que tem rosto, ou alguma particularidade nelle: Abârobâ, propriamente hominis vultus (Anchieta: 1990[1595], 40)

O missionário jesuíta observou e registrou uma característica da língua Tupi bem diversa das de línguas européias, ao mesmo passo em que tentou encontrar mecanismos, acessíveis aos seus potenciais leitores (europeus escolarizados), para categorizar as sentenças. Ele entendeu que mudanças morfológicas no segundo nome refletiriam mudanças de significação no contexto da frase. Sintagmas como 'mbaêtobâ' significavam que o segundo termo (tôba) funcionava como um adjunto clássico, ou seja, indicava a característica do primeiro nome. A queda do 't', apontada pelo autor, indicava que um indivíduo *possuía* um objeto ou característica.

Anchieta (1990[1595] procurou aproximar sua leitura do Tupi de um referencial metalingüístico que, por hipótese, compartilhava com seus potenciais leitores, através de dois procedimentos. O primeiro foi apresentar a metalinguagem de forma gradativa. Assim, o autor estabelece uma diferenciação entre *genitivo* e *genitivo possessivo*. Para o autor, o primeiro marca as relações gerais de especificação entre dois nomes e o segundo expressa a idéia de 'ter' algo. O segundo procedimento consistiu em especificar os significados dos sintagmas, apontando matizes que talvez passassem despercebidos com a mera classificação dos dados em conformidade com a metalinguagem de referência. Dessa maneira, o autor opõe, por exemplo, 'mbaeata' a

‘mbaetata’, ressaltando que significam, respectivamente, “cousa que tem fogo” de “cousa que he toda fogo”, isto é, assinalando que não são equivalentes, nem na expressão, nem no conteúdo.

Anchieta (1990[1595]), assim como Figueira (1621) e Faria (1858), explora as atribuições sintáticas e semânticas relacionadas ao caso genitivo. Contudo, a negociação de sentidos presente em seus exemplos e metalinguagem aponta que a simples categorização pelo caso genitivo encontraria “obstáculos”, em virtude de algumas características da língua indígena, como as seguintes:

a) a relação entre nomes, a formação de palavras e o significado das frases estavam intrinsecamente relacionados, e

b) atributos intrínsecos aos seres/objetos e as características pertencentes aos mesmos constituíam-se em diferenças consideráveis a ponto de serem marcadas lingüisticamente.

Em Anônimo (s/d), não verificamos abordagem específica do caso genitivo. O autor não tratou, com base em qualquer tipo de metalinguagem, dessas relações estabelecidas entre nomes.

A questão foi retomada no século XIX, no tratamento do Nheengatu. Nesse período, os autores adotaram a idéia de concatenação de substantivos como fórmula essencial de expressão do genitivo em Nheengatu. Hartt (1938[1872], por exemplo, retomou a idéia de que o genitivo se expressava através da relação dos nomes na frase, sem quaisquer alterações na formação das palavras:

> O nome é indeclinável. O genitivo é indicado pela posposição. Assim: apyáua sendo homem, ygára canoa, apyáua-ygára vem a ser a canoa do homem (Hartt 1939[1872]: 311)

O procedimento de Hartt (1938[1872]) foi similar ao observado em Figueira (1621) e Faria (1858). Contudo, Hartt (1938[1872]) reforçou a idéia da falta de declinações na

língua indígena. Desta maneira, podemos observar a oposição entre a expressão do genitivo com flexões nominais, tal como em latim e alemão, e a expressão em que a combinação dos nomes na frase era suficiente para atingir os mesmos efeitos semânticos.

Na descrição do Nheengatu do século XIX, é notório, também, que alguns descritores tenham apontado a presença de preposições similares ao 'de' da língua portuguesa. Para Couto de Magalhães (1975[1876]), por exemplo, a expressão de 'posse', bem como a expressão do material de que se compõe determinado objeto eram feitas, preferencialmente, através da anteposição de substantivos: "O genitivo de possessão se expressa, como em inglez, antepondo o possuidor ao nome da cousa possuida; pela mesma forma se expressa, como já vimos, a matéria de que alguma coisa é feita." (Couto de Magalhães 1975[1876]): 22). No entanto, além do mecanismo de anteposição de um substantivo a outro, o autor apontou que essa estrutura de genitivo poderia ser alternada com uma outra, em que os termos 'çui', 'çui uára', e 'Xiíuára' seriam análogos à preposição 'de':

> De çuí, çuí uára, Xiíuára.
>
> Quando o-de- significa a materia de que alguma cousa é feita, traduz-se por dous modos: ou antepõe-se o objecto que é feito da tal materia, como kicé faca, pedra itá, faca de pedra itá kicé; ou então se diz: kicé itá çuíuára
>
> Algodão Amaniú(amanijú)
> Linha de algodão. Inimu amaniu xiíuara,ou amaniu inimu.
> Espingarda de Ferro. Mukaua itá xiíuára.
> Que espingarda tem você? mahá mukáua tahá rerekó? (Couto de Magalhães 1975[1876]: 18).

Percebe-se, nos exemplos do autor do século XIX, a preocupação em separar os diversos tipos de relações semânticas agrupáveis sob o rótulo de 'genitivas'. Assim, Couto de Magalhães (1975[1876]) diferencia uma relação estabelecida entre possuidor-possuído de uma que se foca na matéria de que um substantivo é feito.

Sympson (1925[1877]) postulou a existência de preposições em Tupi que correspondessem ao ´de' da língua portuguesa. Estas preposições mediariam a relação entre dois nomes, embora o autor não tenha classificado este tipo de construção como 'genitiva':

> Preposição é uma palavra invariavel e liga-se aos nomes para firmar relações de complemento entre si; exemplo:
>
> | | |
> |---|---|
> | Casa de pasto | timiú r'ôca. |
> | Trad. literal | comida de casa |
> | Rêde de Manuel | quicáua Mundú recê. |
> | Trad. literal | rêde Manuel de |
>
> R', re – de, do, da; cujo exemplo dei acima. (Sympson 1925[1877]: 54).

Sympson (1925[1877]) não considerou ser possível estabelecer uma relação entre dois nomes sem a intermediação de preposições. Na frase 'timiú r´óca', por exemplo, o autor identificou 'r' como unidade preposicional, de modo a opor-se aos outros descritores, que caracterizaram tal elemento como parte integrante da raiz da palavra.

Ressalta-se que as variantes de preposição propostas por Sympson (1925[1877]) – r´, re – diferem dos termos apresentadas por Couto de Magalhães (1975[1876]) – çuí, çuí uára, Xiiuára. Podemos, certamente, considerar a hipótese de que os autores tenham registrado diferenças dialetais, embora os exemplos de Sympson (1925[1877]) apontem, principalmente, para uma distinta interpretação da formação de palavras em Tupi.

Algumas das questões a respeito da relação sintática entre os nomes e suas implicações semânticas foram tratadas por Stradelli (1929), sem o emprego do metatermo 'caso genitivo'. Para o autor, interessou, particularmente, a formação das palavras em Nheengatu. Uma das características deste processo seria a posposição, segundo a metalinguagem do autor, de dois substantivos ou de um adjetivo com um substantivo. O procedimento foi descrito desta forma:

> **SUBSTANTIVOS DE FORMAÇÃO SECUNDÁRIA**
> A regra dominante de sua formação é de pospor ao nome ou adjectivo modificado o modificador, pura ou simplesmente, ou com as elisões exigidas pela economia de nossa boa língua.
> O novo nome então, escreve-se todo em seguida ou dividindo os elementos que o compõem por meio de traços de união, especialmente quando há algum interesse em frizar os seus componentes. Ex. Itapéua, Ita-peua – lage, composta de Itá – pedra e Péua – chata; Murutuixáua – comandante, chefe, imperador – de Murú – mandar, mandado e Tuixáua – chefe. (Stradelli 1929: 20)

Conforme o exemplo acima, a composição de substantivos não implicava uma relação genitiva. A metalinguagem do autor, focada na formação de palavras, abrangia os termos 'modificador' e 'modificado', de forma aglutinante. O resultado da seqüencia de substantivos e/ou adjetivos era uma nova palavra com um novo significado. Nesse mesmo quadro relativo à composição de palavras, as noções de 'posse' ou 'pertencimento' foram tratadas por Stradelli (1929):

> Quando todavia o substantivo a formar-se traz consigo a idéia de matéria com que uma cousa é feita, a quem pertence, para que é destinada ou outras relações análogas, a parte modificadora da idea contida no substantivo a modificar-se, geralmente outro substantivo, é preposta, e isso de acordo com a regra de nossa boa língua, que para exprimir estas e análogas relações manda pura e simplesmente prepor ao possessor a cousa possuída, à cousa a matéria de que é feita, etc. etc. Ex. *Itamaracá* – sino, de ita – pedra e *maracá* – chocalho – isto é, chocalho de pedra. *Itaoca* – composto de Itá – pedra e Oca casa, isto é, casa de pedra. (Stradelli 1929: 20, 21)

Tal como nas obras de outros autores, como Figueira (1621), Faria (1858) e Hartt (1938[1872]), a explicação do conde italiano concentrou-se na seqüência de substantivos para descrever uma relação de 'possuidor' e 'possuído'. O trecho acima, da obra de Stradelli (1929), apresentou as relações semânticas dessa seqüência de substantivos – matéria de que algo é feito, pertencimento. O autor pontuou que as seqüências de substantivos implicam 'relações análogas', oferecendo uma caracterização geral, válida para todas essas relações, tal como a tradição gramatical costuma tratar o genitivo: o caso que permite a especificação dos nomes (cf. Capítulo 1). Contudo, não é certo que Stradelli (1929) tenha se referido ao caso genitivo. Ao que parece (e novamente os processos de tradução funcionam como índices relevantes em

nossa análise), para o autor, as relações de substantivos formam novas palavras. Assim, as relações de parte-todo, ou meronímicas, redundariam em um único (e novo) item lexical, formado pela seqüencia de dois outros – v., por exemplo, 'Itamaracá' – traduzido, em primeira instância, por 'sino'.

Verifica-se, pois, que, nas obras selecionadas como nosso material de análise, grande importância foi dada às relações estabelecidas entre os nomes. Estas relações costumavam incluir uma noção de 'posse', normalmente tratada através do caso genitivo. Contudo, autores como Sympson (1925[1877]) e Stradelli (1929) consideraram a questão da relação entre os nomes e, conseqüentemente de posse, através de recursos metalingüísticos diversos de sua categorização mais tradicional.

4.2. Pronomes e adjetivos como referências de 'posse'

Como observamos no capítulo 1 dessa dissertação, a nomenclatura gramatical, não só relativa à descrição do Tupi/Nheengatu, mas relativa à gramaticografia ocidental, apresenta certas oscilações quanto ao emprego de expressões que, veiculando a noção de 'posse', fazem referência ao nome ou o substituem. As referências mais usuais, nesse contexto de concorrência metalingüística, têm sido, para o último caso, 'pronome possessivo' e, para o primeiro, 'adjetivo possessivo'. Mas não se trata de usos consistentes.

Os dois metatermos (e suas outras variantes), de toda forma, são relevantes para esta análise, justamente porque funcionam como um índice de um aspecto mais amplamente identificável nas obras que vimos analisando: os descritores do Tupi/Nheengatu muitas vezes utilizaram-se de procedimentos semelhantes para descrever a língua, registrando, no entanto, diferenças consideráveis quanto à metalinguagem e também quanto aos modos de manipulação dos dados. A exploração desses fenômenos, da metalinguagem a

eles relacionada e dos dados de língua mobilizados para caracterizá-los é, portanto, tarefa que requer algum cuidado para se evitarem distorções e anacronismos na análise historiográfica.

Com o quadro da página a seguir, procuramos realizar um mapeamento geral dos modos como os autores selecionados se reportaram às categorias gramaticais 'pronome possessivo' e 'adjetivo possessivo'. Nem sempre, porém, captar as preponderâncias e mesmo certa consistência de uso em cada autor foi um procedimento fácil.

Como se observará no quadro, há oscilação quanto à existência de uma ou de mais de uma categoria e também quanto aos modos de nomeá-la(s). Não é possível sequer apontar tendências relativas aos períodos com os quais estamos trabalhando: a categoria hora é nome, hora é adjetivo, ora é pronome e sua caracterização oscila entre 'genitivo', 'possessivo', 'passivo'. Por um lado, essa heterogeneidade pode simplesmente sinalizar que a matéria não conheça consensos em gramaticografia; que seja uma zona de menor conforto descritivo para estes e outros autores. Por outro, atendo-nos particularmente à tradição descritiva do Tupi/Nheengatu, este pode ser um caso interessante para se observar que os eventuais 'modelos' disponíveis:

1) não eram interpretados de um mesmo modo, e/ou

2) não eram simplesmente aplicados, sem um processamento crítico ou sem atenção aos (novos) dados.

Quadro III: Metatermos para referência a pronomes e adjetivos possessivos em textos descritores do TUPI/NHEENGATU (séculos XVI a XIX)

Autores	**Item lexical que acompanha o nome**	**Item lexical que substitui o nome**
Anchieta (1990[1595]	Adjetivo possessivo – 'xe jará'	----------
Figueira (1621)	Pronome possessivo – 'xecó'	Pronome possessivo – 'xeremi'
Anônimo (s/d)	Nome possessivo – 'xecopixaba' Pronome possessivo – 'ce paya'	----------

Faria (1858)	Pronome possessivo – ‘xecó’	Pronome possessivo – ‘xeremi’
Hartt (1938[1872])	Pronome possessivo/ pronome pessoal do caso genitivo – ‘sereté’	----------
Coutode Magalhães (1975[1876]	Adjetivo possessivo – ‘ce mukáua’	Adjetivo possessivo – ‘ce mahã’
Sympson (1925[1877])	Adjetivo possessivo – ‘sê’	Adjetivo possessivo – ‘sê’
Luccock (1880)	Passive personal pronoun – ‘xe sig’	Possessive personal pronoun – ‘xeremi’
Stradelli (1929)	Adjetivo possessivo – ‘ce piá’	----------

O quadro nos leva a refletir que, se a recepção dos modelos e/ou sua aplicação fossem plenas, a terminologia correspondente talvez devesse apresentar, se não equivalência, ao menos maior uniformidade.

Buscando facilitar a leitura de nosso trabalho e, ao mesmo tempo, aproximarmo-nos do modo de referência adotado pelos autores, valemo-nos do seguinte procedimento: se sua citação fazia referência direta a um dos rótulos, o repetimos, tal como apresentado na obra, ao analisá-lo; se, de outro modo, essa referência não estava dada nos trechos de obra sob análise, nos referimos à categoria por meio da expressão ‘possessivo’, simplesmente para buscar alguma unidade para nosso próprio texto.

Anchieta (1990[1595]), por exemplo, optou por utilizar ‘adjetivos’ como metatermo para referir as unidades de valor possessivo que acompanhavam os substantivos. Aquelas que, estivessem no caso nominativo e substituíssem susbstantivos, receberam, na sistematização gramatical do autor, o rótulo de ‘pronomes’:

> *Dos pronomes Cap. V.*
> Os pronomes tem alguns casos, vt Ego.
> Nominativo *yxê*
> *xé.*
>
> *Yxébe*
> *yxébo*
> Dativo *xébe.*
> *Xébo*
>
> Plural

Nominativo *Orê.* Nos.
*Y*andê.
.....
Tu.
Endê.
Nominativo. Ndé. Tu
Né.
.....
Plural.
Nominativo *Pee, vel Pè.* Vos. (Anchieta 1990[1595]: 42, 43).

Acompanhados dos substantivos, como adiantamos no parágrafo anetrior, as mesmas unidades passavam a ser rotuladas ‘adjetivos’:

Construção destes pronomes
Nè, ndé, vel, né, pé são também adjetivos como meus tuus, vester, &c. Xejára meus dominus, ndéjara, tuus, péjára, vester... (Anchieta 1990[1595], 44).

Anchieta (1990[1595]) reconheceu a múltipla funcionalidade de termos como ‘xe, nde, ore, yandé, pé’. Ao mesmo passo em que poderiam estar no nominativo como sujeitos da oração, substituindo os substantivos, poderiam, também, acompanhar os substantivos, de forma análoga aos possessivos do latim e do português: ‘meus, tuus, vester[6]’. A terceira pessoa representou uma questão especial para Anchieta (1990[1595]) e outros autores de nossa periodização, conforme veremos na seção seguinte.

Gramáticas posteriores à de Anchieta (1990[1595]), como as de Figueira (1621), Anônimo (s/d) e Faria (1858) mantiveram a noção que ele havia fixado: uma das funções atribuíveis aos pronomes pessoais era fazer referência ao substantivo

[6] Estes mesmos termos também foram relacionados ao caso acusativo latino, ou seja, foram tratados como objeto direto. Como este aspecto da série de pronomes da língua não é central em nossa análise, indicamos, para seu melhor esclarecimento, a leitura de Edelweiss (1959), que realizou uma pesquisa de fôlego a respeito da multifuncionalidade dos pronomes em Tupi.

subseqüente. A relação semântica que se estabelecia entre pronome e substantivo era, invariavelmente, de ‘posse’.

Tomados isoladamente, como partes de um conjunto paradigmático, de acordo com esses autores, os ‘possessivos’ teriam um significado autônomo:

> “...Possessivo se diz aquelle nome que significa possessão de alguma cousa como xe, nde, I, yandé... meu, teu, seu, nosso...” (Anônimo s/d: 187).

Contudo, o possessivo não poderia ser expresso isoladamente na frase. A expressão de ‘posse’ dependia da composição entre possessivo (de acordo com a definição de Anônimo s/d, um tipo de ‘nome’) e substantivo. De forma que, enquanto o pronome indicava a relação de ‘posse’, o substantivo indicava o que poderia vir a ser a ‘possessão’:

> “Os primeiros possessivos se ajuntão a todos os nomes de cousas que podem vir à posse como xe rocá, minha caza, iandé tutira, nosso tio...” (Faria 1858: 7 e 8).

A exploração da composição entre possessivo e substantivo Tupi foi uma estratégia metalingüística empregada pelos autores para demonstrar a seus leitores como expressar significados análogos aos das diversas estruturas de ‘posse’ das línguas européias, vivas ou mortas. Isso pode ser conferido através das traduções do Tupi para o português e o latim, e de observações que incluem ressalvas (“cousas **que podem vir à posse”**). A composição entre possessivo e nome em Tupi costumou ser traduzida por esses descritores pela estrutura similar em português — ‘minha caza’ — e também pela recorrência à expressão de um verbo ‘ter’ – ‘eu tenho pay’.

Com efeito, os descritores entenderam que essa categoria gramatical do Tupi representava uma ação, no caso, uma ação possessiva. Tal característica incluía, necessariamente, o sintagma daí resultante na classe dos sintagmas verbais: “Deste

nome Tuba se forma & compõe este verbo xerub, que quer significar Eu tenho pay". (Figueira 1621: 45).

A respeito dos possessivos, Anônimo (s/d) destacou normas de bom uso na língua:

> Urú quer dizer vazilha, e a respeito de quem uza della se diz: xeremipurú, Nderemipurú, ainda que este modo de usar só os muitos polidos, e ladinos o sabem, que os outros dizem xeurú, nde uru e muitas vezes aos que sabem he necessário fallar por este modo charro, assim nisto, como em outras frazes, para que os que não sabem entendão o que se lhes diz, vg. dizendo xe uru ou cembae rerú. (Anônimo s/d: 191)

Visto que a gramática anônima foi composta em meados do século XVIII, não surpreende que se criasse algum tipo de normatividade de uso da língua, fruto de uma tradição estabelecida com as gramáticas de Anchieta (1990[1595]) e Figueira (1621). Não sabemos, entretanto, se a norma apontada no exemplo se aplicaria a toda composição entre possessivo e substantivo, ou somente com a palavra 'urú'. O mais provável é que tenha sido uma referência especifíca aos usos de 'urú', já que o autor não havia apontado qualquer tipo de norma quanto ao possessivo, como categoria, anteriormente.

Retomando a gramática de Anchieta (1990[1595]), ressaltamos algumas questões diferenciadas que o autor pontuou a respeito do modo como as populações indígenas 'compunham[7]' adjetivos com substantivos. Primeiramente, o autor atentou para um caso de exceção à regra: alguns substantivos, especialmente os relacionados a graus de parentesco, não necessitavam da adição do adjetivo:

> Alguns outros nomes há que guardão o mesmo, mas tem subintellecto, o adjetivo, meus, em todolos casos, vt Aî, minha mãy. O macho chama a irmã, guapíra, minha irmã... O macho, Taupê, qualquer mo lhe diz, guaîa, mano ou meu mano... Todos os mais máxime vocando nunca se põem sem o adjectivo, meus, noster, expresso, vt pai, mestre, tio, mãy, &c. Xerub, xemboeçára, xetutir, xecig, &c. (Anchieta 1990[1595]: 50).

[7] Não mapeamos, extensivamente, o metatermo 'compor', bastante produtivo no período missionário. Seu uso parece, em diversos pontos, corresponder ao nosso 'combinar'. Contudo, apenas um estudo mais minucioso a seu respeito poderá esclarecer, inclusive, se ele se aplica exclusivamente aos domínios morfossintáticos.

A exceção à regra referia-se apenas à primeira pessoa. O que nos permite dizer, por hipótese, que os falantes do Tupi consideravam uma redundância empregar adjetivos possessivos para fazer referência a um parente próximo. Contudo, isso parecia fazer parte de contextos enunciativos bem particulares, dominados pelos falantes da língua, já que a regra e a exceção surgiram na gramática de Anchieta (1990[1595]) com nomes sinônimos como exemplos: 'Aî', "minha mãy", 'xecig', "minha mãy". O argumento de estar subentendida a 'posse' num caso e no outro não, depende de conhecimento semântico-pragmático sobre a distinção aî/cig, certamente pressuposta à explicação.

O missionário jesuíta observou, também, que a composição de adjetivos possessivos com substantivos não se dava da mesma maneira com nomes de animais. Nestes casos, fazia-se necessária a inclusão de um substantivo intermediário ou, como apontam alguns estudos recentes, mediador (cf. Braga 2007):

> Em nomes de animais não se soe pôr antes o adectivo, ou genitivo, vt Tapíira, vaca não se diz, xetapíira, minha vaca, senão xéreimbaba tapiira. Pira, peixe, não se diz, xé pira, senão xé reímbaia pira. (Anchieta 1990[1595]: 50).

As duas composições intermediárias opõem dois termos relacionados a animais: 'reimbaba' significava criação no sentido de domesticação – "a minha vaca de estimação"; e 'reimbaía' correspondia a 'presa', 'caça' – "a minha caça, o peixe". Por hipótese, podemos dizer que esta relação intermediária ou mediada se fazia necessária somente quanto a nomes de animais, devido à diferenciação que os falantes precisavam demarcar entre os animais caçados e os domesticados, duas formas distintas da aplicação da força de trabalho, evitando, assim, uma possível ambigüidade.

A categorização de Hartt (1938[1872]) quanto aos possessivos foi feita, por sua vez, através de declinações:

> Os pronomes pessoais são os seguintes:
>
> 1ª pessoa.

Singular	**Plural**
Nominativo ixé	yane ou yande
Genitivo sé	yane ou yande
Dativo ixéu	yaneu ou yandeu
Acusativo sé	yane ou yande
Ablativo sé	yane ou yande

2ª pessoa

Singular	**Plural**
Nom. iné ou indé	penéen
Gen. Ne	pe
Ac. Ne	penemo
Dat. Ineu,indeu	pe
Abl. Ne	pe (Hartt 1938[1872]: 314)

Contrariamente à possibilidade de explorar uma multifuncionalidade das mesmas formas pronominais da língua, Hartt (1938[1872]) optou por organizá-las em casos, com funções bem definidas e distintas. Visto que as formas correspondentes a genitivo, acusativo e ablativo coincidiam, tal caracterização se justificou mais por motivos de sistematização do que de registro de dados efetivos de língua. Conforme veremos posteriormente, a postulação da existência de um pronome de caso genitivo causou algum conflito com a noção de pronome possessivo (ver item 4.3).

4.2.1. Possessivos 'autônomos'

Alguns autores abordaram uma outra classe de 'possessivos'. Eles seriam formados pela adição do termo 'remi' à primeira classe de possessivos. Para Figueira (1621), esta segunda classe de possessivos tinha a função de colocar em evidência o termo que sofria a 'ação de posse':

> Também são possessivos estes xeremi, nderemi, Cemi, Yanderemi, Oreremi, Peremi, Cemi... Estes segundos possessivos sos e ajuntam com os infinitivos dos verbos ativos sem acusativo & significão não a acção ou significação dos mesmos verbos activos mas a cousa sobre que cae a ação, vt xeremijucá, a cousa que eu matei; xeremimondo, a cousa que eu mando. (Figueira 1621: 38).

Tal como postulado pelo autor, o segundo possessivo tinha a função de substituir o acusativo, ou seja, exercia a função de objeto direto. Era usado como um objeto de significação genérica, quando não se queria nomear o acusativo.

Nesta proposição inicial, a série de possessivos não tinha a função de restringir o significado de um nome e atribuir-lhe um sentido de pertencimento ou posse. Parece-nos que Figueira (1621) os denominou como ‘possessivos’ apenas por derivarem da primeira série, iniciada por ‘xe’.

Contudo, já no século XIX, Luccock (1880) utilizou estes possessivos propostos por Figueira (1621) para atribuir-lhes um significado autônomo. Ou seja, o autor elaborou um paradigma descritivo em que a primeira série de possessivos ficaria dependente da composição com substantivos, enquanto a segunda série seria postulada isoladamente. Luccock (1880) deixou evidente essa distinção ao estabelecer uma comparação dos ‘pronomes’ do Tupi com a oposição do tipo ‘my’/ ‘mine’ presente na língua inglesa:

> *Personal pronouns also become possessive also by joining to them the affixe remi…*
> Xe remi mine or my own
> Nde remi thine or thy own
> Semi his or her or its own
> Yande remi ours, ie, ours and yours
> Ore remi ours alone, ie, ours and not yours
> Pe remi yours or your own
> Semi theirs or their own. (Luccock 1880: 280)

No século XIX, verifica-se esta preocupação dos descritores em apresentar uma série de possessivos de significado autônomo. A este respeito, é notório que cada um dos autores tenha, além de utilizado metatermos distintos, selecionado diferentes aspectos da língua para tratar desse ‘possessivo autônomo’.

Como vimos, Luccock (1880) utilizou a série iniciada por ‘xeremi’ aassociada a ‘mine’ do Inglês. Sympson (1925[1877]) propôs, em sua gramática, que a série ‘xe’, ou ‘se’, conforme registrada pelo autor, continha os significados de um ‘adjetivo’ dependente do substantivo concomitantemente ao significado de um ‘adjetivo autônomo’:

> Dos adjectivos possessivos

Sê – meu, minha; meus, minhas; o meu, a minha; os meus, as minhas.
Nê - teu, tua; teus, tuas; o teu, a tua; os teus, as tuas.
Re ou i – seu, sua; seus, suas; o seu, a sua; os seus, as suas; d'elle, ou d'ella; d'elles, ou d'ellas.
Ianê – nosso, nossa; nossos, nossas; o nosso, a nossa; os nossos, as nossas.
Penhê ou pe – vosso, ou vossa; vossos, ou vossas; o vosso, a vossa; os vossos, as vossas.
Aitá ou entá – seu, sua; seus, suas; o seu, a sua; os seus, as suas; d'elle, ou della; d'elles, ou d'ellas.

Assim como Luccock (1880) fez uma analogia entre os pronomes do Tupi e os adjetivos e pronomes do Inglês, Sympson (1925[1877]) entendeu que 'xe' corresponderia a um paradigma da língua portuguesa, composto, primeiramente, pelo 'possessivo' que acompanha o substantivo, e, depois, pelo 'possessivo' com significado autônomo.

Para Couto de Magalhães (1975[1876]), não era possível identifica um 'possessivo' autônomo em Nheengatu, da mesma forma como era feito em língua portuguesa. O autor acreditava que os falantes da língua não utilizavam o pronome/adjetivo possessivo isoladamente. Para oferecer ao seu leitor uma ilustração dos modos de construir, em Nheengatu, uma estrutura similar à do pronome possessivo 'autônomo' do Português, Couto de Magalhães (1975[1876]) recorreu a um item lexical de significado um tanto genérico: 'mahã' – "cousa":

Parte prática
LIÇÃO OITAVA

O meu. Os meus.	Ce mahã. Ce mahã ita.
O de você. Os de você	Ne mahã. Ne mahã ita.
O seu. Os seus.	I mahã. I mahã ita.
O nosso. Os nossos.	Iané mahã. Iané mahã ita.

Mahã significa cousa ; **ce mahã, minha cousa**. Elles não dizem só o adjectivo possessivo, e é por isso que traduzimos o meu por – minha cousa. Quando, porém, o possessivo é seguido do nome da cousa possuída, então se o emprega só, sem o mahã; assim: minhas flexas: ce ruiua ita. (Couto de Magalhães 1975[1876]: 46).

Percebe-se uma estratégia didática do militar: sua tradução do sintagma é imperfeita do ponto de vista do valor de 'maha' nesse contexto. Ou seja, ele optou por uma

tradução termo a termo, ainda que, em principio, tal postulação não implique que os falantes da língua necessariamente usassem essa expressão com o sentido proposto em português pelo militar.

4.2.2. Os paradigmas de Stradelli (1929)

Entre os descritores do Tupi, Stradelli (1929) foi aquele que mais deu destaque à questão dos pronomes/adjetivos com referências de 'posse'. O conde italiano apresentou um paradigma de pronomes/adjetivos possessivos baseado em contextos enunciativos.

Diferentemente de Couto de Magalhães (1975[1876]), Stradelli (1929) apresentou um paradigma de pronomes/adjetivos possessivos sugerindo que se tratava de descrição de situações reais de fala. Enfatizando os usos, a pragmática, abordou diferentes tipos de pronomes/adjetivos possessivos que deveriam ser usados de acordo com a ênfase que o falante poderia dar à expressão de 'posse'.

Primeiramente, Stradelli (1929) apresentou os 'adjetivos' possessivos que considerava serem a expressão genuína de 'posse': "Ixê iara – meu; Indé iara-teu; aé ou i iara-seu; Iané iara-nosso; penhê iara-vosso; aetá iara- delles; é o adjectivo possessivo por excelência..." (Stradelli 1929: 37).

O autor interpretou o termo 'iara' como parte integrante do 'adjetivo' possessivo. Comumente presente nas gramáticas como um substantivo, esta unidade lexical poderia ser traduzida, literalmente, no exemplo de Stradelli (1929) como 'Eu dono'. A partir desse primeiro tipo de 'adjetivo possessivo', o autor apontou que a 'posse' poderia ser enunciada de forma ainda mais enfática: "[o adjetivo possessivo] pode ser tornado ainda mais affirmativo com a forma emphatica – Ixê iara tenhên – meu mesmo, ou o dono mesmo. (Stradelli 1929: 37).

Para fazer composição com o substantivo, Stradelli (1929) afirmou que série tradicional iniciada por 'xe/ce' poderia ser utilizada. Contudo, tal construção não traria o caráter enfático das formas anteriores. Desta forma, o autor resumiu os contextos de utilização dos pronomes/adjetivos possessivos:

> A primeira forma é reservada para a afirmação ou constatação da propriedade enunciada terminantemente, e a segunda para quando tal affirmação é como que menos absoluta. Ex. A pergunta: Auá iara? – quem o dono? Responde-se: Ixê iara, ou fulano iara: - Eu sou o dono ou o dono é fulano. Direi pelo contrário: Ce piá – o meu coração; Ne rôca – a tua casa; I putyra – a sua flor, si apenas enuncio de quem é a coisa. (Stradelli 1929: 37).

Stradelli (1929), segundo o exemplo, considerou relevante apresentar contextos de enunciação em que definir o dono de um objeto, ou dar ênfase à 'possessão' eram questões imprescindíveis no tratamento de adjetivos possessivos.

4.3. A intrincada questão dos relativos e recíprocos

A referência na 3ª pessoa constituiu-se em um problema particular para o tratamento dos possessivos em Tupi, sobretudo no período missionário. Ao tratar da questão, Anchieta (1990[1595]), Figueira (1621) e Anônimo (s/d) buscaram diversos caminhos que permitissem organizar e sistematizar aquela língua de funcionamento tão estranho aos seus olhos. A partir de observações acerca dos relativos e recíprocos, os autores retomaram algumas questões referentes aos pronomes/adjetivos possessivos e aos nomes no genitivo para explicar mudanças morfológicas em Tupi.

Anchieta (1990[1595]) tratou deste amplo leque de categorias – relativos, recíprocos, pronomes, adjetivos e caso genitivo – na seção *Construição mais particular dos Pronomes & Nomes.* A definição de Anchieta para o *pronome relativo* deu-se através de analogias com pronomes do latim:

> Do pronome relativo & recíproco.

> C Com zeura, & j. são pronomes relativos em todos os casos & números, significão, is, ea, id.
> O. He recíproco, Suus, sua, suum, se, sibi.
> De, qui, quae, quod, se dirá abaixo porque He o mesmo que os particípios. (Anchieta 1990[1595]: 45, 46).

Os pronomes do latim citados pelo autor – *is*, *ea*, *id* – tinham diversas funções, principalmente, relacionadas a seu valor de demonstrativo/determinativo, como as palavras correspondentes da língua portuguesa 'aquele, aquela, aquilo', de um lado, e 'o, a, ele, ela', de outro (cf. Stock 2005[1970]; Rónai 1986). É pertinente ressaltar que o autor assinalou 'ç' e ´j' como pronomes relativos do Tupi em todos os casos e números, com uma correlação ao latim, em que os pronomes apresentados, primeiramente, no caso nominativo – *is*, *ea*, *id* – passaram a ser apresentados em sua forma genitiva – *eius*, *eorum*, *earum* – a partir do momento em que Anchieta (1990[1595]) citava exemplos 'práticos, como': "Cetê – eius, eorum vel earum corpus" (cf. Anchieta 1990[1595]: 46). A sentença poderia ser traduzida ao português como 'Corpo dele, dela, deles'. Essas formas em que se contraem preposição 'de' e pronomes de terceira pessoa têm, historicamente, em português, a função de fazer referência restritiva (comumente relacionada à noção de posse) à terceira pessoa. Da mesma forma, podemos compreender os pronomes 'eius, eorum, earum' do latim, já que estão colocados em sua forma genitiva e possuem o caráter restritivo citado. Dentro da 'construção particular dos nomes', este era o papel que cabia aos relativos na gramática de Anchieta: o de especificador/determinante do nome na 3ª pessoa.

Neste sentido, um dos problemas colocados pela referência de posse na 3ª pessoa se dava na oposição entre relativos e recíprocos. Como vimos no trecho acima, Anchieta (1990[1595]) correlacionou os recíprocos do Tupi aos pronomes com caráter reflexivo do Latim: 'suus, sua, suum, se, sibi'. A distinção entre os dois metatermos fundamentava-se, sobretudo, no fato de o recíproco de referir-se a um substantivo que

fosse sujeito da oração. Esta característica do recíproco, Anchieta (1990[1595]) deixou mais clara no seguinte trecho de sua gramática:

> Do uso do reciproco, O.
>
> Do recíproco, O, que He, se, suus, a, um, se usa simpliciter quando se refere a oração à pessoa agente como na língua latina, vt.
> Pedro ojucâ ogúba, Petrus occidit suum patrem. (Anchieta 1990[1595]: 53).

No exemplo acima, a utilização do recíproco Tupi 'o' ocasionou mudança morfológica na palavra 'Tuba' – "pai" – que passou a ter como primeiro segmento 'g'. Conforme veremos, a partir do esforço interpretativo e de sistematização dos relativos, Anchieta (1990[1595]) pôde comentar mudanças morfo-fonológicas em outros tipos estruturas, como as com pronomes recíprocos e a composição entre adjetivos e substantivos.

Anchieta (1990[1595]) expôs uma série de alterações na formação morfológica dos pronomes relativos, especialmente a respeito da permutação entre as letras 't' e 'ç'. A partir desse tratamento conferido aos relativos, dissertou a respeitou das demais mudanças morfológicas:

> Do relativo, ç.
>
> Os nomes começados por, t. tem por relativo, ç. com zeura, & praeposito o adiectivo, ou genitivo o mudão em ,r. & com o recíproco se perde, vt.
>
> | | |
> |---|---|
> | Tetê | corpus, absolutè. |
> | Cetê, | eius, eorum, vel earum corpus. |
> | Xéretè, | meum corpus. |
> | Pedro retê, | Petri corpus. |
>
> Oetê, suum corpus, vel Ogoetê, porque se soe interpor, GO, ou g, somente onde, o. se encontra com outra vogal propter concursum, & he melhor pronunciação.
> Alguns há que não tem, t. mas somente, ç. com zeura, & sempre se há de mudar em, r. &c vt supra cecê, eum propter, xèretê. &c. (Anchieta 1990[1595]: 46, 47)

Conforme havíamos destacado anteriormente, Anchieta (1990[1595]) apontou alguns pronomes de 1ª e 2ª pessoa que, quando utilizados em conjunto com substantivos, tornavam-se adjetivos possessivos. O trecho acima nos revela que, para tratar da 3ª pessoa, a descrição não prosseguiu na mesma direção, de forma que a 'posse' na terceira pessoa, referida pelo autor através da categoria 'relativo', expressava-se através de mudanças morfo-fonológicas na raiz da palavra, e não com a adição de um pronome ou de um adjetivo.

Ao tratar dessas modificações na formação das palavras, Anchieta (1990[1595]) destacou, também, que a 'frase genitiva' e a composição de adjetivos e substantivos apresentavam alteração de 't' para 'r', assim como os recíprocos perderiam o 't', que poderia ser substituído por 'g'.

A partir deste ponto de sua gramática, o autor passou a listar outras alterações morfo-fonológicas que poderiam ocorrer no contexto das frases relativas, ou na expressão do genitivo, do recíproco e, ainda, da frase com adjetivo. Assim, somos apresentados a outra forma de expressão do relativo:

> Outros há que incluem no t. assi o absoluto como o relativo, vt.
> *Túba,* pater, & eius pater.
> *Xéruba* meus pater.
> *Peró rúba* petri pater.
> *Óguba,* suus pater.
> Estes são poucos, s. estes fere
> *Túba,* pater
> *Tamuya* Auus
> *Taîra* filius
> *Tagíra* filia.
> *Tiquiîra* frater maior
> *Tibíra* frater minor (Anchieta 1990[1595]: 47)

Se, na primeira lista de palavras, tal categoria se expressava através da permutação de 't' por 'ç', neste segundo paradigma, a manutenção de 't' parecia suficiente para fazer referência à terceira pessoa. As palavras iniciadas por 't' poderiam, ainda, ter 'i' como relativo:

> Dos nomes começados por t. que tem, i. por Relativo.
>
> Outros há começados por,t, q o não mudão nem em ç. nem em, r. mas tem i por relativo, nem perdem o, t, com o recíproco, vt Tutíra, auunculus, y tutíra, eius, xétutíra, meus, otutíra, suus, & quae sequuntur... (Anchieta 1990[1595]: 49)

Podemos inferir, por hipótese, que a variedade de morfemas encontrada pelo autor na referência à 3ª pessoa foi determinante para que ele não estabelecesse um paradigma de pronomes, que pudessem ter função adjetiva, tal como o fez na primeira e na segunda pessoas do discurso. De todo modo, as variações na construção das palavras continuaram a ser observada e registrada por Anchieta (1990[1595]). No que se refere, ainda, ao 't', o autor buscou critérios semânticos que o auxiliassem a sistematizar a complexa constituição morfo-fonológica do léxico do Tupi:

> Em nomes de ervas, fruitas, animaes, materiaes, começados por t. não se muda o t. em r. vt.
> *Tajâ* nome de hua raiz.
> *Xètajâ, ytajâ, otajâ.*
> *Tagoâ, Tobâtinga,* nomes de barro.
> *Xètagôa, ytagôa.* (Anchieta 1990[1595]: 50)

Os exemplos citados por Anchieta (1990[1595]) não nos parecem suficientes para confirmamos a motivação meramente semântica do uso de determinadas 'letras' (ou da restrição de seu uso) para expressar o relativo. Não há exemplos do campo léxico das frutas que confirmem a afirmativa do autor, ao mesmo passo em que o termo 'materiaes' é demasiadamente amplo. Seja como for, não poderia ser descartada a idéia de que aspectos semânticos contribuíam para o delineamento das regras morfo-fonológicas dessa natureza. Na língua que apresentava características únicas, essa seria mais uma evidência de que o modelo latino de categorização não conseguiria contemplar por completo certas nuances do Tupi.

Quanto às palavras não-iniciadas por 't', Anchieta (1990[1595]) apresentou outro grupo de partículas que funcionavam como relativos:

Alguns acrecentão, ça, inteiro, ou ç. somentes não o tendo o simples, vt *pè,* caminho, *çapê,* eius via, óca, casa, com seus compostos, *çoca,* eius, *vúba,* frecha, *çuúba,* &c.
Estes seguintes acrecentão, Ce, inteiro, vt.

Nhae, cu conpositis	*Panacu.*
Nhauúma,	*Moéma,* também tem, *temoéma*
Ce nimbo,	*Ce Mbetára,* também, *Tembetára.*
Cúya,	*p Vrû,* cum suis compositis
Cujâ,	faz, *Cepurû,* interposito, p

A todos os começados por mi acrecentão, Ce, inteiro quaes são os verbaes, & outros que também parece que nacerão de verbo: haec fere.

	Miapê.
	Mimõya.
	Miára, vel Mbiára.
Ce	*Mimoipóca.*
	Mingaû.
	Mindipiro.
	Mixíra. (Anchieta 1990[1595]: 48).

Conforme os exemplos acima, ‘c’ parece ser o índice principal, embora não fosse o único, do relativo, tal como acontece com algumas palavras iniciadas por ‘t’. Conjuntamente ao ‘c’, outras ‘letras’ foram apresentadas pelo autor na expressão do relativo. Parece-nos, aí, que, se processos morfológicos permitiam que, de ‘pê’ – “caminho – se fizesse ‘çapê’, seria plausível que de ‘óca’ – “casa - ter-se-ia formado ‘çaóca’ que, por sua vez, fonologicamente, ficou fixada sob a forma ‘çoca’.

Ao apresentar um paradigma de pronomes possessivos, Figueira (1621) incluiu a referência à terceira pessoa: “Possessivos são aqueles pronomes Xe, nde, y. Plur. Yande, Ore, Pe, Y. idest, Meus, Tuus, Suus. Noster, Vester, Illorum. O, responde ao recíproco Suus, como veremos.” (Figueira 1621: 37v). Contudo, como exemplos de utilização destes pronomes possessivos, o autor utilizou expressões na primeira pessoa – ‘xecó’, “minha rossa” e ‘xeruba’, “meu pay”. Portanto, não há certeza de que Figueira (1621) considerasse a existência de uma mesma regra para o uso para os pronomes possessivos das três pessoas discursivas. Esta incerteza ficou evidenciada pela opção do autor de, assim como Anchieta (1990[1595]), tratar separadamente da 3ª pessoa, através do conceito de ‘relativo’:

> Do nome relativo
>
> Relativos são os seguintes: Ae, Aéa e Aebae, significão, esse mesmo, esse de que fallamos. Servem também de relativos em lugar de Qui, quae, quod, estas três letras Y, C, T. A letra C, há de ter zeura. Cada hua dellas se ajunta com seu gênero nomes, q iremos vendo por alguas regras. (Figueira 1621: 38r).

Em comparação à análise de Anchieta (1990[1595]), a de Figueira (1621) abordou os 'relativos' por um viés mais pragmático-discursivo, ao relacionar o metatermo às expressões "esse mesmo", "esse de que fallamos". Dessa forma, os termos 'ae, aéa, Aebae' pareciam ter um funcionamento determinativo ou demonstrativo similar, mas não idêntico, ao dos relativos – Y, C, T que, como veremos, operavam em mudanças morfo-fonológicas da língua. Estas três 'letras', segundo o autor, seriam equivalente aos pronomes latinos 'qui, quae, quod' que, normalmente, tinham a função de correlacionar duas orações, tais como o fazem os pronomes relativos da língua portuguesa 'que, o qual, a qual, os quais'. Contudo, não parecia ser essa a função dos relativos, conforme os exemplo de Figueira (1621), e sim fazer referência à terceira pessoa em construções simples.

O tratamento do relativo a partir da abordagem de mudanças morfo-fonológicas foi organizado, didaticamente, por Figueira (1621), através do estabelecimento de uma regra e do apontamento de diversas exceções. A regra resumia-se à conservação do 'ç' para indicar o relativo:

> Primeira regra.
>
> Todos os nomes, que começão por ç, com zeura, sendo relativos conservão o mesmo ç: vt, caba, a peuujem, ou pena miúda do pássaro; Xeraba, minha pena; Nderaba, tua pena; caba, sua pena. Se o nome, que auia de ser relatado, está presente immediato antes do ç, mudase em R, como vemos. Guiraba; apena do pássaro; çaba, a sua pena. (Figueira 1621: 38v).

O autor apontou, assim como Anchieta (1990[1595]), alterações na morfologia do nome relacionado a outro nome. Figueira (1621) abordou o processo de mudança de 'ç'

em ‘r’ na composição entre pronomes e nomes discretamente, sem alusões ao caso genitivo, para, provavelmente, não confundir seu leitor.

Embora tenha incluído a o ‘y’ no paradigma de pronomes possessivos, Figueira (1621) não o situou como forma preferencial para estabelecer referência à terceira pessoa, e sim como exceção:

> *Primeira exceição das duas regras sobreditas.*
>
> Exceituãose destas regras os nomes seguintes, que começando por ç, com zeura, falandose dellas relativamente, mudão o ç em x, & não em r, tomando y por relativo.
> Cebae, mantimento; Yxebae, o seu mantimento.
> C,umara,inimigo. Yxumara, o seu inimigo.
> Cig, mãy, Yxig, sua mãy.
> Cyjra, tia materna, Yxyjra, sua tia materna.
> Ciba, testa; Yxiba, sua testa.
> Cira, enxada; Yxira, sua enxada.
> C, ama, corda; Yxama, sua corda.
> C, uguaragig, o namorado; Yxuguara gig. (Figueira 1621: 39r, 39v)

É pouco provável que o ‘y’ do paradigma de pronomes possessivos e o ‘y’ relativo constituíssem dois tipos distintos de referência na gramática de Figueira (1621). Os exemplos de relativos, normalmente, foram colocados em conjunto com exemplos dos pronomes possessivos de primeira e segunda pessoa. Concluímos, assim, que se trata da mesma matéria de análise. A inclusão de ‘y’ entre os pronomes possessivos se justificaria pelo rigor didático de Figueira (1621), que o teria levado a apresentar um conjunto de categorias bem organizadas, de modo a facilitar o acesso de seu leitor ao distante universo lingüístico Tupi. Considerando que ‘y’ não era única forma de se fazer referência à terceira pessoa, Figueira (1621) expôs sua teoria de relativos confiando em que, como o afirmaria mais de uma vez, o uso prático da língua pudesse eliminar qualquer dubiedade do pensamento de seus leitores.

Para tratar dos nomes iniciados por ‘t’, Figueira (1621) apontou os mesmos casos e exemplos de Anchieta (1990[1595]), com a única diferença de organizar o material através de regras e exceções:

Terceira regra por ordem
Todos os nome começados por T; quando se põem relativamente, mudão o T,em ç com zeura. Teté, corpo; Pedro rete, corpo de Pedro: Cete, seu corpo. O T, ou ç, se mudão em r, ficandolhe atrás immediato o nome, que auião de relatar, ou possessivo, vt Xerete, meu corpo, Pedro rete.

Primeira exceção desta terceira regra.

Tirão se desta regra os seguintes começados pela letra T. os quaes conservão o T, por relativo.

Tuba.	Pay, & seu pay.
Tamuya.	Avo, seu avo.
Taygra.	Filho.
Tagíra.	Filha.
....	

Segunda exceição da terceira regra

Os seguintes se começão todos pela letra T, & relativamente postos, conservão o T, & tomão Y por relativo, vt Tecocuaba, entendimento. Ytecocuaba, o seu entendimento.

Tyg.	Ourina.
Taba.	Aldea.
Tapera.	Aldeã destruída.
Tapyiya.	O bárbaro... (Figueira 1621: 40r, 40v, 41r).

Embora não tenha explicitado seus critérios, podemos trabalhar com a hipótese de Figueira (1621) ter estabelecido a permutação de ‘t’ por ‘ç’ como regra pela freqüência com que se deparou com tal registro. Dado o amplo uso de ‘ç’ na estruturação dos relativos em geral, poderíamos pensar que o uso dessa ´letra’ teria sido a regra geral para expressar o relativo, e as demais ocorrências teriam sido exceções ou caso particulares.

Quanto ao recíproco, Figueira (1621), novamente, desenvolveu uma abordagem pragmática:

regra. Usamos da letra O, por recíproco, quando a terceira pessoa torna sobre cousa sua, vt Pedro esta na sua rossa, Pedro O cope cecou. Tem sua mãy consigo, Ocig oguereco o irunamo. (Figueira 1621: 45r).

Figueira (1621) apoiou-se em contextos enunciativos para caracterizar os recíprocos. Em conformidade com o rigor didático do autor, não haveria outra forma de expor a questão, a não ser como "a terceira pessoa torna sobre cousa sua", mesmo que os exemplos dados tivessem sentidos tão diversos: "...na sua rossa"; "Tem sua mãy consigo". Apesar de o primeiro exemplo sugerir a afirmação de uma posse, de uma propriedade, e o segundo indicar uma relação de proximidade a um parente, a partícula 'o' tinha a função, em ambos os casos, de dêiticos que se referiam a uma terceira pessoa que, em determinada situação, indicava o sujeito da oração.

A gramática anônima (s/d), ainda no período missionário, e a gramática de Faria (1858), já no século XIX, retomaram alguns dos principais pontos de que os dois missionários pioneiros haviam tratado a respeito dos relativos e recíprocos.

No que se referiu aos relativos, Anônimo (s/d) e Faria (1858) retomaram os exemplos em que 'ç' era conservado, a permutação de 'ç' por x com o acréscimo de 'y' como relativo, a mudança de 't' em 'ç', a conservação de 't', o acréscimo de 'ça' e a explicação semântica para alguns desses fenômenos. Em um modelo constituído por regras e exceções, idêntico ao proposto por Figueira (1621), esses autores analisaram as questões em paralelo às mudanças ocorridas na relação genitiva e na composição entre o possessivo e o substantivo.

Seguem-se alguns exemplos desses aspectos tratados pelos autores mencionados:

> Cecá quando se lhe antepuzer algum nome, que relata, ou algum pronome relativo, mudará o C, em R, na forma seguinte: Xereçá meus olhos; ndereçá teus olhos, e relativamente, ceçá seus olhos, conservando o C, na tal pessoa. (Anônimo s/d: 189).

> Exceptuaõ-se desta regra alguns nomes, que não obstante começarem por ç. cedilhado, tratando-se delles relativamente mudão o ç em x, e naõ em r; porem tomaõ da mesma forma o I como relativo; por ex.
>
> Cyba, testa; ixybá sua testa
> Cyra enxada; yxyra, sua enxada.
> Cy, mãi; ixy, sua mãi. (Faria 1858: 9)

Dentro dessa conservação do esquema de relativos apresentados nas gramáticas anteriores, Faria (1858) e Anônimo (s/d) acrescentaram poucos dados novos sobre essa problemática. O primeiro apresentou um grupo de palavras iniciadas por ‘a’, ‘b’ e ‘c’ que receberiam ‘I’ como relativo:

> Tambem muitos dos que começaõ pelas letras a,b,c tomão I como relativo; por ex.
> Acanga cabeça iacúnga sua cabeça.
> Anama parente ianúma seu parente.
> Bóia cobra ibóia sua cobra.
> Buxo tripas ibuxo suas tripas.
> Curuçá cruz icuruçá sua cruz.
> Curuçába garganta, papo icuruçaba sua garganta.
> Có roça icó sua roça. (Faria 1858: 11)

Como se pode ver, as palavras ‘acanga’ e ‘anama’ modificaram-se quando colocadas em estruturas ‘relativas’. Tal fator não foi debatido pelo autor, mas é um indício de que, embora tenha baseado quase toda sua obra em Figueira (1621), Faria (19858) tenha apresentado alguns dados originais e que são representativos de seu contato com a língua no século XIX.

Anônimo (s/d) trouxe uma perspectiva de variação ao tratamento de algumas regras de composição do relativo:

> Os nomes seguintes não mudão nada e tomão a syllaba ce inteira por relativo: e não sendo a terceira pessoa relativa, em lugar do C tomão R. Exemplo: Nimbo siginifica fio; para se dizer meu fio, teu fio, seu fio, diremos assim: Xerenimbó, nderenimbó, cenimbó, ainda que neste quem disser Inimbó falla mais próprio e intelligível para o uso, ainda que menos elegante gramaticalmente. Cuya significa o cabaço de árvore assim chamado vulgarmente. Xerecuya, nderecuya, cecuya, ou Icuya. Pero recuya, a cuya de Pedro. Cuyambuca o cabaço furado em cima com que os índios acarretão água Xeremcuyambuca, nderecuyambuca, cecuyambuca ou Icuyambuca, Pero Recuyambuca. O mesmo uso, que este acima, tem os seguintes: myape, pão; mimoya pão cozido; mingáo papas ralas; uyba, frecha, Moema, mentira; Tembiu, comer ou sustento, Xerembiú, nderembiú, cembiú, Yanderembiú, Perembiú, cembiú. (Anônimo s/d: 190)

O autor pontuou a indicação do relativo através de ‘ce’ como a maneira mais certa ou elegante de expressão na 3ª pessoa. O fato de o autor indicar que o relativo poderia ser expresso através de ‘I’, embora fosse menos elegante, pode ser a constatação de mudanças na língua no limiar do século XVIII. Uma outra hipótese é pensar que o autor

deixou, por alguns momentos, de se limitar ao rigor da tradição estabelecida por Anchieta (1990[1595]) e Figueira (1621), com o intuito de registrar como a população empregava, cotidianamente, as unidades e as regras gramaticais.

Ao tratar dos recíprocos, Anônimo (s/d) partiu, novamente, dos dados apontados por Figueira (1621), acrescidos de algumas considerações sobre variações:

> Recíproco chamamos ao modo de fallar em que as pessoas tornão sobre a si mesmas, ou sobre suas couzas, de que já fallarão... Quando o recíproco for na terceira pessoa, uzaremos do nosso,o, e algumas vezes do i, vg.: Pedro está na sua roça = Pero Icopixape cecoé. Acha-se o exemplo em copixape, que estando posto reciprocamente, está notado com i, atrás por recíproco. Tem sua mãy consigo I maya oguerecó o irunamo...acha-se may em Irunamo, que estando tambem reciprocamente, está notado com o, sinal tambem de recíproco. (Anônimo s/d: 195)

Como vimos anteriormente, nas gramáticas missionárias tradicionais, a relação recíproca na terceira pessoa se exprimia através de ‘o’, em oposição à relação relativa, expressa através de “i,y, t, ç’. No exemplo de Anônimo (s/d), vemos que o ‘i’ poderia expressar também o recíproco. Isso pode indicar que o autor registrou a queda da oposição entre recíprocos e relativos na língua sendo que, possivelmente, a referência possessiva de terceira pessoa se encaminhava para uma marcação única através de ‘i’.

Como elementos que exemplificam mudanças que se operavam na língua Tupi, podemos retomar a frase de Figueira (1621): ‘Ocig oguereco o irunamo’, “Tem sua mãy consigo”. Constata-se, através de Anônimo (s/d), que, além da troca do recíproco ‘o’ por ‘i’, o léxico da língua sofria severas modificações, mesmo em itens nucleares, como na troca de ‘cig’ por ‘maya’ - ‘I maya oguerecó o irunamo’, “Tem sua mãy consigo”.

Faria (1858) não tratou da questão dos recíprocos. Entre os autores do século XIX que tomavam como base o modelo metalingüístico de Anchieta (1990[1595]) e Figueira (1621), apenas Luccock (1880) abordou a utlização do termo ‘o’. Na concepção deste autor, ‘o’ indicava ênfase à idéia de ‘posse’:

> The prefix o is sometimes used with an adverb, or preposition to denote decided possession as "his own, her own, etc., thus: Pedro o kope, Peter´s own farm O sig his own mother O yrunamo with his own self… (Luccock 1880: 278, 279)

Como se pode notar no trecho acima, a concepção exposta no período missionário, de que 'o' era usado como indicativo de terceira pessoa sujeito da oração, foi reelaborada por Luccock (1880), através da tradução para o inglês "his own, her own". Estas partículas da língua inglesa enfatizam a relação do sujeito com um determinado complemento. Dessa forma, o autor atrelou o uso de 'o' a uma posse decidida, enfática – "decided possession". De toda forma, esta posse decidida só poderia estar relacionada a uma possessão alienada no primeiro exemplo 'Pedro o kope', "Peter´s own farm" (A própria fazenda de Pedro). Nos demais exemplos, a relação do sujeito com seu complemento reforçavam laços de parentesco: 'o sig', "his own mother" (sua própria mãe); e uma relação do sujeito consigo: 'oyrunamo', "with his own self" (Consigo próprio). Em resumo, percebe-se que, apesar de reelaborado metalingüisticamente, o tratamento de Luccock (1880) a respeito de 'o' como uma partícula reflexiva seguiu na direção das propostas de Anchieta (1990[1595]) e Figueira (1621), já, então, textos 'clássicos' no tratamento do Tupi.

A referência de 'posse' na terceira pessoa continuou em evidência nas gramáticas do século XIX cujos autores não tiveram como modelo principal as obras elaboradas no período missionário. Contudo, tal questão não foi aí descrita através da oposição entre relativos e recíprocos.

Couto de Magalhães (1975[1876]), por exemplo, não abordou possíveis distinções entre um termo de 3ª pessoa que fosse ou não sujeito da oração. O problema foi tratado pelo militar sem o estabelecimento de muitas regras ou exceções:

> O possessivo seu, referindo-se a terceira pessoa, traduz-se antepondo um i ao nome possuído; assim, seu cão (d'elle), i iauára. Algumas vezes antecede-se o nome de um ç, assim: casa, oca; casa d'elle, çóca. (Couto de Magalhães 1975[1876]: 37)

Ficou estabelecido na gramática de Couto de Magalhães (1975[1876]) que ‘i’ era o possessivo. O termo seria a referência de terceira pessoa independentemente de quem fosse o sujeito da oração. Segundo o postulado pelo autor, em apenas alguns casos, ‘ç’ fazia a referência. Além daquela constante do exemplo ‘çoca’, o autor fez mais algumas anotações a respeito do uso de ‘ç’:

> Seu – traduz-se por – i- anteposto ao nome, quando este não começa por t ou r Quando começa por t ou r – perde este e toma em seu lugar um –ç-: assim:- reçá-olho ; olho d’elle – ceçá: róca – casa: çóca- casa d’elle. (Couto de Magalhães 1975[1876]: 41)

Como pudemos ver no exemplo, o autor não pontuou uma série de regras para o possessivo que acompanhava palavras iniciadas por ‘t’ e ‘r’, tal como foi feito no período missionário. ‘I’ era o possessivo por excelência. Os exemplos de exceção, com o uso de ç substituindo ‘t’ e ‘r’, indicam que a língua ainda conservava algumas das características salientes nos períodos anteriores. Contudo, para Couto de Magalhães (1975[1876]), este não era um problema a ser considerado em maiores detalhes.

Por outro lado, Hartt (1938[1872]), considerou a questão pertinente e a explicou da seguinte forma:

> Há várias modificações eufônicas que são interessantes. Um grande número de palavras, geralmente com um s inicial, pode também ser pronunciado com um t inicial, e em qualquer caso, quando se segue o genitivo e a palavra termina por vogal a ou e, e a consoante inicial é mudada em r. Assim tesá, mais comumente sesá, olho; yaura resá seria olho do cão; sapukaia rúpia, ovo de galinha. Ovo é supiá. Neste caso não observei nunca a forma tupia...
> A mesma mudança de t ou s em r dá-se em muitos casos, tanto em substantivos, como em verbos, após o pronome prefixo no acusativo, como sausú, amar: ixé nerausú, eu te amo. Teté ou sete é corpo, sereté é meu corpo. Estas e outras modificações eufônicas se dão em outras conexões, que deixo de especificar. (Hartt 1938[1872]: 311)

Hartt (1938[1872]) observou estas alterações em Nheengatu como mudanças eufônicas. A permutação de ‘T’ em ‘ç’ ou ‘s’ não foi tratada pelo autor como um problema de referência à 3ª pessoa. O autor considerou a questão como um conjunto de

mudanças na pronunciação, que incluía a mudança de ‘t’ em ‘r’ na composição de pronomes e substantivos. Textualmente, Hartt (1938[1872]) considerou ‘i’ como referência de 3ª pessoa, embora tenha demonstrado alguma incerteza sobre como categorizar o dado lingüístico metalingüísticamente: “Ita iposei reté, a pedra é muito pesada, sendo i o pronome possessivo, ou, talvez mais propriamente, o genitivo do pronome pessoal da terceira pessoa.” (Hartt 1938[1872]: 314).

Para Stradelli (1929), ‘i’ era um adjetivo possessivo que fazia a referência na terceira pessoa. Sem entrar em detalhes, o autor deixa apenas um exemplo: “Iputira – a sua flor” (Stradelli 1929: 37).

Sympson (1925[1877]), ao apresentar seu paradigma de adjetivos possessivos, recorreu a duas formas para a terceira pessoa: “Re ou i – seu, sua; seus, suas; o seu, a sua; os seus, as suas; d’elle, ou d’ella; d’elles, ou d’ellas.” (Sympson 1925[1877]: 16).

Em resumo, assinala-se que algumas das mudanças morfo-fonológicas nas relações de referência de 3ª pessoa ainda se configurava em um problema de análise no século XIX. De toda forma, os autores do período procuraram definir ‘i’ como o possessivo de 3ª pessoa por excelência.

4.4. A expressão de um verbo ‘Ter’

Anchieta (1990[1595]) e Figueira (1621), ao utilizarem o modelo latio, atribuíram grande importância ao verbo ‘sum’. Preocupados em orientar seus leitores sobre como expressar em Tupi as diversas significações do verbo latino, os dois missionários dedicaram um item completo de suas gramáticas ao assunto.

Uma dessas significações, conforme os dois autores pontuaram, seria a de ‘ter’ ou ‘possuir’ algo. Neste sentido, a construção do latim clássico correspondente seria

composta do verbo ‘sum’ acrescido do pronome e do nome no dativo – “Est mihi filius”.

Para traçar uma analogia com o Tupi, Anchieta (1990[1595]) e Figueira (1621) optaram por retomar a estrutura de composição de pronomes/adjetivos com substantivos:

> Da segunda significação de sum, que he ter ou possuir, vt est mihi filius, tenho filho. Nesta significação se conjugaõ todos os nomes assi adiectiuos, como substantiuos com seus suppostos, como os verbos que não tem suppostos, tirando sempre a ultima vogal aos que tem o accento na penultima,
> vt, pindâ, anzol. Xêpindâ, tenho anzol, Yxê xepindâ, xêpindaixê.
> Aóba roupa, xeaób, tenho roupa. (Anchieta 1990 [1595]: 116,117).

> Na segunda significação, em que o pronome xe significa o mesmo que Meus, mea, meum; ajuntandolhe qualquer nome substantivo de cousa possuída, forma o mesmo verbo sum em estoutro sentido de Ter, ou Possuir algua cousa. Vt, cig, mãy; Xecig, tenho mãy, Co, rossa; xeco, tenho rossa. Tuba, pay; xerub, tenho pay, mudado o T em R na composição: cuja razão se entendera depois quando trataremos dos relativos, & conjugaremos hum verbo, como os outros desta maneira. Xeco, eu tenho rossa; Peco, vos tendes rossa; ycó, elles a tem, &c. (Figueira 1621: 35v).

A respeito do latim, os missionários optaram por abordar a expressão de ‘posse’ ou pertencimento com a estrutura com núcleo nominal do latim clássico – “est mihi filius” – embora a língua latina tenha desenvolvido, através dos séculos, expressões com um núcleo verbal – ‘habere’ e tenere’ – que possibilitavam a ênfase sobre o significado possessivo ou mesmo permitiam a separação formal de uma estrutura referente a pertencimento – est mihi filius – de uma de ‘posse’ – habeo filium. Observa-se, nos exemplos, que os autores optaram por tratar a estrutura com núcleo verbal através da tradução para a língua portuguesa: “tenho filho”, “tenho rossa”.

Na descrição da língua Tupi, os autores deixaram claro que frases como ‘xe pindâ’ corresponderiam a ‘meu anzol’ ou ‘tenho anzol’ quando traduzidas para o Português. Contudo, podemos ter a curiosidade de investigar por que os autores não apresentaram, na língua indígena, duas estruturas distintas que corresponderiam, respectivamente, ao exemplo com núcleo nominal e com núcleo verbal. Em um primeiro momento,

poderíamos dizer que os missionários não identificaram em Tupi algum verbo a que se pudesse atribuir um significado de ‘posse’. Entretanto, tal afirmação fica comprometida visto que Anchieta (1990[1595]) e Figueira (1621) registraram o verbo ‘rekó’ com a respectiva tradução –‘ter’.

Este verbo não surgiu nas duas gramáticas como parte integrante de um paradigma de conjugações ou acompanhado de uma explicação sobre seu uso. Diferentemente do exemplo com núcleo nominal, o verbo ‘rekó’ foi abordado de maneira quase aleatória. Com efeito, nas frases em que o verbo ‘rekó’ foi introduzido, eram outros dados linguísticos, e não o próprio verbo, que estavam em discussão. Ele aparece, por exemplo, no tratamento de advérbios e preposições:

> Das regras do advérbio
> Este pronome relativo, siue sit nominativo, siue accusativo nunqua se exprime nos tempos que tem artículos porque nelles he entendido, vt oco, elle vay oimondô, elle o manda, arecô, eu o tenho, ererecô, tu o tens (Anchieta 1990[1595]: 99).

No exemplo acima, acima como em outros exemplos com o verbo ‘rekó’, não foram utilizados substantivos que deixassem clara a natureza do termo que serviria de complemento ou objeto do verbo. Dito de outra maneira, não ficaram evidentes os termos que chamamos de ‘coisas possuíveis’. O exemplo sugere o uso do verbo com pronomes oblíquos ou ‘artículos’, conforme a metalinguagem empregada por Anchieta (1990[1595]). Porém, este dado não implica, necessariamente, que o verbo ‘rekó’ fosse utilizado somente com pronomes como complemento.

O fato é que Anchieta (1990[1595]) e Figueira (1621) atribuíram à estrutura formada por pronomes/adjetivos e substantivos o papel de expressar ‘posse’ em Tupi. Neste período de representação gramatical, o verbo ‘rekó’ não surgiu como um problema a ser discutido ou como um item relevante da língua Tupi.

A gramática anônima (s/d) pode ser considerada como uma transição entre a abordagem de Anchieta (1990[1595]) e Figueira (1621) e os modelos propostos no século XIX. A respeito da expressão de um verbo 'ter', o autor manteve a analogia feita pelos missionários a respeito da composição de pronomes/adjetivos possessivos com substantivos do Tupi, com o mesmo sentido do verbo 'sum' latino. O autor anônimo, entretanto, introduziu o verbo 'rekó' de forma mais efetiva. Assim, as estruturas com núcleo verbal e com núcleo nominal seriam concomitantes:

> Quando porém ajuntamos pronomes a nomes substantivos, se lhe entende então o verbo sum, por ter, na maneira seguinte: maenduar significa lembrança: Xe maenduar, eu tenho lembrança ou me lembro. Copixaba significa rossa. Xe copixaba, tenho rossa, etc. ainda que em alguns fica mais intelligivel pondolhe o verbo arecó, que significa ter; vg. na oração sobredita: Arecó Xecopixaba, tenho minha rossa. Estes, e os seus semelhantes, são os verbos que se conjugão pela 2º conjugação, e não outros. (Anônimo s/d: 202).

Nota-se que o exemplo com 'arecó' não exclui a obrigatoriedade de compor adjetivos/pronomes com substantivos. Por essa razão, o autor ressaltou que utilizar o verbo 'arecó' deixa a frase mais inteligível, ou seja, a expressão de posse ficaria mais clara ou enfática, mas as duas estruturas funcionariam como variantes.

Conforme a afirmação de que o uso de 'arecó' torna a frase mais inteligível, podemos inferir, também, que tal construção fosse utilizada comumente entre os falantes da língua. Neste ponto da descrição gramatical do Tupi, o verbo 'rekó' (ou 'arecó') surge com mais freqüência e com funções bem definidas.

No século XIX, apenas Luccock (1880) manteve a referência ao verbo 'sum' do latim. Assim como tratou outros itens gramaticais, o autor baseou-se nas postulações feitas pelos gramáticos missionários. Desta forma, as proposições de Luccock (1880) sobre a expressão de um verbo 'ter' em Tupi são quase idênticas àquilo que propõem Anchieta (1990[1595]) e Figueira (1621):

> …there is nothing answerable to the verbs sum and habeo in latin. The personal pronouns naturally and of themselves include the idea of existense… When these pronouns are

followed by the name of a noun substantive it denotes possession, as: Sig is a mother, Xe sig I have a mother, ko is a farm, xe ko is a farm, xe ko I have a farm, nde ko thou hast a farm, ae or ai ko he has a farm, yande ko you and we have a farm together, ore ko we alone have a farm, pe ko ye have farms, y ko they have farms. (Luccock 1880: 281).

Os demais autores do período abordaram o assunto com novas metodologias e novos exemplos da língua indígena. Nesse período, as descrições apontam uma separação definitiva entre a expressão de 'posse' com núcleo verbal e com núcleo nominal. Assim, os autores passaram a traduzir expressões como 'xe ruba' como "meu pai", invariavelmente. O verbo 'ter' passou a ser considerado em comparação apenas com o verbo 'rekó'. As construções com 'sum' deixaram, definitivamente, de figurar nas traduções e na metalinguagem desse período.

Na gramática de Couto de Magalhães (1975[1876]), o verbo 'rekó' tornou-se central para o desenvolvimento de toda categorização metalingüística. Adotando o método didático de perguntas e respostas, derivado do de Ollendorf (1846), o autor utilizou 'rekó' em toda a gramática para apresentar os dados desejados. Por exemplo:

LIÇÃO SEXTA

Quem?	Auá?
Quem tem?	Auá tahá orekó?
Quem tem o meu arco de frechar?	Auá tahá orekó ce uirápára ?
O homem o tem.	Apgauá oreko ahé.
O rapaz o tem.	Kurumi uaçú orekó ahé.
A galinha.	Sapucaia.
O barco, o navio.	Maracati.
O jovem.	Kurumi.
A moça.	Kunha-mucú. (Couto de Magalhães 1975[1876]: 36).

Mesmo que não explicitada pelo autor, surge uma exceção para o uso de 'rekó'. Quando a frase fazia referência a substantivos com significados relacionados a sentimentos e necessidades psico-físicas, o verbo 'rekó' voltava a dar lugar à construção composta por adjetivos e substantivos:

LIÇÃO QUINTA

Tem você sede?	Ne i céi será?
Não tenho sede.	Inti mahã ce i céi.
Tem você somno?	Ne repoci será?
Tenho somno.	Ixé ce repoci.
Não tenho somno!	Intí ce repoci
Tem você alguma cousa boa?	Rerekó será mahã catú?
Não tenho nada bom	Intímahã xa rekó mahã catú.
Tenho bom caldo (de carne)	Xá rekó çuú (sôo) iukici catú.

(Couto de Magalhães 1975[1876]: 3332 e 33).

Percebe-se, por exemplo, em 'ce repoci' a construção com pronomes e substantivos, mesmo que o autor tenha traduzido a frase com o verbo 'ter'. A frase que trata de algo manipulado pelo homem, "bom caldo de carne", foi construída, em Nheengatu, com núcleo verbal – 'xa rekó çuú (sôo) iukici catú.

Diferentemente do que acontecia no período missionário, no qual aparecia de modo incidental, o verbo 'rekó' também passou a ser exemplo de conjugação verbal, conforme podemos observar nas obras de Stradelli (1929) e Sympson (1925[1877]):

> O paradigma da conjugação nheengatu se resume no paradigma do tempo presente, que faz:
> Ixê xarecô – eu tenho. Iané iareco – nós temos.
> Indé rerecô – tu tens. Penhê perecô – vós tendes.
> Aé orecô – elle tem. Aetá orecô – elles têm. (Stradelli 1929: 40)

> MODO INDICATIVO
>
> Tempo presente
>
> S Eu tenho, ou hei – cha ricú, ou iché cha ricú.
> Tu tens, ou has – re ricú, ou iné re ricú.
> Elle tem, ou ha – hu ricú ou ahé hu ricú.
> Nós temos, ou havemos – ya ricú ou yané ya ricú.
> Vós tendes, ou haveis – pericú, ou penhé pe ricú.
> Elles teem, ou hão – hu ricú, ou aitá ou entá hu ricú. (Sympson 1925[1877]: 21)

Embora os dois autores não tenham apresentado exemplos de uso de ‘rekó’ ou ‘ricú’, e, a despeito das visíveis variantes regionais registradas, é notório que tal verbo tenha sido o modelo de conjugação a ser apreendido pelos leitores.

Os modos principais de expressão da noção de ‘posse’ de que aqui tratamos parecem, de fato, ter sido produtivos em Tupi/Nheengatu. Parecem, também, ter se constituído em importante desafio para os descritores, na medida em que condensam procedimentos gramaticais divergentes daqueles que os descritores melhor dominavam (os das línguas do ocidente europeu) e uma semântica também particular acerca do “possuível”.

As soluções descritivas, como vimos, pautaram-se por uma busca de equilíbrio entre a tradição (européia, em princípio, mas depois também aquela que aqui se constituíra ao longo dos séculos, de enfrentamento da língua) e a adequação aos dados, cuja complexidade nenhum dos autores se furtou de assinalar, mais direta ou indiretamente.

Capítulo V: Elementos Indicativos de alterações na visão e na representação da 'Posse'

No decorrer do capítulo 4 verificamos uma variedade de estruturas lingüísticas relacionáveis, a cada época e autor, à codificação gramatical da 'posse'. Ressaltamos, por exemplo, que a composição entre possessivo e adjetivo, estrutura padrão na referência de posse no período missionário, passou a ser suplantada, embora não completamente, pelas estruturas com o verbo 'rekó' no século XIX, como vimos ao e explorarmos as gramáticas de Couto de Magalhães (1975[1876]), Stradelli (1929), Hartt (1932[1872]) e Sympson (1925[1877]).

Deste modo, cabe a questão a respeito de tais mudanças terem se restringido ao campo da representação gramatical empreendida, ou terem sido decorrência de mudanças na língua sob descrição, no que se refere a um conceito de 'posse'. Ainda que não tenhamos instrumentos para determinar precisamente o que teria prevalecido, a comparação aqui realizada entre os dois períodos, levando em conta as sínteses das diferenças (e congruências) dos perfis dos descritores, dos ambientes sócio-políticos, das categorias metalingüísticas privilegiadas, bem como os dados do Tupi/Nheengatu empregados como exemplos do léxico de 'posse', parece ser adequada discutir variáveis relevantes para a consideração do tema.

Neste capítulo, portanto, buscamos cruzar os resultados a que chegamos por meio das análises feitas nos capítulos 3 e 4, discutindo-os à luz dos pressupostos que fundamentaram a pesquisa (pressupostos mais detalhadamente expostos no capítulo 1).

5.1. Período missionário

Conforme os dados anteriormente apresentados (v. Capítulo 4), os autores deste período buscaram adequar as expressões da língua Tupi a uma categorização 'possessiva' através dos seguintes mecanismos:

a) Analogia ao caso genitivo do latim, ao tratar das relações entre dois nomes como em: 'Pedro reté' – *Petri corpus*;

b) Indicação da série de termos 'xe, nde, i, yandé, ore, pé' como adjetivos, pronomes ou nomes. Exemplo: 'xe cyg' – *minha mãy.*

c) Correlação da composição desses termos e dos substantivos com o verbo 'sum' latino com o sentido de 'ter' ou 'possuir'. Por exemplo: 'xe có' – *Tenho rossa*;

d) Apontamentos de alternâncias das letras 'T', 'Ç', 'Y' como relativos – termos que faziam referência de posse na 3ª pessoa (exemplo: 'Yxira' – *sua enxada*). Em oposição aos relativos, ficaram caracterizados os termos recíprocos marcados por 'o', quem fazia referência de 'posse' na terceira pessoa, desde que ela fosse o sujeito da oração (por exemplo: 'Pedro ojuca ogúba' – *Pedro suum patrem*)

A epilinguagem dos falantes pôde ser capturada, em alguma medida, quando estes as descrições deixaram entrever certas dificuldades de estabelecimento de equivalência plena entre as expressões Tupi e as da(s) língua(s) de descrição, ou quando foram feitas ponderações que flexibilizaram a categorização proposta. Desse modo, por exemplo,

Anchieta (1990[1595]) teve que mencionar exceção à regra de composição dos adjetivos possessivos com substantivos, já que, tal composição, quando tomava nomes de animais como 'possuídos', exigia a presença de um nome mediador: 'xéreimbâba tapiira' - *minha vaca*.

Tal processo pôde também ser verificado no tratamento dado pelos autores aos nomes/pronomes relativos. A categorização de palavras e expressões nesta categoria esbarrou em uma série de processos morfológicos, conforme apontamos no capítulo anterior. Assim, os autores tiveram dificuldades em afirmar que 'y' ou 'ç', por exemplo, constituíam-se nas formas regulares de expressão 'relativa', em vista do grande número de variações com que se deparavam, como a utilização de 't' como referência relativa 3ª pessoa: 'Túba' – pater & eius pater.

De fato, parece-nos que a maior ou menor articulação da língua Tupi com os modelos de descrição gramatical disponíveis estava sujeita a certas coerções impostas por relações semânticas, presentes na língua e distintas das ocidentais, derivadas de experiências e visões de mundo particulares, fossem relativamente aos parentes, aos espaços, aos animais, aos objetos – para mencionarmos alguns campos léxicos que se mostraram centrais nas diferentes gramáticas.

Em alguns momentos, os descritores tentaram dar conta dessa visão de mundo do 'outro' (o índio), embora parecesse difícil estabelecer com clareza quais eram seus padrões semânticos:

> Em nomes de ervas, fruitas, animaes, materiaes, começados por t. não se muda o t. em r. vt.
> *Tajâ* nome de hua raiz.
> *Xètajâ, ytajâ, otajâ.*
> *Tagoâ, Tobâtinga,* nomes de barro.
> *Xètagôa, ytagôa.* (Anchieta 1990[1595]: 50)

A falta de outros exemplos registrados, bem como a amplitude da palavra 'materiaes' não nos deixa certos de que os apontamentos de Anchieta (1990[1595]) correpondessem

a critérios semânticos de modificações morfológicas estabelecidos pelos falantes. Mas insinuam uma tentativa de interpretação do descritor para a intensa variação de procedimentos com que se deparava.

De toda forma, é pouco provável que as sentenças do Tupi correspondessem a uma categorização e significação 'possessiva' que os descritores procuraram atribuir-lhes. Parece, antes, haver uma tentativa de captar sentidos nem sempre óbvios para os usuários de sistemas lingüísticos ocidentais. No entanto, também essa possiblidade merece certo cuidado, porque lidamos com uma tradição de descrição gramatical complexa.

Essa complexidade nos permite observar, ao mesmo tempo em que apontamos o aparente esforço descritivo de Anchieta (1990[1595]), o seguinte dado contraditório, mas esclarecedor da complexidade da 'tradição' em foco: conforme vimos no Capítulo 1 dessa dissertação, estudos históricos e antropológicos dão conta de que as comunidades Tupi valiam-se de mecanismos de cooperação mútua para distribuir os alimentos cultivados e coletados entre os membros do grupo. Além disso, essas comunidades pareciam desconhecer a propriedade privada e mecanismos de acúmulo e racionalização dos mantimentos (cf. Fernandes 1948). Dessa maneira, a tradução *tenho rossa*, por exemplo, que Figueira (1621) apresentou para a frase 'xecó' constituiu-se em uma interpretação. Talvez ela nos autorize a avaliar que o padre missionário, por identificar-se com uma cultura que normalizava as demarcações territoriais e acúmulos de objeto, permitiu que sua tradução transparecesse esses aspectos da tradição ocidental, embora a correlação de itens extra-lingüísticos e categorização de estruturas de 'posse' nem sempre possa ser feita de maneira exata (cf. García-Hernandes 1992).

Nesse período missionário, há de se considerar, também, o amplo léxico de sociofatos descritos pelos autores (cf. Capítulo 3). As relações de parentesco,

especialmente, compuseram um campo lexical para a descrição dos sistemas de 'posse' recorrentemente referido pelos gramáticos. A este respeito, a mesma ambigüidade parece colocar-se. Por um lado, podemos atribuir à seleção lexical dos autores deste período um impulso descritivo, observando que eles identificaram, registraram e interpretaram relações estabelecidas pelos índios que eram inexistentes nos domínios lingüístico-culturais português, latino ou inglês:

> O macho chama a irmã pêi, guapíra, minha irmã & a minina sobrinha, Ito, Tito, guaitô, A irmã ao irmão, Aî, guaiâ, o pay & mai ao filho macho. Piâ. Ao pay ou senhor, pai, A fêmea a sua senhora, ou qualquer molher honrada, Tapê, O macho Taupê, qualquer molher lher diz, guaîa, mano, ou meu mano... (Anchieta 1990[1595]): 50)

De fato, considerando o envolvimento desses descritores com o trabalho direto de catequização e divulgação da doutrina católica, surpreende, em certa medida, o fato de quadros de descrição de relações de parentesco terem sido mais utilizados do que construções como 'ndeTupana'- *o teu Deos* e 'xe Tupã rauçuba' – *o meu amar a Deos*.

Neste sentido, há de se considerar a que tipos de leitores estas gramáticas se dirigiam. Elas não foram confeccionadas com o objetivo primário de servir como instrumento de pregação da palavra cristã entre as comunidades indígenas. Para este papel, os missionários se serviram de textos elaborados para a recitação em missas, de forma que o léxico operasse no sentido de apresentar a 'palavra' aos índios (cf. Bosi 1992). Mas as gramáticas foram, sim, um instrumento por meio do qual um grupo de missionários, mais à vontade com a língua, buscou ensinar os mecanismos lingüísticos básicos a outros padres, igualmente inseridos no trabalho catequético.

Por outro lado, não descartamos a possibilidade de o léxico presente nas gramáticas representarem mecanismos de pregação do Cristianismo, embora de forma mais indireta se compararmos as gramáticas aos texto proferidos em recitação de missas. As relações de parentesco explicitadas, por exemplo, poderiam ser instrumentos indicadores de

hierarquias necessárias para ensinar a doutrina religiosa – 'xeruba' – *Meu pay*. Da mesma forma, estariam incluídas, neste contexto, as unidades lexicais referentes ao corpo humano. Ou seja, através do registro de expressões como 'Pedro reté' – *corpo de Pedro*, os descritores gramaticais possibilitariam que outros missionários compreendessem os mecanismos da língua e os manipulassem no sentido de abranger significações referentes ao batismo ou ao corpo de cristo, por exemplo.

Em resumo, parece ter havido um entrelaçamento de coerções de natureza distintas relacionáveis ao necessário empenho descritivo, ao contexto missionário em que se inseriam tais descrições, aos modelos de descrição disponíveis e suas eventuais limitações em face da língua.

Dessa forma, os dados presentes nas gramáticas parecem ter-se equilibrado entre a descrição de fatos lingüísticos e a consideração de uma base lexical em princípio útil para as ações catequética e colonizadora.

5.2. Período das expedições científicas

Neste período, as gramáticas foram elaboradas na região amazônica. O contexto sócio-político esteve marcado pela busca do neo-Estado brasileiro de incentivar a elaboração de obras que justificassem o reconhecimento de uma cultura genuinamente nacional.

Contudo, os descritores do período tiveram motivações diversas e se apoiaram em modelos teóricos igualmente distintos. Couto de Magalhães (1975[1876]), por exemplo, deixou explícitas suas motivações para elaborar o trabalho gramatical:

> Para que os selvagens, que não sabem ler, que não possuem capitaes acumulados, aprendam o portuguez, é necessario que nós, que sabemos ler, os habilitemos a isso por meio dos interpretes os quaes, conhecendo a lingua delles, lhes possam ensinar a nossa...Só essa conquista vale milhões; feita ella, porém, não conseguiriamos somente a posse real da maior parte do territorio do imperio; conseguiriamos tambem um milhão de braços

> aclimados, e os únicos que se prestam às indústrias, que por muitos annos serão as únicas possíveis no interior – as extractivas e pastoris. (Couto de Magalhães: 1975, VIII).

O militar explicitou uma estratégia de aproximação, através da gramática, com comunidades indígenas, com o intuito de tomar-lhes os territórios e incluí-los no trabalho de que o império necessitaria para desenvolver-se. De acordo com nosso levantamento quantitativo, o léxico com o qual o autor trabalhou a questão da 'posse' esteve de acordo com o objetivo, político-econômico, de "...conseguir um milhão de braços aclimados e os únicos que se prestam às indústrias...". Isto pôde ser verificado pelo amplo uso que o autor fez dos termos que consideramos 'manufatos', o que inclui: 'mukáua' – *espingarda*, 'uhí' – *farinha*, 'sapatú piréra' – *sapato de couro*, 'itapuã' – *prego*.

Ainda que também aqui estivesse presente o ímpeto descritivo (afinal, conhecer a língua constituiria o primeiro passo em direção à aproximação que resultaria no controle dessa potencial mão-de-obra), colocava-se enfaticamente a questão do trabalho e da necessidade de controle político daqueles grupos, o que talvez tenha levado à preponderância, nesta gramática, manufatos ocidentalizados, potencialmente correlacionáveis aos objetivos da obra mencionados pelo autor. O autor propunha o duplo processo de adentrar no universo cultural indígena e sobrepujá-lo com a força da cultura ocidental de que ele mesmo fazia parte. Para esse desmantelamento, seria útiul privilegiar um léxico composto por elementos não-tradicionais da cultura indígena.

Por outro lado, e neste período a complexidade dos fatos não se reduz, não é possível desconsiderar a hipótese de que os próprios contatos lingüísticos ao longo dos séculos que separam os trabalhos dos primeiros descritores do efetuado no século XIX, tenha redundado na incorporação massiva desse vocabulário à língua. Neste processo, consideramos que os neologismos e empréstimos sejam, também, uma expressão da epilinguagem dos falantes do Nheengatu. Esta atividade epilingüística dos falantes

nativos do Nheengatu pôde ser capturada, em outros momentos, na gramática de Couto de Magalhães (1975[1876]), na contraposição de exemplos propostos pelo militar. Assim, para tratar do conjunto de manufatos citado anteriormente, Couto de Magalhães (1975[1876]) utilizou o verbo 'rekó', que se tornava, gradativamente, mais presente no uso cotidiano da língua (segundo os dados já apresentados em Anônimo s/d), como recurso para a expressão da 'posse':

> Parte prática
> LIÇÃO TERCEIRA
>
> | | |
> |---|---|
> | Tem você alguma cousa? | rerekó será mahã? |
> | Tenho alguma cousa. | Xa rekó mahã. |
> | Não, nada. | Intimahã, mahã. |
> | Não tenho nada. | ixé intimahã mahã xarekó. |
> | O vinho. | kaui piránga(pirain). |
> | Meu dinheiro. | ce cuiára. |
> | Ouro | oro. (Couto de Magalhães 1975[1876]: 22) |

Em outras palavras, o autor estaria, também, dando conta de certas mudanças que se instituíam efetivamente na língua.

No trecho abaixo, exemplos com estrutura similar, no que tange à língua portuguesa, foram apresentados. Porém, com unidades lexicais que categorizamos como psicofatos:

> LIÇÃO QUINTA
>
> | | |
> |---|---|
> | Tem você sede? | Ne i céi será? |
> | Não tenho sede. | Inti mahã ce i céi. |
> | Tem você somno? | Ne repoci será ? |
> | Tenho somno. | Ixé ce repoci. |
> | Não tenho somno! | Intí ce repoci... (Couto deMagalhães 1975 [1876]: 32) |

As palavras de significado categorizado em nossa proposta como manufatos eram constitutivas de uma estrutura que teria por núcleo o verbo 'rekó'. Já a respeito dos psicofatos, as estruturas lingüísticas foram construídas com a composição de adjetivos possessivos – 'ne', 'ce' – e substantivos – 'i', *sede*; 'repoci', *somno*.

A despeito das mudanças morfológicas ainda envoltas em motivações nebulosas no período missionário, pode-se dizer que os falantes do nheengatu no século XIX –

tapuios, sertanejos – passaram a desenvolver, após séculos de contato, mecanismos de oposição entre elementos possuíveis alienadamente e elementos não-possuíveis.

Na gramática confeccionada por Hartt (1938[1872]), geólogo interessado em descrever os fatos de língua de forma a facilitar seu trabalho científico na região amazônica, foi possível observar algumas características lingüísticas similares ás propostas por Couto de Magalhães (1975[1876]), assim como também é possível identificar alguns registros parecidos com os apresentados no período missionário.

Neste sentido, Hartt (1938) descreveu algumas frases com a presença de manufatos, não-tradicionais na cultura indígena, como elementos 'possuíveis': 'Xasó xamopyryryk se mantéga' – *Vou frigir minha manteiga*. Da mesma forma, o autor abordou, com sua própria metalinguagem, alguns processos morfo -fonológicos postulados nas gramáticas missionárias:

> Há várias modificações eufônicas que são interessantes. Um grande número de palavras, geralmente com um s inicial, pode também ser pronunciado com um t inicial, e em qualquer caso, quando se segue o genitivo e a palavra termina por vogal a ou e, e a consoante inicial é mudada em r... (Hartt 1938[1872]: 311)

Tais levantamentos indicam que as modificações no registro de língua bem como de modelos metalingüísticos não são completamente opostos nos dois períodos estudados.

De qualquer forma, O alto número de manufatos presente nas gramáticas do século XIX também aponta para um processo em que as comunidades indígenas, tapuias e sertanejas da região incorporasse alguns objetos trazidos pelos europeus em sua cultura. Devemos considerar este aspecto visto as gramáticas de Faria (1858) e Luccock (1880), baseadas quase completamente na descrição do Tupi feita por Figueira (1621), abordaram os manufatos em uma quantidade maior aos sociofatos, categoria mais identificada no período anterior. Como exemplificamos na gramática de Faria (1858):

> Nhãen prato; xe renhãen meu prato; cenhãen seu prato.
> Cúia taça; xe recúia minha táça; cecúia sua taça.

Oanacú cesto comprido;	xe repanacú	cepanacú
Miapé paõ	xe remiapé	cemiapé
Mbiara o que se matou	xe rembiara	cembiara
Mingaú papas rallas	taina remingaú	cemingaú (Faria 1858: 12)

Faria (1858) tratou, portanto, de unidades lexicais referentes a confecções artesanais e produção de alimentos. Já Luccock (1880) abordou os espaços onde se plantava e coletava, através de analogias a partícula 'own' do inglês buscando um sentido de posse decidida, enfática: "The prefix o is sometimes used with an adverb, or preposition to denote decided possession as "his own, her own, etc., thus: Pedro o kope, Peter´s own farm..." (Luccock 1880: 278, 279)".

Nas obras de Stradelli (1929) e Sympson (1925), não verificamos o mesmo alto número de manufatos. Em contrapartida, os dois autores categorizaram as expressões através de mecanismos metalingüísticos que enfatizavam a questão da 'posse'. Stradelli (1929) apresentou um elaborado sistema de adjetivos possessivos em que os contextos de enunciação indicavam o uso de formas mais ou menos enfáticas:

> A primeira forma é reservada para a afirmação ou constatação da propriedade enunciada terminantemente, e a segunda para quando tal affirmação é como que menos absoluta. Ex. A pergunta: Auá iara? – quem o dono? Responde-se: Ixê iara, ou fulano iara: - Eu sou o dono ou o dono é fulano. Direi pelo contrário: Ce piá – o meu coração; Ne rôca – a tua casa; I putyra – a sua flor, si apenas enuncio de quem é a coisa. (Stradelli 1929: 37).

Stradelli (1929) tratou, também, da conjugação verbal do Nheengatu através do verbo 'rekó' – ter. Este mesmo mecanismo de categorização metalingüística foi utilizado por Sympson (1925[1877]): Eu tenho, ou hei – cha ricú, ou iché cha ricú.

Tu tens, ou has – re ricú, ou iné re ricú. (Sympson 1925[1877]: 21).

Reafirmando que os autores não construíram seu objeto aleatoriamente, ou seja, eles partiram de contatos e fatos observados para construir seu objeto, podemos considerar que o Nheengatu, no século XIX, tinha mecanismos de expressar a 'posse' enfaticamente. Tal fato se justificaria pela presença de um léxico de elementos

manufaturados, sujeito a noções mais próximas a de alienabilidade, ou de mecanismos que permitissem uma variedade de construções 'possessivas', conforme observamos pela presença constante do verbo 'rekó' e de frases como 'Ixe iara' conforme postulado por Stradelli (1929).

O complexo quadro étnico da região amazônica do século XIX – índios tribais, tapuios, sertanejos, africanos – nos indica uma mesma complexidade na percepção da epilinguagem dos falantes da língua. Dessa forma, ainda que um léxico e estruturas gramaticais de posse pudessem ter se introduzido no falar do Nheengatu, algumas particularidades se faziam presentes, conforme se vê na distinção entre a frase com 'rekó' e manufatos – *Xarárekó mukáua* e aquela composta por adjetivo e substantivo acompanhada por léxico de psicofatos – *Ce reposi* (cf. Couto de Magalhães 1975[1876]).

Dado nosso estudo comparativo, postulamos, de forma genérica, as alterações das expressões de 'posse' encontradas nos exemplários dos autores dos períodos missionário e das expedições científicas:

a) Provável fim da marcação especial de 'posse' com referência à animais. Vide: 'xereimbâba tapiira' – *minha vaca* (cf. Anchieta 1990[1595]) e 'ce iauára puranga' – *meu bello cão*. (cf. Couto de Magalhães 1975[1876])
b) Utilização mais efetiva do verbo 'rekó' com sentido de 'ter' e 'possuir' a partir dos registros efetuados por Anônimo (s/d) no século XVIII.
c) Fim da oposição entre relativos e recíprocos. Passa-se a ter apenas um tipo de referência de posse na terceira pessoa, embora ainda houvesse alguma problematização quanto ás suas alterações morfológicas.
d) Inclusão de formas enfáticas na expressão de 'posse '. Por exemplo: 'Ixé iara tenheen' - *meu mesmo* (cf. Stradelli 1929).

Dados os itens levantados acima, consideramos que nosso material permite, de fato, flagrar a negociação de sentidos na expressão da ‘posse’. Esta negociação representada nas gramáticas indica há correlações entre as mudanças na língua e o modelo descritivo. Neste sentido, podemos apontar dois processos centrais em relação às mudanças citadas:

1) O Tupi/Nheengatu possuía características semânticas, sintáticas e morfológicas complexos de forma que os modelos de categorização ‘possessiva’ tiveram que ser flexionados para dar conta dos dados de língua. Este processo pode ser verificado nos dois períodos estudados.

2) No século XIX, novos mecanismos de ‘posse’ foram apresentados. Estes mecanismos estiveram relacionados tanto a concepções ideológicas dominantes no período, bem como à introdução de novos elementos na cultura indígena, fruto de séculos de colonização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho operou com um recorte temático, específico e certamente parcial, para nuançar relações dialógicas estabelecidas em variadas dimensões do contato entre índios e ocidentais na América portuguesa.

Através da seleção de um *corpus* de 'posse', foi possível tangenciar aspectos sutis do complexo processo de codificação gramatical do Tupi/Nheengatu. Citamos como exemplos os casos em que Anchieta (1995[1595]) tratou da não-necessidade de uso dos adjetivos possessivos em determinados contextos, principalmente, a membros específicos das estruturas de parentesco; os apontamentos de Anônimo (s/d) sobre variação e implementação de mudanças lingüísticas, como no exemplo sobre o uso cada vez mais recorrente do verbo 'arecó'; o trabalho de Hartt (1938[1872]) que, embora representativo dos modelos e abordagens adotados em sua época, também retomou algumas questões recorrentes no período missionário, como a analogia de estruturas da língua com as do sistema de declinações do latim.

Na mesma medida, a respeito da negociação de sentidos que buscamos flagrar através da análise das gramáticas, parece-nos que a eleição das relações de 'posse'— divergentes de um ponto de vista cultural e lingüístico — pôde auxiliar-nos a enxergar os esforços dos descritores, simultaneamente, na riqueza de suas contradições e de suas convergências.

Nossa opção de selecionar dois períodos abrangentes mostrou, primeiramente, que eles não estavam em completa oposição, embora os perfis de descritores, os contextos e motivações das obras em princípio apontassem para essa direção. Assim, verificamos,

por exemplo, que muitas das estratégias de categorização gramatical empregadas no período missionário, como o uso do caso genitivo e dos adjetivos e/ou pronomes possessivos, mantêm-se como opções descritivas privilegiadas no século XIX. Em contrapartida, muitos dos fenômenos lingüísticos observados no período missionário foram analisados sob outras "lentes" no período das expedições científicas. Para efeitos de comparação, podemos citar as mudanças morfológicos na língua que representaram o problema dos 'relativos' nas gramáticas de Anchieta (1990[1595]), Figueira (1621), Anônimo (s/d) e Faria (1858), ao mesmo passo em que foram caracterizadas por Hartt (1938[1872]) como modificações eufônicas.

A partir deste esforço dos gramáticos, dos dois períodos, de apreender e sistematizar os dados da língua, foi possível sinalizar matizes do processo de negociação de sentidos. Na relação dialógica que se construiu a respeito do saber gramatical, certas especificidades lingüísticas e culturais dos grupos indígenas puderam ser capturadas, ainda que de modo indireto e em pequena quantidade: seja pelas "brechas" observadas nos sistemas de categorização gramatical, ou pelo exame comparativo de dados lingüísticos apreendidos em contextos históricos distintos, identificamos que a língua indígena possuía orientações semânticas e morfossintáticas registradas apenas parcialmente pelos modelos metalingüísticos que os descritores mobilizaram. A sinalização de flexibilizações ou de insuficiências desses modelos — tanto quanto os momentos em que as descrições puderam ser mais 'modelares' e menos polêmicas — foi uma estratégia importante para revelar mais sobre a língua e sobre certos sistemas de valores das comunidades que a empregavam.

Para futuros trabalhos historiográficos que desejem evidenciar como se construiu o saber (epi)lingüístico indígena — certamente um tema que merece exame particular —, entendemos que, além de enfoques similares ao que procuramos dar à questão da

‘posse’ nas gramáticas, seja necessário o exame de uma documentação diferenciada, que inclua lendas, relatos de viagens, textos literários e mitológicos. O confronto entre visões e representações ocidentais (como as que procuramos iluminar parcialmente com esta investigação) e suas correspondências num universo epilinguístico indígena poderia redundar num quadro muito mais detalhado e complexo das negociações de sentido de que tentamos, ainda que parcialmente, nos aproximar. Captar aspectos da epilinguagem indígena talvez permitisse traçar imagens menos nebulosas dessas negociações, na medida em que “o outro lado” estaria também melhor representado.

BIBLIOGRAFIA

Fontes primárias:

ANCHIETA, José de. 1990[1595]. *Arte de Gramática da língua mais usada na costa do Brasil.* São Paulo: Loyola.

ANÔNIMO. s/data. *Grammatica da lingua geral do Brazil. Com hum diccionario dos vocábulos mais usuaes para a intelligencia da dita lingua.* Universidade de Coimbra.

COUTO DE MAGALHÃES, José Vieira. 1975[1876]. *O selvagem.* São Paulo/ Belo Horizonte: Itatiaia Edusp.

FARIA, Francisco Raimundo Correia. 1858. *Compendio da língua brasílica para uzo dos que a ella se quizerem dedicar.* Pará: Santos & Filhos.

FIGUEIRA, Luís. 1621. *Arte de grammatica da Lingua Brasilica.* Lisboa: Manoel da Silva.

GUIMARÃES, João Joaquim da Silva. 1851. *Grammatica da língua geral dos índios do Brasil.* Bahia: Manoel Feliciano Sepúlveda.

HARTT, Charles Frederick. 1938[1872]. *Notas sobre a língua geral ou Tupi moderno do Amazonas.* Rio de Janeiro: Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

LUCCOCK, John. 1880. *A grammar and vocabulary of the Tupi language partly collected and partly translated from the works of Anchieta, Figueira noted brazilian missionarys.* Instituto Histórico Geographico e Ethnographico Brasileiro.

SYMPSON. 1925[1877]. *Grammatica da Língua Brazileira (Brasílica, Tupy, ou Nheengatu).* Rio de Janeiro: Fernandes, Neiva & C.

STRADELLI, Ermano.1929. *Vocabulário da língua geral português-nheengatu e nheengatu-português, precedidos de um esboço de gramática nheenga-umbuê-sáua.* Rio de Janeiro:Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Fontes secundárias:

ABBEVILLE, Claude D´. 1975. *História da missão dos padres capuchinos na ilha de Maranhão e terras circuvizinhas.* São Paulo: Martins.

ALTMAN, Cristina. 1998. *A pesquisa lingüística no Brasil (1968 – 1988).* São Paulo: Humanitas.

_____. 1997. "As gramáticas das ´línguas gerais´ sul-americanas como um capítulo da Historiografia Ocidental". *Actas Del I Congresso Internacional de la Sociedad Española de Historiografia Lingüística*. Separata. Ed. Por Mauro F. Rodrigues, Francisco G. Gondar e Nancy V. Veiga. Coruña, 18 – 21 de fevereiro de 1997.

_____. 2001. *Diversidade e Universalidade na descrição das línguas sul-americanas.* Texto crítico apresentado como exigência parcial para o concurso de Livre Docência na área de Lingüística Geral e Semiótica. São Paulo: FFLCH/USP.

_____. 2003. As ´línguas gerais´e a empresa missionária colonial. Linguagem e representação nos séculos XVI e XVI. In.: FREIRE, José R. Bessa et ROSA, Maria Carlota (orgs.): *Línguas Gerais: Política Lingüística e Catequese na América do Sul no Período Colônial,* 57-84. Rio de Janeiro: Editora UERJ.

_____. 2005. *A emergência do sintagma nominal na tradição americanista brasileira*. *Projeto de documentação lingüística e historiográfica*. Projeto de pesquisa/CNPq.

ALTMAN, Cristina (coordenadora) et al.: BATISTA, Ronaldo; COELHO, Olga; GIMENEZ, Luciana; GURGEL, Silvana; LIMA, Fernando M., RAGI, Roberta. 2008. *Projeto Documenta Grammaticae et Historiae. Projeto de Documentação Lingüística e Historiográfica*. São Paulo: CEDOCH/DL-USP/CNPq.

AGNOLIM, Adone. 2007. Jesuítas e selvagens. A negociação da fé no encontro catequético-ritual americano-tupi (séc. XVI-XVII). São Paulo: Humanitas.

ANCHIETA, José de. 1982. *Cartas, fragmentos e informações do Padre Anchieta.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

ARAÚJO, Inês Lacerda. 2004. *Do signo ao discurso. Introdução à filosofia da linguagem.* São Paulo: Parábola.

ASSUNÇÃO, Carlos. S/d. "Abordagem à Arte de Grammatica da Lingoa mais vsada na costa do Brasil de José de Anchieta". Em *www.instituto-camoes.pt/cvc/bdc/artigos/josedeanchieta.pdf.*

ASSUNÇÃO, Paulo de. 2004. *Negócios Jesuíticos.* São Paulo: EDUSP.

AUROUX, Sylvain. 1979. "Categories de métalangages". *Histoire Épistemologie Langage* 1:1, 3-14. Paris: Universite de Paris.

_____. 1992. *A revolução tecnológica de 'gramatização'*. Campinas: UNICAMP.

_____. 1994. "Introduction". *Histoire des idées linguistiques,* 17-38. Liege-Bruxelles: Pierre Mardaga.

AYROSA, Plínio. 1938. *Dos índices de relação determinativa de posse em tupi-guarani.* São Paulo: Revista dos tribunais.

BARROS, Diana Luz Pessoa. 2005. "A comunicação humana". In.: FIORIN, José Luis. *Introdução à Lingüística I.* São Paulo: Contexto.

BARROS, Maria Cândida D. M. 2003. "Notas sobre a política jesuítica da língua geral na Amazônia". In.: FREIRE, José R. Bessa et ROSA, Maria Carlota (orgs.):

Línguas Gerais: Política Lingüística e Catequese na América do Sul no Período Colonial,85-112. Rio de Janeiro: Editora UERJ.

BATISTA, Ronaldo de Oliveira. 2002. *As Línguas Difficultosas e os Línguas Peritos. Artes de gramática jesuíticas no Brasil colonial dos séculos XVI e XVII.* Dissertação de Mestrado em Semiótica e Lingüística Geral. São Paulo: USP – FFLCH.

_____. 2004. "Línguas indígenas em gramáticas missionárias do Brasil colonial". *Historiografia da Lingüística Brasileira - Boletim VII*. Centro de Documentação em Historiografia da Lingüística. [Coord.: Profa. Dra. Cristina Altman]. São Paulo: FFLCH: USP.

BENVENISTE, Émile. 2005[1966]. *Problemas de Lingüística Geral.* Campinas: Pontes.

BRAGA, Alzerinda de Oliveira. 2007. "A construção genitiva em Makurap". In.: Rodrigues, Aryon Dall´Igna. *Línguas e Culturas Tupi.* Brasília: Curt Nimuendaju.

BREKLE, Hebert. 1994. "La linguistique populaire". In.: AUROUX, Sylvain (org.): *Histoire des idées linguistiques*, 39-44. Liege-Bruxelles: Pierre Mardaga.

BORGES, Luis Carlos. 2003. "A Língua Geral: Revendo margens em sua deriva". In.: FREIRE, José R. Bessa et ROSA, Maria Carlota (orgs.): *Línguas Gerais: Política Lingüística e Catequese na América do Sul no Período Colônial,* 113-132. Rio de Janeiro: Editora UERJ.

BOSI, Alfredo. 1992. *Dialética da colonização.* São Paulo: Companhia das Letras.

BOULET, J. 1953. "Savoir dire sur la phrase". *Archives de Psychologie 51, 205 – 228.*

CARDOSO, Simão. 1982. "O genitivo em português. In.: Revista da Faculdade de Letras do Porto, volume I, tomo I.

CHAFE, Wallace. 1979. *Significado e estrutura lingüística*. Rio de Janeiro: Livros técnicos e lingüísticos.

CLERQ, Jean. de et SWIGGERS, Pierre. 1991. "L´Histoire de la Linguistique: 'L´autre histoire' et l´histoire d´une histoire." In.: FELDBUSCH, Elizabeth et POGARELL, Reiner. *Neue Fragüen der Linguistik*, 15-21. Tübingen: Max Niemeyer Verlag.

CULIOLI, Antoine.1968. "La formalisation en Linguistique". *Cahiers pour l´Analyse 9, 106 – 117*.

_____. 1990. *Pour une linguistique de l´énonciation. Tome 1: operations et representations.* Paris: Ophrys.

_____. 1995. *Cognition and representation in linguistic theory*. Amsterdam: John Benjamins.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. 2006. *Línguas Indígenas do Brasil.* Disciplina ministrada no curso de pós-graduação em Lingüística da Universidade de Campinas.

DIETRICH, Wolf. 2001. "Categorias gramaticais nas línguas tupi-guarani (visão comparativa)". *Studies in Native American Languages, 37:* 21-38. Munique. LincomEuropa.

DILLINGER, Mike. 1983. "Linguistic Metatheory: The neglected half of the linguisti´s training". *Innovations in Linguistic Education* 3:1, 13-25. Bloomington, Ind.

DRUMMOND, Carlos. 1990. Prefácio à nona edição da *Arte de gramática da lingual mais usada na costa do Brasil.* São Paulo: Loyola.

EDELWEISS, Frederico G. 1958. *Caráter da segunda conjugação tupi, o desenvolvimento histórico do predicado nominal nos dialetos tupi-guaranis*. Salvador: Aguiar & Souza.

_____. 1969. *Tupis e Guaranis.* Rio de Janeiro: Brasiliana.

FAUSTO, Carlos. 1998. “Fragmentos de História e Cultura Tupinambá. Da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico”. In.: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil.* 2ª ed., São Paulo: Companhia das Letras.

FERNANDES, Florestan. 1948. *Organização social dos Tupinambá.* São Paulo: Progresso Editorial.

_____. 1976. “Antecedentes indígenas: Organização social das tribos Tupis”. In.: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.). *História Geral da Civilização Brasileira Tomo I, Volume I.* São Paulo: DIFEL.

FERREIRA NETTO, Waldemar. 2008. *Tradição oral e produção de narrativas*. São Paulo: Editora Paulistana.

FIORIN, José Luis. 2000. “Identidades e Diferenças na construção dos espaços e atores do Novo Mundo”. In.: BARROS, Diana Luz Pessoa de (org.). *Os discursos do Descobrimento*, 27-49. São Paulo: EDUSP / FAPESP.

FREIRE. José R. Bessa. 1983. “Da ‘fala boa’ ao português na Amazônia brasileira”. *Ameríndia 8, 39 – 83.*

_____. 2003. *Da Língua Geral ao Português: para uma história das línguas na Amazônia*. Tese de Doutorado em Literatura Comparada. Rio de Janeiro: UERJ – Instituto de Letras.

GÂNDAVO, Pero de. 2004. *A primeira história do Brasil.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

GARCÍA-HERNANDES, Benjamin. 1992. “El dative sum y la vulgarización de La noción de posesión”. In.: *Revista española de Lingüística, volume 22.*

HOLANDA, Sérgio Buarque de. 1976. *História Geral da Civilização Brasileira Tomo I, Volume I.* São Paulo: DIFEL.

HUBERMAN, Leo. 1959. *História da riqueza do homem.* Rio de Janeiro: Guanabara.

HYMES, Dell. 1983. *Essays in the History of Linguistic Anthropology*, 345-383. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins.

JAKOBSON, Roman. 1976. "Metalanguage as a linguistic problem". Nyelvtudományi Közlemények 78:2, 246-352.

KOERNER, Konrad. 1995. "Metalanguage in Linguistic Historiography". *Professing Linguistic Historiography*, 27-46. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins.

_____. 1996. "Questões que persistem em Historiografia Lingüística". *ANPOLL. Revista da Associação Nacional de Pós- Graduação em Letras e Lingüística, 2*: 45-70.

_____. 1996. "O problema da metalinguagem em historiografia da lingüística". *D.E.L.T.A : Revista de Documentação e Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada* 12:1, 95-124.

LARA, Luis Fernando. 1989. "Une critique du concept de métalangage". *Folia Lingüística* 23:3/4, 387-404.

LATOUCHE, Serge. 1996. *A ocidentalização do mundo.* Petrópolis: Vozes.

LEITE, Yonne. 2000. "A gramática de Anchieta." *Ciência Hoje*, vol. 28, nº 163, pp. 24-47.

LEITE, Serafim. 1940. *Luis Figueria – a sua vida heróica e sua obra literária.* Lisboa: Agência Nacional das colônias.

LERY, Jean de. 1980[1578]. *Viagem à terra do Brasil.* Belo Horizonte: Itatiaia.

LOCKE, John. 1963. *Segundo tratado sobre o governo.* São Paulo: Ibrasa.

MAGALHÃES, Erasmo D´Almeida. 1981. *Digressões a partir de um manuscrito.* Tese de Livre-Docência. São Paulo: FFLCH/USP.

MATTOSO CÂMARA, Joaquim. 1965. *Introdução às línguas indígenas brasileiras.*Rio de Janeiro: Livraria acadêmica.

MELATI, Júlio Cezar. 1970. *Índios do Brasil.* Brasília: Coordenada Editora.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. 1988. *Índios da Amazônia, de maioria a minoria (1750 – 1850).* Petrópolis: Vozes.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. 1995. *Problemática lingüística do renascimento.* Tese de Doutorado em Lingüística. FFLCH-USP.

_____. 2006. *Método moderno de Tupi antigo.* São Paulo: Global.

_____. 2007. *Anchieta, um humanista e um gramático na Babel do Renascimento*. Em www.filologia.org.br/revista/35/01.htm.

NEVES, Maria Helena de Moura. 1987. *A vertente grega da gramática tradicional.* Brasilia: Editora Universidade de Brasilia.

_____. 2000. *Gramática de usos do português.* São Paulo: Editora UNESP.

OLLENDORF, Horace. 1846. "Preface to the First Edition of Ollendorff's Nouvelle Méthode, Applied to the German". In: JEWETT, J. L. *Ollendorff's New Method of Learning to Read, Write and Speak the French Language.* New York: D. Appleton & Company, 1846.

POMPA, Cristina. 2002. *Religião como Tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil Colonial.* Bauru: EDUSC.

PERRONE-MOISES, Beatriz. 2000. "Terras indígenas na legislação colonial". In.: *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, volume 95.*

QUEIXALOS, Francisco. 1994. "Les conceptions linguistiques des Indiens américaines. In.: AUROUX, Sylvain (org.): *Histoire des idées linguistiques,* 45 –64.. Liege-Bruxelles: Pierre Mardaga.

REGIS, Jacqueline Fiuza da Silva. 2003. “Posse e discurso: o que um possessivo quer dizer”. In.: *Language Design, 5. (pgs. 11-18).*

REICH, Uli. 2003. “Mudança sintática e pragmática na Língua Geral Amazônica (LGA): marcação de caso e sistema pronominal”. In.: FREIRE, José R. Bessa et ROSA, Maria Carlota (orgs.): *Línguas Gerais: Política Lingüística e Catequese na América do Sul no Período Colonial, 167-184.* Rio de Janeiro: Editora UERJ.

REY-DEBOVE., Josette. 1978. *Le Métalangage.Étude linguistique du discourse sur le langage.* Paris: Le Robert.

RIBEIRO, Darcy. 1959. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno.* Brasília.

RODRIGUES, Aryon D. 1953. “Morfologia do verbo Tupi”. In.: *Revista de Letras clássicas da Universidade do Paraná,* 121-152.

_____. 1996. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas.* São Paulo: Loyola.

_____. 1997. “Descripción Del tupinambá em el período colonial: el arte de José de Anchieta”.In.: ZIMMERMANN, Klaus. *La descriptión de las lenguas amerindias en la época colonial.* Madrid: Iberoamericana.

_____. 2000. “As outras línguas da colonização do Brasil”. In: Cardoso, Suzana (org): *500 anos de história lingüística do Brasil.*

_____. 2001. “Sobre a natureza do caso argumentativo”. In.: *Studies in Native American Languages, 37:* 103-114. Munique: LincomEuropa.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. 1980. *Discurso sobre a origemda desigualdade entre os homens.* Brasília: UNB.

SAHLINS, Marshall. 1976. “A primeira sociedade da afluência”. In.: CARVALHO, Edgard A. (org.) *Antropologia econômica.* Lisboa: Edições 70.

SANTOS, Luciana Gimenes Parada dos. 1999. *As formas de saber sobre as línguas do Brasil no século XVI.* Tese de Mestrado em Semiótica e Lingüística. São Paulo: FFLCH/USP

SAPIR, Edward. 1969. *Lingüística como ciência: ensaios, seleção.*[prefácio de Joaquim Mattoso Camara Junior]. Rio de Janeiro: Acadêmica.

SCHMIDT-RIESE, Roland. 2003. "Condições de mudança em

nheengatu: pragmática e contatos lingüísticos. In.: FREIRE, José R. Bessa et ROSA, Maria Carlota (orgs.): *Línguas Gerais: Política Lingüística e Catequese na América do Sul no Período Colonial, 147-166.* Rio de Janeiro: Editora UERJ.

SEILER, Heins. 1983. *Possession as an operational dimension of language.* Tubingen: Gunter Narr Verlag.

STADEN, Hans. 1974. *Duas viagens ao Brasil.* São Paulo: Itatiaia.

SWIGGERS, Pierre. 1983. "La méthodologie de l´historiographie de la linguistique. *FLH. 4: 55 – 79.*

_____. 1990. "Reflections on (models for) Linguistic Historiography". In.: Hüllen (ed.), 21 – 34.

_____. 1997. *Histoire de la pensée linguistique.* Paris: PUF.

TARSKY, Alfred. 1944. "The semantic conception of truth and the foundations of semantics". *Philosophy and Phenomenological Research,* 4: 341-376.

TOURIÑO, Assunción Villamil. 2003. *Complementation in English and Spanish Possessive Verbs. Cognitive and contrastive Study.* Logroño: University of la Rioja.

VIEIRA, Marcia Dámaso. 2001."A natureza transitiva das sentenças possessivas em Mbyá-Guarani". In.: *Studies in Native American Languages, 37:* 67-86.

WHORF, Benjamín Lee. 1976. *Language, Thought and Reality: selected writings.* Massachussets: Mit Press.

WINSTON, Morton et Hermann, Douglas. 1987. “A taxonomy of Part-Whole Relations”. In.: *Cognitive Science 11*.

ZEA, Leopoldo. 2005. *Discurso desde a marginalização e a barbarie*. São Paulo: Gramoond.

ZIMMERMANN, Klaus (ed.). 1997. *La descriptión de las lenguas amerindias en la época colonial*. Madrid: Iberoamericana.

ZWARTJES, Otto et HOVDHAUGEN, Even (eds.). 2004. *Missionary Linguistics I*. Oslo: John Benjamins.

_____. et ALTMAN, Cristina (eds.). 2005. *Missionary Linguistics II*. Oslo: John Benjamins.